

LIBERDADE HIPOTECADA

O PROCESSO DE
INDEPENDÊNCIA CUBANA NA
IMPRENSA BRASILEIRA (1895-1902)

RENATO CESAR SANTEJO SAIANI

LIBERDADE HIPOTECADA

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO
Responsável pela publicação desta obra

Lúcia Helena Oliveira Silva
Hélio Rebello Cardoso Júnior
José Luís Bendicho Beired
Milton Carlos Costa

RENATO CESAR SANTEJO SAIANI

**LIBERDADE
HIPOTECADA**
O PROCESSO DE
INDEPENDÊNCIA
CUBANA NA IMPRENSA
BRASILEIRA (1895-1902)

**CULTURA
ACADÊMICA** 
Editora

© 2013 Editora Unesp

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.culturaacademica.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. Catalogação na Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

S139L

Saiani, Renato Cesar Santejo

Liberdade hipotecada [recurso eletrônico]: o processo de independência cubana na imprensa brasileira (1895-1902)/Renato Cesar SantejoSaiani. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

recurso digital

Formato: ePDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-478-3 (recurso eletrônico)

1. Cuba – História –2. Imprensa e política - Brasil - História - Séc. XIX. 3. Livros eletrônicos. I. Título.

14-08264

CDD: 972.91

CDU: 94(729.1)

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Introdução 7

- 1 O processo de independência cubana: história de um projeto de liberdade 13
- 2 O Brasil republicano no contexto internacional 59
- 3 Impressões de uma guerra: os discursos da imprensa brasileira sobre a independência cubana 85
- 4 A imprensa brasileira frente ao expansionismo norte-americano 123

Considerações finais 173

Referências 177

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar, por meio da produção jornalística dos periódicos *Jornal do Commercio* e *O Estado de S. Paulo*, no período compreendido entre os anos de 1895 e 1902,¹ a repercussão do processo de independência cubana na imprensa brasileira. Os posicionamentos e opiniões emitidos pelos jornais serão observados a partir de uma perspectiva comparada e com base na configuração política e ideológica assumida por cada um deles. Além disso, intenta-se investigar em que medida, por meio do posicionamento desses jornais, é possível encontrar propostas ou opiniões acerca da inserção do Brasil no âmbito das relações políticas internacionais, sobretudo americanas.

O uso dos jornais como fonte histórica foi, por muito tempo, questionado por sua falta de objetividade e pelo uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informação a serem selecionadas, extraídas e utilizadas “ao bel-prazer do pesquisador” (Luca, 2005, p.126). Essa caracterização da im-

1 As balizas temporais deste trabalho foram delimitadas levando-se em consideração o início das atividades, em Cuba, do movimento separatista (1895), que desencadeou uma guerra contra a dominação colonial espanhola; e a retirada das tropas norte-americanas da ilha, caracterizando o fim de quatro anos de domínio militar e o início de um novo governo, liderado por Tomas Estrada Palma, efetivamente cubano (1902).

prensa sofreu um deslocamento fundamental na década de 1970, na medida em que o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica. Assim, definiram-se na relação da História com a imprensa dois campos de estudo: “História da Imprensa” e “História Através da Imprensa”.² O primeiro tem como objetivo reconstruir o processo histórico dos órgãos de comunicação determinando suas principais características e formas de atuação. O segundo, por sua vez, refere-se a trabalhos que utilizam a imprensa como fonte primária para a pesquisa.³ Nosso trabalho insere-se na segunda modalidade, contudo, não podemos deixar de aproveitar os pressupostos do campo da “História da Imprensa”, pois é impossível a utilização de periódicos como fontes sem o conhecimento de sua história, seu posicionamento político, suas vinculações e seus interesses, como demonstram Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado:

A escolha de um jornal como objetivo de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação, de interesses e de intervenção na vida social, nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que o tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (Capelato; Prado, 1980, p.XIX).

Assim, os discursos e representações⁴ dos jornais acerca do processo de independência cubana, que serão discutidos ao longo do texto, inserem-se na perspectiva metodológica de observar a imprensa como um agente que participava constantemente das discussões políticas que se desenvolviam no período. As particularidades de cada periódico também nos permitem fazer uma aná-

2 Zicman, História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. In: *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n.4, p.89, 1981.

3 Ibid.

4 Por representações entendemos, de acordo com a formulação de Pierre Rosanvallon, “a maneira pela qual uma época, um país, ou grupos sociais procuram construir as resposta àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema”. Cf. Rosanvallon, Por uma história conceitual do político. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n.30, p.16, 1995.

lise comparada entre as opiniões por eles emitidas. Segundo Marc Bloch, a comparação deve “escolher um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever essas curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras” (Bloch, 1998, p.120). Obviamente nossa pesquisa não estabelece uma comparação entre grandes sociedades, como propunha Marc Bloch, entretanto, apreende os pressupostos teórico-metodológicos da História Comparada para que possamos estabelecer uma comparação entre os jornais sem incorrer nas generalizações, justaposições, ou classificações precipitadas, mas sim constatar as semelhanças e diferenças entre os discursos de cada um e, na medida do possível, explicá-las com base em uma aproximação.

A independência cubana possui uma trajetória *sui generis* se comparada ao processo pelo qual passaram os demais países latino-americanos, pois, após duas guerras separatistas, não atingiu por completo sua soberania, passando, em 1899, do domínio colonial espanhol para a tutela norte-americana e mantendo-se, mesmo com a retirada das tropas estadunidenses, em 1902, presa aos limites estabelecidos pela Emenda Platt, incluída de forma impositiva à sua Constituição. Criou-se, assim, um forte compromisso com a busca da soberania nacional e o estabelecimento de uma sociedade igualitária, em termos liberais, constantemente frustradas pelas ingerências externas ou pelo centralismo dos governos autoritários que se revezaram ao longo do século XX.

A segunda guerra de independência cubana chegou ao Brasil em um período no qual o americanismo orientava a política externa e marcava uma nova forma de relacionamento do país com o contexto continental, sobretudo com os Estados Unidos. Nessa constatação baseia-se a nossa primeira hipótese, pois julgamos que a solidariedade americana e o estreitamento dos laços políticos e econômicos com os norte-americanos influenciaram a interpretação e o discurso dos periódicos acerca do processo de independência cubana, seus desdobramentos e consequências.

O *Estado de S. Paulo* possuía uma concepção política baseada nos postulados liberais, na autodeterminação dos povos e na sua definição como órgão de oposição aos governos constituídos, buscando calibrar seu princípio liberal de autonomia à experiência prática e institucional de outros países, sobretudo na dos Estados Unidos. O *Jornal do Commercio*, por sua vez, possuía um caráter essencialmente conservador e ligado aos interesses do governo e da elite carioca e, a partir da instauração do regime republicano e da mudança de seu grupo diretor, assumiu uma forte admiração pelos Estados Unidos, devido ao seu desenvolvimento industrial e organização institucional, colocando-o como exemplo para o crescimento brasileiro. As diferentes orientações políticas dos periódicos norteiam, assim, a segunda hipótese deste trabalho, pois acreditamos que elas serão responsáveis pela construção de um discurso díspar, com vistas a influenciar e satisfazer as opiniões e interesses dos públicos-alvo de cada jornal. Nesse sentido, procuraremos acompanhar como cada periódico se posicionou em relação à questão cubana, quais foram as diferenças e, se existiram, as semelhanças, quais os aspectos privilegiados nas análises, se houve mudanças de posicionamento e a veiculação de manifestações de outros agentes da opinião pública⁵ paulista e carioca.

Com a análise da visão da imprensa sobre a independência cubana, pretendemos realizar uma nova contribuição sobre esse tema, pouco conhecido e estudado pela historiografia brasileira. Essa observação nos possibilita, também, encontrar propostas e opiniões acerca da inserção do Brasil no âmbito das relações externas, com ênfase para as interamericanas. Permite, além disso, discutir o papel que os Estados Unidos possuíam nas relações continentais e sua busca por uma maior projeção no sistema internacional, sempre

5 Entendemos por opinião pública, de acordo com a formulação de Jean-Jacques Becker, “um conceito em profundidade, com a finalidade de perceber, da maneira mais precisa e segura possível, a atitude e o comportamento dos homens confrontados com os acontecimentos”, sem perder de vista que ela apresenta um caráter multifacetado “revelando um fervilhamento de opiniões particulares nas quais, em alguns casos, as manifestações da minoria podem ser mais representativas e atuantes do que as de uma maioria que se reserva ao direito de observar os fatos a distância” Cf. Becker (2003, p.186; 190-191).

tendo como parâmetro o desenrolar dos acontecimentos referentes ao conflito existente no território cubano.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, buscamos apresentar uma síntese do processo de independência cubana, observando o desenvolvimento das questões militares e diplomáticas, os interesses dos países envolvidos, a intervenção norte-americana e a consequente instauração de um regime de tutela estadunidense em Cuba. Para isso será necessário fazer um breve recuo até a primeira guerra de independência, entre 1868 e 1878, no intuito de entender como se desenvolveu a insatisfação com o domínio colonial espanhol e qual foi o legado deixado para a construção de um novo levante separatista. Julgamos necessário, também, nos deter na análise da influência e ação de José Martí na união dos setores diversos da sociedade cubana em prol de um objetivo comum e na construção de um projeto político-ideológico de independência. Ressalta-se que não temos a pretensão de esgotar o assunto, mas sim demonstrar temas importantes para o entendimento das discussões e posicionamentos assumidos pelos periódicos e que serão analisados nos capítulos posteriores.

No segundo capítulo, pretendemos demonstrar como a instauração do regime republicano reorientou a política externa brasileira para o continente americano, sobretudo para os Estados Unidos, desenvolvendo a ideia de uma solidariedade continental e visando apagar o legado deixado pelo regime monárquico. Consideramos essa apresentação necessária, pois a mudança da política externa brasileira teve considerável influência nas representações construídas pelos periódicos acerca do processo de independência cubana, suas consequências e seus desdobramentos. Ainda nesse capítulo, faremos uma breve análise da história de cada jornal, para podermos entender como as características ideológicas e políticas de cada um influenciaram nas nuances de interpretação em relação à insurgência cubana.

No terceiro capítulo, iniciaremos a análise das opiniões e posicionamentos assumidos por cada periódico em relação ao objeto de estudo deste trabalho. Contudo, optamos por dividir o desenvolvimento dos eventos em dois períodos: o primeiro, inserido nos anos de 1895 a 1897, apresenta o início da rebelião separatista e o alargamento dos conflitos militares e das discordâncias diplomáticas, culminando na adoção de uma proposta de governo autonomista para a ilha; o segundo momento, fixado entre os anos de 1898 e 1902, refere-se ao período no qual os Estados Unidos abandonaram sua atuação exclusivamente diplomática e promoveram uma intervenção militar em Cuba, finalizando o domínio espanhol e implantando um regime de tutela no território insular. Assim, nesse capítulo nos dedicaremos exclusivamente ao período de 1895 a 1897, observando como os jornais receberam e repercutiram as questões relacionadas ao conflito hispano-cubano.

Por fim, o quarto capítulo será dedicado ao período de 1898 a 1902, no qual a nova fase da política externa norte-americana, mais agressiva e projetada de maneira concreta no espaço internacional, a instauração de um governo militar e a adoção da Emenda Platt dominaram as discussões e opiniões do *Jornal do Commercio* e de *O Estado de S. Paulo*.

1

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA CUBANA: HISTÓRIA DE UM PROJETO DE LIBERDADE

O processo de independência cubana foi um dos mais importantes pontos de inflexão nas relações e influências que agiam no continente americano em fins do século XIX. Inicialmente, concluiu a desintegração do Império colonial espanhol na América e no Pacífico, além de aprofundar a crise nacionalista enfrentada pelo território peninsular. Concomitantemente, configurou-se como o início de uma nova fase da política exterior norte-americana, mais agressiva e projetada de maneira concreta no espaço internacional. Por fim, promoveu a redefinição dos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos e à sua antiga metrópole, principalmente pelo embate das correntes ideológicas representadas pelo hispanismo e pan-americanismo.

Para o território cubano o caráter frustrado da independência deixou uma importante herança para os movimentos revolucionários que surgiram posteriormente, sobretudo, para a Revolução de 1959. Esse movimento não deve ser entendido em uma perspectiva de curta duração, pois os fracassos de 1868 e 1895, segundo José

Rodrigues Mao Júnior, “acabaram por determinar a correlação de classes do movimento nacional cubano, que passou a basear-se num nacionalismo militante extremado e de caráter crescentemente anti-imperialista” (Mao Júnior 2007, p.17). Nesse sentido o ideal revolucionário de 1959 não surgiu de forma espontânea, mas sim em decorrência de uma construção de longa duração, permitindo um processo histórico baseado na constante luta por uma liberdade efetiva. Podemos observar essa situação no discurso de Fidel Castro, diante do Tribunal de Exceção de Santiago, ainda em 1953:

Há uma razão, porém, que nos assiste, mais poderosa que todas as outras: somos cubanos. E ser cubano implica um dever, não cumpri-lo é crime de traição. Vivemos orgulhosos da história de nossa pátria; aprendemo-la na escola e crescemos ouvindo falar de liberdade, de justiça e de direitos. Ensinaram-nos a venerar desde cedo o exemplo glorioso de nossos heróis e de nossos mártires. Céspedes, Agramonte, Maceo, Gómez e Martí foram os primeiros nomes gravados em nosso cérebro; ensinaram-nos que o Titã [Antonio Maceo] havia dito que a liberdade não se mendiga, mas se conquista com o fio da espada [...] (Castro, 1979, p.107-108).

Apesar da importância adquirida pelo processo de independência cubana a historiografia brasileira não produziu estudos específicos sobre esse assunto,¹ obrigando os interessados a buscarem informações na historiografia cubana, espanhola, norte-americana e, com menor incidência, argentina. Assim, tendo em vista essa situação, procuraremos neste capítulo desenvolver uma síntese da independência cubana em fins do século XIX, observando as questões militares e diplomáticas, os interesses dos países envolvidos, a intervenção

1 Alguns poucos estudos brasileiros abordaram de forma tangencial, por objetivarem o estudo de outros temas, a independência cubana, entre eles podemos destacar: *A Revolução Cubana*, Luis Fernando Ayerbe; *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*, Luiz Alberto Moniz Bandeira; *A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica*, de Maria Helena Capelato; *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*, Florestan Fernandes; *A Revolução Cubana e a questão nacional (1868-1963)*, José Rodrigues Mao Júnior.

norte-americana e os desdobramentos do fracasso separatista. Para isso será necessário fazer um breve recuo para a primeira guerra de independência, entre 1868 e 1878, no intuito de entender como se desenvolveu a insatisfação com o domínio colonial espanhol e qual foi o legado deixado para a construção de um levante posterior. Julgamos necessário, também, analisar a influência e a ação de José Martí na união dos setores diversos da sociedade cubana em prol de um objetivo comum e na construção de um projeto político-ideológico de independência. Ressalta-se que não temos a pretensão ou a ousadia de esgotar o assunto, mas sim demonstrar temas importantes para o entendimento das discussões e posicionamentos assumidos pelos periódicos e que serão analisados em capítulos posteriores.

A Guerra dos Dez Anos e o primeiro fracasso separatista

O destino colonial de Cuba foi marcado por sua posição estratégica no seio do Império espanhol adquirindo desde logo uma importância considerável como porto de escala e ponto privilegiado de comunicação com as outras colônias americanas. A ilha possuía, também, um potencial natural diversificado, do qual podemos destacar a exploração de jazidas de ouro, a criação organizada de gado e a produção de gêneros coloniais, como tabaco, açúcar e café. Entretanto, essas possibilidades foram, por certo período, subaproveitadas pela Espanha, que direcionava seus interesses para suas demais colônias no continente. A exploração de ouro, por exemplo, foi feita de forma superficial ainda no século XVI, mas as reservas não muito extensas e a concorrência da exploração no território mexicano criaram obstáculos à sua continuidade. A agropecuária ficou restrita ao abastecimento das frotas itinerantes espanholas e ao consumo interno. O setor agrícola, por sua vez, passou por um desenvolvimento concreto apenas no final do século XVI, com a produção de tabaco, mantendo a supremacia desse produto até meados do século XVIII, quando os espanhóis aumentaram o investimento nas plantações de

açúcar e café, devido à perda de grande parte de suas colônias, do fim da concorrência haitiana e da aproximação com os Estados Unidos – livres da obrigatoriedade de consumir os produtos provenientes da Jamaica ou de outras colônias britânicas. Cuba converteu-se rapidamente em um dos principais produtores de açúcar, atingindo o índice de 42% da produção mundial em 1870 (Tone, 2008, p.32).

Ao assumir essa nova posição de grande exportadora, Cuba mudou de uma colônia com pouco dinamismo econômico e de pequenas cidades, fazendas de gado e de tabaco, para um território agrícola de considerável importância, recuperando o atraso de aproximadamente três séculos em apenas algumas décadas. Segundo Adrian A. Bantjes:

By the early 19th century, Cuba had become an economic powerhouse, the world's leading producer of sugar: vast sugar haciendas, owned by Cuban planters and worked by slave labor, dominated the countryside, especially the western part of the island, and employed the latest technology, such as steam-driven mills, and even railways, developed in Cuba well before they were built in Spain. Cuba's wealth was also apparent in Havana, a bustling port city of 140.000, where colonial structures mixed with the French-style places of the *nouveaux riches* (Bantjes, 1998, p.106-107).

As consequências diretas desse desenvolvimento agrícola foram o surgimento das grandes propriedades produtoras de açúcar, a maior concentração de renda e o incremento da mão de obra escrava, necessária para o trabalho nas lavouras.² Aumentou, também, o racismo branco, principalmente pelo espectro constante da revolução haitiana que pairou sobre Havana ao longo do século XIX. Essa situação contribuía para que *criollos* e *peninsulares* definissem o domínio espanhol como a garantia de manutenção do sistema escravista e de controle em relação a qualquer ameaça rebelde que pudesse surgir entre os negros e afetar o desenvolvimento da produção agrícola. A Espanha, por sua vez, se aproveitava dessa circunstância para aumentar os impostos e restrições

2 Estima-se que entre os anos de 1791 e 1867 foram transportados 780 mil africanos para o trabalho nas plantações de açúcar, café e tabaco. Cf. Tone, op. cit., p.32.

comerciais delegadas à ilha, principalmente na exportação de açúcar para os Estados Unidos, já que a república do norte tornara-se o grande parceiro comercial de Cuba. Assim, o desenho da sociedade cubana de meados do século XIX era o de uma população majoritariamente negra, dominada por grandes produtores de açúcar, dependentes, por sua vez, da proteção espanhola e do mercado norte-americano. Mesmo as ideias do iluminismo europeu e das independências latino-americanas atingiram Cuba de forma tangencial, promovendo algumas revoltas pouco eficazes,³ organizadas pelos “setores de cor e livres”⁴ e rebatidas pela elite branca e favorável à Espanha.⁵ Apenas na década de 1860 o separatismo se tornou uma força política real.

O primeiro movimento pró-independência com organização efetiva e a participação de uma parte da elite cubana foi iniciado em outubro de 1868, pelo advogado e proprietário de terras Carlos Manuel de Céspedes, e se estendeu até 1878. Os fatores que motivaram esse levante baseavam-se nos abusos cometidos pela administração espanhola, com destaque para a cobrança de taxas comerciais excessivas, sobretudo, após o fracasso peninsular na guerra contra a República Dominicana,⁶ a obstrução de reformas autonomistas, o crescimento das importações provenientes da Espanha e a política de favorecimentos destinada aos produtores de açúcar do oeste. Nesse sentido, Céspedes proclamou, em conjunto com outros proprietários de terras da porção leste de

3 As rebeliões ocorreram nos anos de 1795, 1810, 1812, 1820 e 1843. Cf. Gott, 2006, p.65-69; 82-85.

4 Esses “homens de cor e livres” eram aqueles que, de alguma forma, conseguiram sua independência e atuavam como trabalhadores urbanos, operários, artesãos ou, em casos excepcionais, como pequenos comerciantes.

5 A elite branca de Cuba era formada por espanhóis de origem ou por *criollos*, que dominavam a burocracia do país e o comércio internacional e local. Além disso, devem ser levados em consideração os cidadãos norte-americanos que se transferiram para Cuba e dominavam uma parcela considerável da produção açucareira.

6 Em 1861, o Haiti buscava invadir a República Dominicana, que, consequentemente, decidiu buscar ajuda na Espanha, com a renúncia de seu caráter independente em troca de ajuda militar. A ameaça haitiana foi rapidamente desfeita pelos espanhóis, mas os dominicanos declinaram de sua promessa. Essa situação causou um conflito armado entre os dois países, encerrado em 1865, com a retirada espanhola devido à grande perda de soldados para as doenças existentes na ilha. Cf. Tone, op. cit., p.40-41.

Cuba, a instauração de uma rebelião contra o domínio espanhol, atacando o povoado de Yara e dando o impulso necessário para a sublevação das províncias orientais de Camaguey e Las Villas.⁷

A conjuntura política enfrentada pelo governo espanhol contribuiu sobremaneira para a organização e o desenvolvimento do movimento rebelde. Em meados da década de 1860 a Espanha passava por uma importante crise econômica e política que gerava descontentamento entre os militares e parte considerável dos setores monarquistas, além da constante pressão exercida por outros grupos políticos, como os liberais, republicanos e carlistas.⁸ Já em setembro de 1868, a situação tornou-se insustentável e as forças navais baseadas em Cádiz amotinaram-se e lançaram um manifesto que condenava a administração vigente e negava qualquer obediência em relação a ela, culminando com o destronamento de Isabel II. Instalou-se, assim, um governo revolucionário e cercado por opiniões conflitantes que iam do monarquismo moderado dos militares, com a intenção de promover mudanças constitucionais e a substituição do monarca, ao radicalismo de alguns liberais e republicanos, defensores de um rompimento definitivo com os Bourbons e a implementação de uma República baseada no princípio da soberania nacional (Fusi Aizpúria: Gómez Ferrer; Jover Zamora, 2001, p.188-190). Claramente a Espanha não tinha possibilidades de voltar sua completa atenção para o conflito cubano, pois os problemas internos demandavam um cuidado imediato.

Favorecidos por esse ambiente os insurgentes conseguiram um avanço territorial significativo, novas cidades e homens aderiam à causa e, em meados de 1880, haviam dominado grande parte das províncias orientais, mas esbarravam na resistência dos territórios

7 Atualmente é denominada Vila Clara.

8 Nos últimos anos de reinado de Fernando VII – por volta de 1830 – surgiu uma corrente ideológica e política na Espanha, de caráter tradicionalista e antiliberal, que defendia a restauração da monarquia absoluta e preconizava a subida ao trono do infante D. Carlos, irmão do então rei Fernando VII. Esse grupo, denominado carlista, promoveu uma série de revoltas internas na península com combates constantes com as forças do exército espanhol. Cf. María Marco, 1998, p.79.

ocidentais em aderir à revolução. Essa era uma divisão tradicional em Cuba, pois o desenvolvimento econômico, político e social de cada porção territorial foram feitos de forma desigual e motivavam o desencontro de interesses. O oeste era, desde a colonização, a área de maior investimento espanhol, com a concentração das principais cidades e portos, entre os quais se destacava o de Havana, e, conseqüentemente, com um maior fluxo comercial e de imigrantes provenientes da Espanha. Com um sistema econômico mais bem estruturado a região atraiu, no século XIX, os grandes produtores de açúcar interessados no potencial natural da ilha, assim como um forte investimento na construção de linhas férreas e do sistema telegráfico, integrando-se ao capitalismo global vigente no período (Fraginals, 1978).

Na corrente oposta, o Oriente não tinha recebido a mesma proporção de investimentos e passava por um atraso substancial. O predomínio das áreas montanhosas, dominadas por florestas inexploradas e com um clima excessivamente quente e úmido, dificultava a produção de açúcar diminuindo o interesse e o investimento espanhol. Destacava-se nesse cenário a existência de uma maioria de pequenas propriedades, algumas baseadas na agricultura de subsistência e outras no arrendamento. O trabalho livre era preponderante e a presença de escravos e peninsulares, muito menor do que a existente no oeste. As poucas propriedades produtoras de açúcar não recebiam grandes incentivos da Espanha e sofriam com a política comercial de favorecimento em relação às grandes propriedades das províncias ocidentais, sendo obrigadas a complementarem sua produção com outros gêneros (Ibidem). Em decorrência desses fatores a capacidade de mobilização revolucionária dessa área era latente e contava ainda com a possibilidade de atacar a estrutura produtora de açúcar e outros gêneros sem sofrerem grandes prejuízos comerciais.

Os ocidentais, por sua vez, não podiam correr o risco de qualquer desequilíbrio no cultivo de suas lavouras e na possibilidade de abolição da escravidão. De acordo com Florestan Fernandes, os proprietários do Ocidente, moderados e pró-espanhóis, temiam o

teor radical proposto pela revolução, principalmente “o temor pela bandeira da emancipação imediata da escravidão e, sobretudo, que o controle político-militar do movimento passasse fatalmente para os grupos sociais identificados com a pressão popular por uma revolução democrática” (Fernandes, 2007, p.61).

Assim, Céspedes e os demais proprietários mobilizaram grande parte da população oriental para o levante separatista, alguns emanciparam seus escravos, e receberam o apoio dos trabalhadores chineses insatisfeitos com o desrespeito de seus contratos de trabalho.⁹ Dos setores populares emergiram importantes líderes político-militares, como Máximo Gómez e Antonio Maceo, por exemplo, figuras que também tiveram papel fundamental na rebelião de 1895. Apesar da crescente adesão popular, as orientações do movimento revolucionário, inicialmente, foram ambíguas e mal definidas. Alguns defendiam a separação completa da Espanha, outros optavam por uma busca de apoio nos Estados Unidos e uma consequente anexação¹⁰ e havia aqueles que se contentavam com a obtenção de um regime autonomista. Contudo, o ponto central de discordância era a resolução da situação escravista, a qual Céspedes e outros líderes, mesmo após emanciparem seus escravos, se mantinham reticentes. O direito à liberdade era um consenso, mas a forma como ela seria definida gerava desinteligências, pois muitos exigiam uma emancipação gradual e com o pagamento de uma indenização para os proprietários; os negros, por sua vez, buscavam uma libertação imediata, ou em um cenário menos otimista que ela ocorresse imediatamente após o término

9 O comércio de escravos em Cuba foi suprimido em 1867, assim, era necessário buscar novas fontes de mão de obra. Os plantadores de açúcar se voltaram para a China, e o “comércio de *coolies*” trouxe cerca de 130 mil trabalhadores chineses para a ilha entre 1853 e 1874. Cf. Gott, op. cit., p.88.

10 Desde o início do século XIX os Estados Unidos promoveram algumas tentativas de anexar Cuba, fosse pela compra ou pela força, mas com o fim da Guerra Civil norte-americana essa intenção passou a diminuir pelo temor de que uma área com a existência de escravos pudesse reacender as rivalidades entre norte e sul. No entanto, essa ideia ficou entranhada no imaginário de alguns cubanos e era propagada nos momentos de crise em relação ao domínio espanhol. Cf. Marín, 1998, p.42-47.

do conflito (Elorza; Sandoica, 1998, p.89-91). Era clara a necessidade de apoio da população de escravos e negros libertos, assim, as intenções foram gradualmente organizadas e acordou-se, mesmo sem unanimidade, a definição de um movimento independentista e com abolição ao fim do conflito.

Apesar do crescimento das fileiras revolucionárias e do aparente consenso em relação ao problema escravista, a insurgência ainda se mantinha regionalizada e não conseguia afetar as províncias ocidentais, principalmente após a construção de uma linha defensiva que atravessava a ilha entre os extremos norte e sul, mais especificamente das cidades de Júcaro a Morón. A construção dessa linha foi descrita por Francisco Marín:

La trocha era una línea constituida por fuertes de mampostería, con 20 hombres para su defensa distanciados un kilómetro y provistos de un proyector luminoso de 500 metros de alcance. Cada seis fuertes se situó un campamento fortificado con una guarnición de 120 soldados. A cada lado de la línea que unía dichos fuertes se establecía un espacio desprovisto de vegetación, que facilitaba la observación, y minado (Marín, 1998, p.61).

Ademais, o desenvolvimento da revolta ainda se mantinha ligado à crise interna da Espanha que, em 1874, chegava ao fim do Sexênio Revolucionário¹¹ e iniciava sua Restauração Monárquica. O líder do Partido Conservador, Antonio Cánovas Del Castillo, em conjunto com o general Arsenio Martínez-Campos, deu início a um movimento de restauração da dinastia borbônica, centrada na figura de Afonso XII, e com base em uma monarquia constitucional. Instaurou-se um sistema político bipartidário, dividido entre os conservadores liderados pelo próprio Cánovas Del Castillo e os liberais liderados por Praxédes

11 O Sexênio Revolucionário é o período da história espanhola decorrido entre o triunfo da revolução de 1868 até o início da etapa de restauração monárquica ocorrido em 1874. Na atividade política desses anos participaram quatro blocos políticos – unionistas, progressistas, democratas e republicanos – que se dividiram em três governos: Monarquia Constitucional, República federal e República unitária e presidencialista. Cf. Fusi Aizpúria: Gómez Ferrer; Jover Zamora, op. cit..

Mateo Sagasta. A superação do sistema de partido único, que levava o governo de Isabel II a ser acusado de falta de legitimidade democrática, permitiu um panorama de alternância pacífica entre os partidos, dando a ilusão de um sistema eleitoral efetivo, mas que em realidade aumentou a centralização do poder e as práticas de corrupção.

Reestruturada a situação interna, a Espanha pôde voltar sua atenção completamente para a situação conflituosa desenvolvida em Cuba. Em 1876, o general Martínez Campos assumiu o comando militar da ilha e começou um processo de reorganização das forças disponíveis e dos reforços provenientes da península. Além disso, planejava minar a união entre os insurgentes, principalmente entre os líderes provenientes da elite, promovendo um sistema de compensação para aqueles que desistissem da luta. As manobras espanholas foram bem-sucedidas e, no início de 1878, uma parcela dos revolucionários firmou com as autoridades militares espanholas o *Pacto de Zanjón*. O acordo previa, mediante a rendição dos rebeldes, anistia aos combatentes, reformas políticas voltadas para a constituição de um governo autonômico e a libertação dos escravos combatentes. Mesmo sem tocar no ponto da independência o convênio foi aceito e a situação da ilha foi considerada pacificada.

Muitos rebeldes ficaram frustrados e, para demonstrar sua indignação, redigiram o *Protesto de Baragua* ratificando sua intenção de continuar o combate, porém, não possuíam condições materiais e humanas para prosseguir. Em 1879 a chama revolucionária se reacendeu e teve início uma nova insurgência, denominada *Guerra Chiquita*, considerada um prolongamento da Guerra dos Dez Anos. O novo movimento nasceu fadado à derrota, pois não possuía uma organização efetiva, apoio e recursos para desenvolver uma luta de fato. Assim, foi suprimida com a mesma celeridade de seu surgimento.

A despeito do fracasso, o primeiro movimento independentista contribuiu para o surgimento de algumas mudanças sociais, econômicas e políticas importantes para a constituição de uma consciência nacional e o surgimento de um novo levante. O primeiro ponto a ser observado é o encaminhamento dado ao problema escravista. O *Pacto de Zanjón* previa a libertação de todos os escravos que ha-

viam lutado tanto do lado rebelde como do lado espanhol, mas era impossível para a Espanha promover tal abolição sem prejudicar o andamento da produção de açúcar e outros gêneros comerciais. Dessa forma, iniciou uma emancipação gradual, da qual os primeiros a usufruir foram os negros pertencentes ao exército espanhol e aqueles que nasceram até 1810 ou depois de 1868, parcela pouco considerável da mão de obra existente em Cuba. A erradicação do sistema escravista desenvolveu-se lentamente concretizando-se apenas no ano de 1886. A transformação do trabalho escravo em uma atividade livre e assalariada, muitas vezes exercida pelos próprios negros, permitiu aos libertos, mesmo de forma precária, uma integração social e o desenvolvimento de uma nova identidade nacional baseada no sentimento de pertença ao território cubano, aumentando sua motivação para lutar em uma rebelião futura. Além disso, com o fim da escravidão a Espanha perdeu boa parte do apoio oferecido pela sociedade ocidental, o que enfraquecia ainda mais os laços colônias ainda existentes.

Em segundo lugar, é necessário ter em mente a mudança estrutural pela qual passou a produção açucareira cubana. No último quarto do século XIX o açúcar proveniente da cana perdeu parte considerável do seu mercado europeu em decorrência do crescimento da extração de açúcar da beterraba, nesse sentido, as perspectivas de aumento das exportações foram minadas e alguns produtores desistiram do negócio e venderam suas propriedades às grandes empresas estrangeiras ou se tornaram fornecedores e arrendatários destas. A renda concentrou-se ainda mais nas mãos de uma reduzida burguesia e a dependência comercial em relação aos Estados Unidos tornou-se aguda (Gil, 1975, p.87-88), segundo Adrian Bantjes, “em 1894, 94% do açúcar cubano e 87% das demais exportações foram dirigidos para os Estados Unidos e apenas 6% do total das exportações foi destinados para a Espanha” (Bantjes, op. cit., p.120, tradução do autor). Contudo, essa transição aumentou a vulnerabilidade cubana às flutuações da economia estadunidense, sobretudo, nos períodos de crise, como no *crack* de 1893 e na promulgação do *Wilson-Gorman Act*, em 1894, que

submeteu a exportação de açúcar a pagamentos de tarifas de até 40%, anulando todos os acordos de reciprocidade firmados anteriormente (Bandeira, 1998, p.30).

A transformação na estrutura produtora afetou o Ocidente e o Oriente de forma distinta e exacerbou a profunda diferença entre as duas partes da ilha. Na porção leste as pequenas propriedades ficaram devastadas e as dependentes do açúcar faliram ou foram reduzidas a uma existência marginal se comparadas com a competitividade da produção das plantações de beterraba ou com a reorganizada e capitalizada região ocidental. Esta, por sua vez, recebeu um considerável contingente de imigrantes espanhóis, contribuindo para o branqueamento da população e para o surgimento de novos pequenos produtores que investiam em produtos diversos e abasteciam as províncias de Havana, Matanzas e Pinar Del Río. Em síntese, a divisão social da ilha acentuava-se ainda mais: o leste pouco desenvolvido, repleto de negros egressos das plantações ocidentais e constantemente insatisfeitos com a administração espanhola; e o oeste desenvolvido, com uma população majoritariamente branca e ainda resistente a manifestações independentistas.

As mudanças econômicas e sociais posteriores ao fracasso de 1868 promoveram a manutenção do descontentamento com a administração colonial espanhola. Entretanto, era necessário reorganizar o movimento independentista para que ele pudesse ser convertido em uma força preparada e aparelhada, com possibilidades de combater de forma eficiente o domínio espanhol. Assim, a reformulação dos ideais separatistas e o início da segunda guerra de independência centraram-se nas propostas de um grupo que mesclava veteranos da Guerra dos Dez Anos com uma nova geração de cubanos, entre os quais se destacava José Martí.

José Martí e os novos sonhos de independência

Nascido em Havana, no ano de 1853, de família espanhola e com grande interesse pelos livros, José Martí começou muito jovem

a dar mostras de um talento literário e de um ativismo político acentuado. Prontamente abraçou o ideal independentista cubano e, em 1869, fundou seu primeiro periódico, *Patria Libre*, que divulgava escritos favoráveis aos rebeldes. A apreensão de uma carta de Martí, na qual acusava um amigo de trair o movimento insurgente, o levou, aos dezesseis anos, a ser preso e condenado a seis anos de trabalho forçado. Por meio da influência de seu pai, o governo espanhol comutou sua pena pelo exílio na Espanha, onde começou a estudar Direito e a integrar os círculos da elite política e intelectual (Thomas, 1973, p.390). Sua permanência fora de Cuba lhe proporcionou uma amplitude de experiências e perspectivas que o ajudaram a lapidar o núcleo nacionalista de seu pensamento. De acordo com Antonio Elorza e Elena H. Sandoica, essa experiência:

Le lleva a sentar las bases doctrinales que depuraron su patriotismo de los componentes xenófobos, articulando su específica religión de la patria – de base inconfundiblemente democrática – con una fe extensísima en la idea del progreso y la humanidad (Elorza; Sandoica, op. cit., p.163).

O conceito de nação era muito forte nas ideias de José Martí. Defendia a tese de que ela deveria emanar do próprio povo, como um sentimento interiorizado e convertido em uma realidade institucional. A nação era considerada condição prévia para a formação eficaz de um Estado, assim como as comunidades nacionais eram o marco no qual o indivíduo encontrava sua plena realização. Posição contrária à tendência de se observar a nação como construção intencionada e exclusiva de uma elite governante que utilizava o nacionalismo para se sobrepor à vontade de seus opositores.

Entre 1875 e 1880 Martí transitou por vários países da América Latina, como México, Guatemala e Venezuela, além disso, foi representante consular da Argentina, Uruguai e Paraguai, essas pequenas passagens e contatos serviram para definir o vínculo emocional e político de Martí com a América hispânica. Por fim, em 1881, fixou-se nos Estados Unidos, momento no qual aumen-

tou sua produção literária e jornalística ganhando o reconhecimento dos círculos intelectuais latino-americanos. Não obstante, Martí empregou a maior parte de suas forças na busca de seu autêntico objetivo: a independência cubana. Nessa etapa, sua luta por Cuba se deu por meio das palavras e dos escritos, da fundação de revistas, dos livros e dos artigos para periódicos de língua espanhola e inglesa. Já em meados de 1884 iniciou a organização de um novo movimento revolucionário, não sem enfrentar alguns obstáculos, a serem discutidos mais adiante.

O pensamento martiano é marcado por dois pontos essenciais: seu latino-americanismo e seu anti-imperialismo. A ameaça expansionista representada pelos Estados Unidos, país conhecido a fundo por Martí, teve papel fundamental na evolução do seu pensamento que criticava ativamente as ideologias definidas pela Doutrina Monroe e o Destino Manifesto. A Conferência de Washington, em 1889, o alarmou ainda mais e desencadeou sua crítica veemente ao perigo representado pela ambição comercial dos norte-americanos para as repúblicas do continente. Segundo Martí,

jamais houve na América, da independência para cá, assunto que requeira mais sensatez, que obrigue a maior vigilância, que peça exame mais claro e minucioso que o convite que os Estados Unidos, poderosos, repletos de produtos invendáveis e determinados a estender seus domínios pela América fazem às nações americanas de menos poder, ligadas pelo comércio livre e útil com os povos europeus, para coordenar uma liga contra a Europa e fechar negócios com o resto do mundo. Da tirania da Espanha soube salvar-se a América Espanhola; e agora, depois de ver com o criterioso olhar os antecedentes, causas e fatores do convite, urge dizer, porque é verdade, que chegou para a América espanhola a hora de declarar a sua segunda independência (Martí, 1980, p.170).

A partir de suas observações e experiências vividas nos países latino-americanos, Martí percebeu a existência de características comuns entre essas sociedades, o que tornou possível o vislumbre de uma identidade comum, além da existência de uma unidade de naturezas geográfica, histórica e social, dentre as quais Cuba estava

inserida. Essa aparente unidade passou a ser defendida pelo cubano que evocava constantemente a identidade cultural e histórica, a qual adjetivou de *Nuestra América*. A América hispânica deveria libertar-se espiritualmente dos resquícios do colonialismo, tornando-se capaz de definir seu destino, sua autonomia e sua expressão própria.

Movido pelos ideais de união continental e pelo temor do expansionismo norte-americano, José Martí reforçou sua atuação na organização de um novo movimento revolucionário cubano, encontrando sérios problemas para unificar os diversos setores interessados em combater o domínio espanhol. Para entendermos melhor essa situação é necessário retroceder para meados dos anos oitenta do século XIX.

Apesar de sua ascensão como escritor, José Martí era visto com antipatia e desconfiança pelos cubanos exilados nos Estados Unidos e em outros países latino-americanos. O pensamento recorrente o definia como um homem de palavras, sem as características necessárias para ser reconhecido como um verdadeiro combatente da independência, além de ser acusado de temer uma guerra de verdade, principalmente porque seria eclipsado pelos líderes militares do movimento. Por sua parte, José Martí desconfiava, influenciado por suas experiências no México, Guatemala e Venezuela, de uma possível postura “caudilhista” de Máximo Gómez e Antonio Maceo, ou seja, da intenção de ambos assumirem de forma centralista o controle da ilha no caso de uma vitória contra a Espanha. Os primeiros contatos com os chefes militares foram, em consequência, conturbados e repletos de discordâncias. Martí observava, principalmente em Máximo Gómez, uma postura autoritária e avessa às suas ideias. Nesse sentido, as discussões levaram a um rompimento entre ambos. Martí atacava Gómez com as seguintes palavras:

... un pueblo no se funda, General, como se manda un campamento [...] ¿Qué somos, General?: ¿los servidores heroicos y modestos de una Idea que nos calienta el corazón, los amigos leales de un pueblo en desventura, o los caudillos valientes y afortunados que con el látigo en la mano y la espuela en el tacón se disponen a llevar la guerra a un pueblo,

para enseñorearse después de él? [...] A una guerra así mi apoyo no se le prestaré jamás (Martí apud Tone, op. cit., p.55).

A tensão entre os líderes do movimento independentista suavizou-se em princípios de 1890, em grande parte devido aos esforços de Martí, que reconhecia a necessidade de uma unidade entre os setores diversos. Trabalhou constantemente para unir as forças no exílio e aprendeu a conviver com o militarismo de Maceo e Gómez. Era necessária a comunhão com essas figuras, pois os líderes carismáticos e com a experiência do primeiro conflito separatista arrastavam inúmeros seguidores, necessários para a constituição de uma ação armada.

O ponto de inflexão na carreira política de José Martí ocorreu em 1891, quando entrou em contato com as efervescentes comunidades de Tampa e Cayo Hueso, ambas localizadas na Flórida. Essas cidades abrigavam um número considerável de empreendedores e trabalhadores cubanos ligados ao tabaco, que se aproveitavam dos incentivos estadunidenses na concorrência com o produto importado de Cuba. Esse setor possuía uma tendência radical, e muitos deles estavam ligados ao movimento anarquista, e Martí viu a possibilidade de atraí-los para a causa cubana. Para isso incluiu às suas ideias de independência e democracia as demandas sociais dos trabalhadores, como reforma agrária, melhores salários e condições de trabalho.

Após seu triunfo na Flórida, Martí voltou-se para a fundação de uma estrutura política capaz de dirigir o processo de independência, pois, segundo José Rodrigues Mao Júnior, “ele [Martí] compreendia que as tarefas a serem realizadas iam muito além da luta pela obtenção da independência propriamente dita, pois já antevia as necessidades e os desafios da construção de uma república futura” (Mao Júnior, op. cit., p.123). Dessa forma, em abril de 1892 foi oficialmente fundado o Partido Revolucionário Cubano (PRC), sendo José Martí eleito comissário. O PRC¹² uniu-se aos diversos clubes e juntas revolucionárias e ficou responsável pela organização civil

12 Sigla que utilizaremos para nos referir ao Partido Revolucionário Cubano.

da guerra e da arrecadação de fundos junto aos cubanos exilados¹³ para a compra e envio de armas aos combatentes na ilha. Assim, a constituição político-financeira para o desenvolvimento de uma nova investida estava consolidada e as alianças entre civis e militares foram costuradas da melhor maneira possível. O projeto de um novo levante separatista poderia, após dezessete anos de espera, ser colocado em prática.

A ação e liderança de Martí geraram uma interessante discussão historiográfica, entre aqueles que se debruçaram no entendimento da construção simbólica arquitetada acerca do “apóstolo” da independência. Não temos neste trabalho a intenção de entrar em tal debate, mas sim observar que, a despeito das classificações de “mártir”, “apóstolo”, “integrador” ou “herói nacional” e as críticas feitas a essas alcunhas, consensualmente Martí foi de suma importância para o movimento revolucionário, principalmente na estruturação política e na ação integradora, constituindo uma espécie de comunidade imaginada¹⁴ ao redor do objetivo comum de tornar Cuba independente. Seu pensamento foi, e ainda é, utilizado e exaltado em diversos períodos da história cubana, além de ter deixado uma importante herança de ativismo e busca por uma liberdade igualitária para toda a América Latina.

Antagonismo inevitável: Espanha e Cuba novamente em guerra

Após os anos de estruturação, foi posto em andamento o plano que deu início à nova guerra de independência. A intenção inicial era

13 Os trabalhadores do tabaco em Tampa e Cayo Hueso, desde a aproximação com os ideais de Martí, entregavam três dias de salário por mês ao PRC e à Junta Revolucionária de Nova York para ajudar na compra de armas e outros tipos de materiais necessários para o abastecimento das tropas cubanas. Também era forte a desconfiança de que os sindicatos açucareiros norte-americanos investiam quantias vultosas para a manutenção do contingente revolucionário. Cf. Elorza; Sandoica, op. cit., p.182.

14 Entendemos o conceito de comunidade imaginada de acordo com as ideias de Benedict Anderson. Cf. Anderson, 1991, p.32.

promover uma série de levantes em diversos pontos da ilha mediante o envio de homens e armas em três pequenas lanchas, originárias dos Estados Unidos, para se juntarem aos rebeldes já instalados em Cuba. Essa ação, colocada em prática em janeiro de 1895, foi frustrada pela marinha norte-americana, perdendo-se grande parte de armamentos e suprimentos, além do elemento surpresa, fundamental para o sucesso inicial da rebelião (Elorza; Sandoica, op. cit., p.182).

O fracasso da primeira expedição desestabilizou momentaneamente os líderes rebeldes e colocou em dúvida a possibilidade de uma mobilização efetiva. Contudo, os patriotas cubanos voltaram a buscar recursos para restituir as perdas e lançaram um comunicado, assinado por Gómez e Martí, assegurando que o movimento continuava sua busca e seria retomado na segunda quinzena de fevereiro. E de fato em 24 de fevereiro foi emitida uma ordem de sublevação geral, que atingiu de forma esparsa as províncias do Oriente e não se concretizou no Ocidente. Em realidade, mesmo com os demorados preparativos de guerra os cubanos residentes na ilha ainda estavam pouco informados sobre a nova proposta revolucionária e suas pretensões, além de não contarem com a presença dos principais líderes revolucionários – Máximo Gómez e Antonio Maceo –, elementos fundamentais para impulsionar a adesão à luta independentista.

Quando a insurreição teve início em Cuba, a Espanha era liderada pelo Partido Liberal, representado por Praxédes Mateo Sagasta. Desde o início da década de 1890 os liberais defendiam que a manutenção de suas possessões deveria ser feita por meio da implantação de uma forma de governo autônoma, mantendo os privilégios econômicos e políticos da península. Dessa forma, Sagasta, em conjunto com seu ministro das colônias, propôs a implementação de um regime autonomista para Cuba, que permitiria aos insulares o controle das obras públicas, das comunicações, da saúde e da educação, além da construção de uma nova lei eleitoral mais justa e favorável aos interesses cubanos. No entanto, os demais setores da política e da opinião pública relutavam em assumir qualquer compromisso reformista e esse desacordo promovia manifestações contrárias ao Partido Liberal e desestabilizavam o governo de Mateo Sagasta.

A notícia de uma rebelião em Cuba acentuou as dificuldades enfrentadas pelo gabinete governamental de Sagasta, sobretudo, quando em março irrompeu uma crise entre a imprensa liberal e um setor radical do exército espanhol. Os periódicos apontavam que um número considerável de militares vinha pedindo dispensa ou desligamento do exército por não estarem dispostos a lutar em Cuba. Em resposta os oficiais invadiram as oficinas desses jornais e promoveram uma destruição generalizada. O alto escalão das forças armadas espanholas se posicionou ao lado dos oficiais exaltados e contra a lei de liberdade de expressão, colocando em risco a estabilidade interna da Espanha. Preso a essa situação, Sagasta recuou, pois não podia defender a posição dos jornais ligados ao seu partido sem acentuar a exaltação militar e o risco de um levante interno, e se demitiu do cargo de chefe do governo espanhol.

Para preencher o vazio político, Cánovas Del Castillo reassumiu o gabinete com uma proposta de defesa da honra dos militares contra os ataques da imprensa. Erradicou as pretensões de qualquer reforma para Cuba e vetou a possibilidade de negociação com a nova insurreição. De acordo como essa inclinação política, recorreu, novamente, ao marechal Arsenio Martínez-Campos, artífice da Restauração e da Guerra dos Dez Anos, em quem depositava a confiança no desenvolvimento de uma dupla ação, combinando a organização militar com a sua característica política conciliadora.

Nesse ínterim da crise espanhola, a rebelião em Cuba teve a oportunidade de se reestruturar e avançar para outras províncias. Em Santiago, Mazanillo, Bayamo, Holguín e Guantánamo a revolta já havia se instalado e os líderes começavam as suas investidas contra as guarnições espanholas, guardas civis e a população leal à metrópole. Em fins de março Antonio Maceo, seu irmão José e outros líderes desembarcaram na ilha e iniciaram os contatos com as colunas já estabelecidas. Uma vez à frente das forças sublevadas, Maceo desenvolveu uma campanha ativa, e em junho de 1895 dominou a maior parte da região oriental (Elorza; Sandoica, op. cit., p.191).

Também em fins de março, José Martí e Máximo Gómez publicaram o *Manifiesto de Montecristi*, no qual apresentavam as me-

tas da revolução. O documento visualizava uma República Cubana diferente das repúblicas feudais e teóricas da América espanhola e a guerra seria disputada de maneira civilizada, os negros convidados a participar e a propriedade privada e os não combatentes seriam respeitados. Em meados de abril, Gómez e Martí chegaram a Cuba e após alguns dias conseguiram se unir a Maceo e auxiliar na campanha de domínio do Oriente. Com os principais líderes estabelecidos em Cuba e a difusão do programa revolucionário a revolta recebeu o impulso necessário para o seu alargamento.

No entanto, a rebelião cubana se desenvolveu para além dos combates militares e abarcou uma série de fatores políticos e econômicos que interferiam diretamente em sua evolução. Desse modo, entendemos, em consonância com Manuel Moreno Fraginals, que a guerra de independência de Cuba deve ser analisada “em três planos simultâneos, que conectados entre si formam um só conjunto de inter-relações” (Fraginals, 2005, p.339). Inicialmente, temos a batalha dos setores civis pelo comando do PRC, importante para a definição de quem ficaria com o poder decisivo sobre a orientação política da guerra e da interlocução com o governo da Espanha e dos Estados Unidos. Em segundo lugar, encontrava-se a situação militar, na qual se enfrentavam as tropas independentistas e as peninsulares. Por fim, ocorria a “batalha” diplomática entre a Espanha e os Estados Unidos, como um terceiro envolvido e com interesses específicos em relação a Cuba.

A morte de José Martí, em 19 de maio de 1895, contribuiu para que os três planos citados sofressem sensíveis modificações. Após o encontro com as forças reunidas por Maceo, Gómez e Martí haviam partido com um pequeno contingente de homens para a província de Porto Príncipe com a intenção de impulsionar a revolta nessa região. Esse destacamento foi atacado por uma coluna de infantaria espanhola e facilmente batido sofrendo inúmeras baixas, entre elas Martí. Essa perda privou os cubanos de um homem-chave na organização revolucionária e possível condutor da guerra diplomática. Para o britânico Hugh Thomas, a perda de Martí, apesar de irreparável, possuía uma vantagem para os re-

beldes, na medida em que “proporcionou um mártir para a luta cubana” (Thomas, op. cit., p.416). Longe de corroborar essa afirmação consideramos a morte de Martí como um ponto de forte desequilíbrio para o desenvolvimento da revolução de independência, pois promoveu o início de uma batalha interna pelo domínio do PRC que, futuramente, afetaria a evolução militar e os objetivos propostos no *Manifiesto de Montecristi*.

O comando do PRC foi desestabilizado e passou por uma profunda crise de identidade até meados de junho, quando Tomás Estrada Palma assumiu o posto de delegado do partido. Estrada Palma havia passado grande parte de sua vida nos Estados Unidos, sofrendo um intenso processo de “americanização” e assumindo a defesa da anexação de Cuba à União norte-americana. Nesse sentido, ocorreu uma maior aproximação entre o PRC e os estadunidenses, os quais possuíam interesses na ilha, motivados, em grande medida, pela produção de açúcar, e se diziam simpatizantes do movimento rebelde. Estabelecia-se uma contradição acerca das ideias de José Martí da necessidade de um afastamento em relação aos Estados Unidos, pois esse país oferecia riscos palpáveis para a liberdade de Cuba. Assim, a liderança civil assumiu uma nova postura e aproximou a revolta com os interesses do país do norte, o que posteriormente influenciaria diretamente no andamento das decisões militares.

Em realidade, por certo período, os líderes civis foram pouco atuantes no que tange ao desenvolvimento das ações bélicas, restritas ao comando de Máximo Gómez, Antonio Maceo e, a partir de 1896, Calixto García. Esses líderes possuíam o carisma necessário para arrastar uma grande quantidade de seguidores e levarem o conflito a uma evolução efetiva, ao mesmo tempo que ignoravam as orientações políticas do partido instalado nos Estados Unidos e distantes das dificuldades da guerra. Fortalecia-se outra tendência contrária às orientações de Martí: a centralização do poder nas mãos dos militares, reconhecidos pelo cubano como possíveis exemplos da tradição autoritária presente em outros países latino-americanos.

A nova postura assumida pela direção do PRC e o centralismo dos líderes militares iniciaram um choque de ideias e interesses que

perdurou ao longo do conflito. A influência dos norte-americanos ligados à produção de açúcar trouxe um novo significado para a orientação política da guerra e essa situação entrou em colisão com as estratégias de combate instauradas em Cuba por Gómez e Maceo que consistiam, além da guerrilha, na destruição das usinas e das lavouras açucareiras com a intenção de causar prejuízos à economia espanhola. Entretanto, os danos se estendiam para os investidores norte-americanos que, em consequência, pressionavam o comando civil cubano radicado em Nova York. Assim, as discussões sobre as decisões na esfera militar ganharam, inevitavelmente, implicações políticas e ressurgiam as antigas diferenças entre os setores civis e militares, abafadas com muita dificuldade antes do início da guerra.

Apesar da morte de Martí e das discordâncias entre os comandos, a guerra contra o colonialismo espanhol logrou êxitos durante o ano de 1895. A porção leste da ilha sublevou-se com mais facilidade, e permitiu ao contingente rebelde um crescimento a cada conquista. O exército libertador era constituído por uma combinação heterogênea de personagens: camponeses, negros, trabalhadores do tabaco, intelectuais, pequenos comerciantes, arrendatários e alguns estrangeiros, com poucos conhecimentos militares e desprovidos de suprimentos adequados para a manutenção de um combate eficaz.¹⁵

O exército espanhol, por sua vez, era composto por uma maioria de homens provenientes do outro extremo do Oceano Atlântico, obrigados a combater em um lugar que conheciam apenas a distância. Entre o ano de 1895 e o início de 1898, a Espanha realizou o maior esforço militar de uma metrópole na América. Segundo algumas estimativas, 220.285 soldados foram enviados a Cuba, além daqueles que já combatiam na ilha (Fraginals, 2005, p.335). A Espanha conseguiu esse grande número de soldados, segundo Yolanda Díaz Martínez, ao colocar em prática

15 Martínez, Dos ejércitos en lucha: tácticas y estructuras militares en la Guerra de Cuba, 1895-1898. In: *Revista Complutense de historia de America*, Madrid, Editorial Complutense, n.20, p.260, 1994.

“el artículo 3º de la Constitución que planteaba la obligatoriedad de todo español de defender el país con las armas cuando fuese llamado a hacerlo y cuyo reclutamiento, a través de sorteos, se hacía atendiendo a la Ley de Reclutamiento y Reemplazo del Ejército” (Martínez, op. cit., p.261). Além disso, contava com a adesão dos voluntários, dos militares aposentados, dos desertores em busca de indulto, e, por fim, dos presos que, por meio da Lei de Anistia de 1895, trocavam suas penas pelo cumprimento do serviço militar na ilha. Os combatentes espanhóis possuíam aparatos bélicos adequados para empreender uma derrota rápida aos rebeldes, porém tinham as mesmas dificuldades em relação à alimentação, higiene e vestimenta, além da maior suscetibilidade a contrair as doenças características da ilha.

Como não era possível para os cubanos avançarem diretamente contra o exército espanhol, principalmente pela superioridade numérica e bélica, Máximo Gómez optou por assumir a estratégia da guerra de guerrilhas. Os insurgentes deveriam evitar o enfrentamento direto, permitido apenas em situações de clara condição de superioridade, e limitar-se a pequenas escaramuças e sabotagens aos recursos econômicos e estruturais dos espanhóis. A população civil era de suma importância para o desenvolvimento dessa forma de guerra, pois atuava como informante e provedora de recursos materiais¹⁶ – obviamente essa adesão à revolta não era unânime e muitos civis preferiram se manterem favoráveis à Espanha ou neutros. A rede local de informações aliada à topografia montanhosa e selvática da porção oriental tornava a repressão espanhola ineficiente e permitia aos rebeldes se espalharem e prosseguirem com a dominação da região.

16 A guerrilha cubana era favorecida em grande medida pela rede de informações constituída por uma parte da população civil. Esses homens e mulheres forneciam aos rebeldes preciosos detalhes que permitiam a localização ou a antecipação dos movimentos espanhóis pela ilha. É necessário observar que essa rede nem sempre era formada pela cooperação intencional dos civis, mas também pela pressão e violência que os revolucionários empregavam para coagir essas pessoas a colaborarem com a causa independentista. Cf. Elorza; Sandoica, op. cit., p. 198; Marín, op cit., p.54-55.

No entanto, a revolução não alcançaria seus objetivos se ficasse restrita a pequenos combates e a ataques aos recursos espanhóis. Dessa forma, Máximo Gómez foi além e declarou que os cubanos empregariam uma “guerra total”, ou seja, não seriam combatidos apenas os exércitos espanhóis, mas também toda a estrutura que explorava deliberadamente os recursos econômicos de Cuba. Seu plano consistia em paralisar a produção de açúcar, tabaco e café, que sustentavam boa parte da economia da Espanha, minando o ânimo e o interesse do país em relação à ilha. Com isso buscava, além de refrear a exploração, eliminar a circulação de produtos provenientes da península, que proporcionavam trabalho aos espanhóis, reduzir a cobrança de impostos sobre a importação e exportação, diminuir a rentabilidade de Cuba e enfraquecer a lealdade que alguns trabalhadores dedicavam à Espanha. Além disso, Gómez ordenou apenas a destruição das grandes propriedades e, em oposição, destinou proteção às pequenas áreas rurais que se mantinham fora da influência do comércio espanhol, com a intenção de diminuir o abismo econômico e construir uma sociedade próxima da igualdade.

A postura radical assumida por Gómez não foi consenso entre os outros líderes que não julgavam a destruição como a melhor saída, mas sim a cobrança de impostos das propriedades para a conservação da produção, permitindo ao exército libertador arrecadar fundos para a compra de armas e outros recursos para a sua manutenção. No entanto, a política do comandante em chefe dos rebeldes não se alterou e ele justificava sua continuidade pela possibilidade de atrair novos homens, entre aqueles que perdiam o trabalho nas lavouras, para a causa e paralisar as trocas comerciais favoráveis à Espanha. Se os civis não aderissem à guerra e continuassem a produzir e vender seus produtos às cidades dominadas pelos espanhóis, a colher cana ou tabaco, ou patrulhar as cidades como forças de defesa, a revolução fracassaria. Para Máximo Gómez, em uma guerra de libertação, os civis deveriam assumir um lado, ser neutro implicava ser inimigo da revolução e amigo da Espanha.

Em outubro de 1895 o movimento de independência havia consolidado o domínio da porção leste da ilha e podia direcionar seus

esforços para o avanço em direção ao oeste e abalar decisivamente a estrutura econômica dominada pela Espanha. O comandante espanhol Martínez-Campos passou a recuar suas tropas para a parte ocidental com o intuito de proteger as principais províncias – Havana, Matanzas e Pinar Del Río – e propriedades açucareiras.

A marcha para o oeste necessitava de um plano bem definido que explorasse as vantagens do conhecimento do território e da rede de informações construída junto à população civil. Era preciso, também, uma concentração de homens superior à usada nas escaramuças guerrilheiras, dessa forma, uniram-se as forças sob o comando de Máximo Gómez e Antonio Maceo. A marcha foi iniciada em meados de outubro com Gómez à frente de uma pequena coluna responsável por ultrapassar a linha defensiva de Júcaro-Móron e chamar a atenção dos espanhóis, facilitando, desse modo, o avanço de Maceo com o grosso do exército de invasão, operação que alcançou sucesso em fins de novembro de 1895.

No início de janeiro de 1896, os rebeldes já tinham avançado ao largo de grande parte da ilha procurando evitar o enfrentamento com as principais colunas do exército espanhol e promovendo combates apenas com pequenos contingentes. O rastro de plantações queimadas, engenhos em ruínas, pontes e cidades destruídas comprovavam o sucesso revolucionário. No começo de fevereiro, o avanço dos patriotas cubanos chegou aos limites da Província de Havana, onde Martínez-Campos concentrara a maior parte de suas tropas na expectativa de desencadear um combate decisivo. Gómez e Maceo decidiram por uma opção mais atraente: ao invés de mergulhar em um combate frontal, dividiram o exército em dois. A coluna liderada por Maceo flanqueou o exército espanhol e continuou seu avanço em direção a Pinar Del Río. Os homens de Máximo Gomez, por sua vez, permaneceram em Havana no intuito de ocupar os espanhóis e guarnecer o avanço de Maceo.

Martínez-Campos demonstrava sua incapacidade em debelar uma guerra como a desenvolvida em Cuba, principalmente ao não abrir mão de suas concepções morais e éticas de não empregar qualquer tipo de ação contra a população civil favorável aos cubanos. Sua demissão foi registrada em uma carta a Cánovas Del Castillo:

No puedo yo, representante de una nación culta, ser el primero que dé el ejemplo de comodidad e intransigencia; debo esperar a que ellos empiecen [...] no vacile en que me reemplace; estamos jugando la suerte de España; pero yo tengo creencias, y son superiores a todo y me impiden los fusilamientos y otros actos análogos. La insurrección, hoy día, es más grave, más potente que a principios del 76 (Campos apud Bantjes, op. cit., p.122-123).

Martínez-Campos foi substituído por Valeriano Weyler, um militar da ala radical, com grandes qualidades marciais e poucas restrições ao uso da violência, característica que lhe rendeu o apelido nos Estados Unidos e na Espanha de “El Carnicero” (Thomas, op. cit., p.427).

Ainda na Espanha, Weyler reconhecia que a chave para a vitória estava na separação entre o exército rebelde e a rede de informação constituída por parte da população civil, fator de suma importância para a tática de guerrilhas. Ao chegar a Havana e se deparar com uma situação desvantajosa o general espanhol traçou um plano que se dividia em três partes. A primeira objetivava eliminar as guarnições que defendiam as lavouras açucareiras e os pontos de pouca importância estratégica, para criar grandes contingentes capazes de forçar batalhas decisivas. Em segundo lugar, era necessário limpar as províncias cubanas uma a uma, com início na parte oeste, empurrando os separatistas para o Oriente. O primeiro passo era derrotar Maceo em Pinar Del Río e para isso iniciou a construção de uma nova linha defensiva, que se estendia de Mariel a Majana para separar as tropas de Maceo e Gómez e enfraquecer a resistência.

Por fim, a terceira e draconiana etapa do plano de Weyler consistia na transferência forçada dos civis para cidades ou povoados controlados por tropas espanholas, privando, assim, os patriotas cubanos de sua valiosa rede de informações. A *reconcentración*, como era denominada tal política, previa também a eliminação ou confisco das plantações e do gado, assim como o aproveitamento dos reconcentrados como mão de obra na agricultura. Estima-se que mais de 500 mil cubanos foram mantidos em cárcere entre os

anos de 1896 e 1897, principalmente nas províncias de Santiago, Porto Príncipe, Sancti Spíritus, Pinar Del Río, Havana e Matanzas, e aproximadamente 10% da população da ilha morreu em decorrência da inanição ou das endemias cubanas facilmente proliferadas nos campos da *reconcentración*.¹⁷ O cerco aos civis também se tornou um fator negativo para as tropas de Weyler. A quantidade de comida caiu vertiginosamente, assim como as condições sanitárias, o que colocava os soldados espanhóis em contato direto com os vetores de diversas doenças, às quais não possuíam defesas imunológicas adequadas.¹⁸ A mortalidade no exército aumentou, prejudicando a reestruturação das colunas combatentes, obrigando a Espanha a enviar mais soldados para Cuba.

Após colocar em prática todas as táticas planejadas, Weyler começou a investir diretamente contra os exércitos insurgentes. A linha de Mariel isolou Maceo em Pinar Del Río e a reorganização das tropas obrigou Gómez a recuar até a província de Santa Clara, preso entre as duas linhas defensivas espanholas. Os reforços e os recursos enviados pela Junta Revolucionária de Nova York enfrentavam dificuldades para atingir essa região, enfraquecendo ainda mais as posições dos separatistas. A rebelião começou a sofrer reveses até nas províncias de Porto Príncipe e Santiago, localizadas no leste, e Gómez era constantemente pressionado pelos líderes civis a retornar, junto com Maceo, para defender tais posições.

No início de dezembro Maceo iniciou sua marcha de retorno ao Oriente, com poucos homens e munição. Conseguiu cruzar

17 As estimativas dos estudos que se baseiam no censo cubano de fins do século XIX apresentam um número de mortos entre 155 mil e 170 mil. Cifra relevante se considerarmos que a população de Cuba era de 1,7 milhão de habitantes. Para maiores informações, cf. Tone, op. cit., p.275-282; 291-292.

18 O clima tropical do território cubano, alternando períodos de muito calor com períodos de chuva intensa, favorecia a proliferação de inúmeras doenças, destacadamente a febre amarela, a malária e a cólera. Grande parte dos soldados espanhóis que desembarcavam em Cuba era acometida por essas doenças, aumentando consideravelmente as baixas nas fileiras do exército da metrópole. A incidência de mortos nas fileiras espanholas em decorrência das enfermidades foi muito superior à causada pelos soldados cubanos, considera-se que 41 mil espanhóis morreram em decorrência das doenças contra 4 mil mortes em batalha. Cf. Friginals, op. cit., p.343-344.

as defesas de Mariel pelo mar e se dirigiu para Havana, onde a revolta declinava com rapidez. Contudo, foi localizado por uma coluna espanhola, sofrendo um forte ataque, sem possibilidade de resistência, e foi morto, junto com Panchito Gómez, filho de Maximiliano Gómez. Segundo Antonio Elorza e Elena Sandoica, quando foi conhecida a morte de Maceo “los cañones de La Habana dispararon salvas para celebrarlo [...] y por un momento las multitudes que celebraron el hecho en la Península pudieron creer que la victoria sobre los mambises por fin estaba al alcance de la mano” (Elorza; Sandoica, op. cit., p.263).

Era incontestável o sucesso alcançado pela tática de Weyler, mas suas práticas controversas, principalmente pela *reconcentración*, geravam desconforto em alguns setores espanhóis e em outros países. A imprensa liberal, representada pelo *El Imparcial*, *El Heraldo de Madrid* e *El Liberal*, classificava a política desenvolvida pelo general como extremada e desumana e cobrava sua imediata retirada do comando militar em Cuba. A questão humanitária permeou também as manifestações da opinião pública norte-americana, principalmente quando alimentada pela imprensa sensacionalista, que cobrava uma ação concreta do governo estadunidense para encerrar a brutalidade espanhola em Cuba. No entanto, o posicionamento dos Estados Unidos foi ambíguo e baseado em uma série de situações e interesses, como veremos a seguir.

Rumo a uma nova relação de domínio: a intervenção e tutela norte-americana

Em fins do século XIX, os Estados Unidos passavam por um processo de desenvolvimento político e econômico interno que impulsionavam o país a sair da periferia dos negócios internacionais para uma posição diferente, com uma agenda externa mais adequada e atuante. O excedente da produção industrial levava o governo estadunidense a buscar novos mercados, mediante a expansão de suas fronteiras para

além do espaço físico. Nesse sentido, a intervenção na questão da independência cubana foi um fator *sine qua non* para o início dessa nova proposta (Pecequillo, 2005, p.73-78).

A reação inicial do governo norte-americano ao movimento independentista foi a de um agente diplomático que se preocupava com o destino da ilha, mas sem o comprometimento de uma ação intervencionista. O presidente Grover Cleveland (1893-1897) e seu secretário de Estado Richard Olney lançaram uma série de manifestações oficiais descrevendo o efeito desintegrador do conflito sobre os interesses econômicos dos Estados Unidos, os perigos que cercavam os cidadãos norte-americanos radicados em Cuba e o repúdio contra a possibilidade de outros dez anos de guerra colonial (Schoultz, 1998, p.153). No início de 1896 a situação cubana passou a integrar constantemente o programa político dos opositores à política do presidente democrata e a pressão aumentava à medida que parte da imprensa e da opinião pública cobrava uma atuação direta do país. A falta de ímpeto em relação a uma intervenção colocava obstáculos à possível candidatura a reeleição de Cleveland e fortalecia a posição dos republicanos que se demonstravam mais exaltados e propensos a tomar uma decisão favorável ao fim do conflito.

Cumprida a previsão, Cleveland não foi escolhido como representante do Partido Democrata para as eleições de 1896 – substituído por William Jennings Bryan – e arrastou a questão cubana até o fim do seu mandato. Os republicanos, por sua vez, lançaram William McKinley como candidato à presidência. Com uma campanha agressiva em relação à situação econômica e política dos Estados Unidos, julgando necessário que o país passasse por um processo de expansão capaz de suprir a produção industrial, também se aproveitou da passividade do governo de Grover Cleveland para desenvolver a tese de que o governo estadunidense deveria ser mais ativo na política externa e assumir uma postura enérgica acerca dos acontecimentos de Cuba. O candidato republicano sagrou-se vencedor e assumiu o governo em março de 1897, com a expectativa popular de que o problema crônico da instabilidade caribenha fosse resolvido de forma favorável aos interesses do país do norte.

Segundo Jean Baptiste Duroselle, para que exista um conflito internacional, são necessárias duas condições:

A primeira é que o poder responsável por uma “unidade política” decida considerar certo objeto, fora da competência de sua soberania, como uma aposta cujo ganho é desejável e merece que se corram certos riscos. A segunda é que essa decisão se faça acompanhar de reação emocional favorável, pelo menos em uma parte da população que ele controla ou da população do campo adversário. Dito de outra maneira, em todo conflito entram em jogo, necessariamente, uma ação e uma reação (Duroselle, 2000, p.283).

Esses dois fatores apresentados pelo autor francês povoavam a ideia do novo presidente, mas precisavam ser consolidados entre os diversos setores do país, como exemplificaremos a seguir.

Em meados do século XIX os Estados Unidos acumulavam uma dívida externa considerável, motivada pela expansão para o oeste e o alargamento da malha ferroviária. A conquista dos novos territórios, a construção das ferrovias e a especulação de terras ampliaram, segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, “o círculo de consumo para o capital, possibilitando sua reprodução e acumulação, e atraíram grandes contingentes de imigrantes europeus” (Bandeira, 2006, p.42), que se adaptaram às novas técnicas agrícolas e contribuíram para o desenvolvimento industrial do país. A produção de aço, carvão, ouro, madeira, maquinarias e manufaturas cresceu de maneira acentuada e promoveu mudanças profundas na estrutura comercial estadunidense. A magnitude do espaço econômico, facilitando a extraordinária especialização dos estabelecimentos industriais, a fabricação em série e a redução dos custos de produção haviam possibilitado que os Estados Unidos se desenvolvessem e, em alguns decênios, se tornassem uma potência econômica, antes mesmo de emergirem como potência política e militar.

A crescente expansão industrial, aliada com a depressão ocorrida entre os anos de 1890 e 1893, fizeram os norte-americanos se defrontarem com o esgotamento de sua expansão fronteiriça e a ne-

cessidade de mais terras para atender à demanda de sua crescente população e industrialização. No mesmo período Frederick Jackson Turner escreveu o ensaio *The Significance of the Frontier in American History*, no qual fundamentava o passado norte-americano, com base no estudo da geografia, dos costumes, da cultura e da ideologia do homem simples que havia desbravado o oeste (Lopes, 2003, p.14-15). A experiência fronteira, segundo a teoria de Turner, foi fundamental para o desenvolvimento das instituições americanas, de tal forma que ajudou a forjar o caráter inventivo, democrático, trabalhador, nacionalista e igualitário dos estadunidenses. A partir desse pilar, Turner sinalizava o futuro grandioso dos Estados Unidos e a necessidade de superar a escassez de fronteiras físicas com a busca de outras mais fluidas e compensatórias para o desenvolvimento econômico do país.

O crescimento da indústria norte-americana tornou a conquista de mercados no exterior não só uma possibilidade, mas uma necessidade, duramente sentida e refreada pelo isolacionismo. A política externa deveria ser mais agressiva e projetada no sistema internacional e o militarismo seria um elemento indispensável nesse processo expansionista. O mercado asiático e a consolidação do mercado caribenho tornaram-se, assim, prioritários para a nova política norte-americana (Moore, 1998, p.34 e 44). A luta pela libertação cubana ensejou a grande oportunidade para alcançar esses objetivos. Cumpria-se, assim, o primeiro argumento defendido por Duroselle, ou seja, a intervenção em Cuba traria os ganhos desejáveis e valeria todos os riscos assumidos.

Alcançar a aprovação popular para a ingerência no conflito cubano era mais simples do que se imaginava e, em realidade, já vinha sendo construída há algum tempo por três grupos específicos. O primeiro era constituído pelos republicanos ligados a McKinley e muito próximos à Junta Revolucionária Cubana de Nova York. Essa conveniente aliança gerava uma movimentação constante no Congresso para o reconhecimento da beligerância dos insurgentes, ou para que os Estados Unidos intervissem diretamente na situação. Somava-se a isso a disponibilidade da imprensa republicana em abrir espaço

para os escritos e manifestações dos cubanos, influenciando seus leitores a desenvolverem sentimentos favoráveis aos rebeldes.

O segundo grupo mencionado era composto pelos políticos conhecidos coletivamente como *jingoos*, representantes de um modelo político belicoso e ultranacionalista, baseado no Destino Manifesto e na linguagem do darwinismo social. Liderados por Theodore Roosevelt, Henry Cabot Lodge, o almirante William T. Sampson e Fitzhugh Lee, cônsul-geral em Havana, eles exerciam pressão constante por uma política externa mais agressiva e belicosa. Esse setor considerava essencial aos Estados Unidos iniciarem seu expansionismo a fim de manter o desenvolvimento político e econômico da nação.

Por fim, o terceiro grupo era constituído por uma geração de editores e diretores de jornais que encarnavam as práticas de um novo periodismo, baseado no sensacionalismo e no crescimento da lucratividade (Pérez Puerto, 2010, p.5). Os melhores representantes do espírito dessa nova imprensa foram os diários nova-iorquinos *The New York World* e *The New York Journal*, comandados por Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst, respectivamente, e que graças à guerra cubana multiplicaram sua fama e fortuna no final do século XIX. Quando em 1895 se instalou o conflito em Cuba, tanto Hearst quanto Pulitzer colocaram seus periódicos à disposição da campanha intervencionista, pois percebiam o potencial de um acontecimento dessas proporções, quando tratado sob a óptica sensacionalista, para a rentabilidade dos jornais. No entanto, a ilha não gerava os escândalos e feitos esperados e, desse modo, dedicaram-se a criá-los eles mesmos e a maioria dos correspondentes em Cuba era instruída a enviar falsos relatos, alimentados pelos cubanos de Nova York, ou inventados a partir de outros acontecimentos. Prontamente os leitores norte-americanos souberam de fantásticas batalhas que nunca tinham acontecido e das exageradas crueldades espanholas, principalmente nas áreas dominadas pela *reconcentración*. Lars Schoultz faz uma interessante descrição da forma de noticiar empregada por esses jornais:

Levou apenas uns poucos meses para Pulitzer, Hearst e um monte de concorrentes converterem a rebelião cubana numa moderna peça de moralidade, com relatos detalhados de batalhas encarniçadas, fictícias e reais, frequentemente suplementadas por narrativas em primeira pessoa de autenticidade questionável, com foco sempre sobre os atos particularmente pusilâmines dos espanhóis. Todos os artigos traziam um apelo implícito ou explícito aos funcionários em Washington para protegerem a honra da nação diante das indignidades espanholas (Schoultz, op. cit., p.156).

O crescimento constante das vendas – *The New York Journal*, atingiu, em 1898, a marca de um milhão de exemplares vendidos em um só dia – demonstrava que a visão positiva dos cubanos, propagada pela imprensa sensacionalista, tinha uma importante recepção e influenciava diretamente no julgamento da opinião pública. A sociedade estadunidense ficou, dessa forma, condicionada à visão dos cubanos como gente trabalhadora, de bom caráter, valentes e oprimidos, frente à visão do espanhol arrogante, rude, corrupto e opressor.

Aproveitamos novamente as palavras de Duroselle para ressaltar que “existem numerosos atos de política interna pura, sem nenhum aspecto exterior. Por outro lado, não existe nenhum ato político exterior que não tenha um aspecto de política interna” (Duroselle, op. cit., p.56-57). Desse modo, a necessidade de conquistar novos mercados para suprir o excedente da produção e a constante manifestação pública por uma intervenção levou o presidente McKinley a assumir uma postura diplomática agressiva em relação ao governo espanhol e à forma como conduzia a guerra em Cuba. Entretanto, ainda faltava um motivo concreto para justificar uma intervenção norte-americana e satisfazer os interesses internos.

Enquanto isso, o governo conservador de Cánovas Del Castillo resistia habilmente às investidas norte-americanas, principalmente com a promessa de uma reforma política para a ilha quando a insurreição fosse debelada. Porém, um acontecimento inesperado ocorreu na Espanha, alterando o curso da situação em direção a uma solução favorável aos Estados Unidos. Em junho de

1897, Cánovas Del Castillo foi morto a tiros pelo anarquista italiano Miguel Angiollo, em retaliação à política repressiva assumida na Espanha *canovista* contra os trabalhadores e os adeptos do anarquismo. As forças que agiram durante mais de dois anos para preservar a presença espanhola em Cuba passaram de imediato para a defensiva, sobretudo, com a retomada do poder pelo Partido Liberal, liderado por Mateo Sagasta, e abriram a porta para a reabilitação do movimento independentista e para as intenções intervencionistas dos Estados Unidos.

O governo liberal, suscetível às pressões norte-americanas, promoveu uma série de mudanças em Cuba, no intuito de acelerar o fim do conflito. Weyler foi retirado do comando geral da ilha e substituído por Ramón Blanco y Erenas, general com uma postura conciliadora e orientado pelo governo a tentar estabelecer negociações de paz com os insurgentes; em novembro de 1897 a política de *re-concentración* foi suprimida, a liberdade de imprensa reestabelecida e o exército assumiu uma postura defensiva limitando-se a manter os territórios dominados. Por fim, no mesmo mês, o governo liberal promulgou uma Constituição autonomista para Cuba, que começou a vigorar em 1898, ficando o Governo Provisório responsável pela organização das primeiras eleições, definidas para maio do mesmo ano. Desde o final da Guerra dos Dez Anos, a autonomia tinha sido a solução política proposta por Sagasta e defendida por Martínez-Campos. A existência na ilha de um Partido Liberal Autonomista,¹⁹ com direção majoritária *criolla* e com declarada fidelidade à Espanha parecia facilitar essa transição política, mas em 1897 já era demasiado tarde para implementá-la.

19 Mediante o sistema político organizado a partir de 1879, criaram-se em Cuba dois partidos: o Partido de União Constitucional (PUC), que sempre foi qualificado como conservador, e o Partido Liberal, que posteriormente agrega ao seu nome a palavra autonomista (PLA). Não se tratava da clássica divisão do século XIX, de conservadores e liberais que se alternam no poder, já que, com exceção da aspiração autônômica, o programa de ambos era idêntico. O PUC era formado quase exclusivamente por ibéricos, embora contasse com *criollos* notáveis. Os membros do PLA eram quase todos *criollos*, principalmente homens de letras e profissionais universitários que se consideram os representantes da intelectualidade cubana. Cf. Fragonals, 2005, p.316-318.

A solução autonomista não foi bem aceita pelos rebeldes e, tampouco, foi recebida de bom grado pelos espanhóis do setor intransigente, que no próprio mês de janeiro perpetraram ataques aos jornais defensores da linha de governo autônomo. O general Fitzhugh Lee, cônsul-geral em Havana e defensor ativo do *jingoismo*, relatava esses protestos em linguagem incendiária, descrevendo a experiência autonômica como um completo fracasso e solicitava o envio de navios para Havana com o objetivo de proteger a vida, supostamente ameaçada, dos norte-americanos residentes em Cuba. Com esse novo ambiente, o governo estadunidense decidiu responder os apelos de Lee e enviou para o porto de Havana o couraçado *Maine*. Madri e Washington explicavam a chegada do navio como um símbolo das novas e amistosas relações entre os dois países, a ser reforçada com o envio do cruzador espanhol *Vizcaya* aos Estados Unidos (Moore, op. cit., p.26). Contudo, a chegada do *Maine* deixava visível o aumento da tensão entre espanhóis e norte-americanos, além disso, parte da esquadra estadunidense começou a se movimentar em direção ao Golfo do México com o pretexto de treinar manobras de guerra, mas era impossível que essas movimentações fossem vistas unicamente como gestos amistosos.

Em meio a essa aparente troca de cordialidades ocorreu um fato que começou a corroer “as boas relações” entre Espanha e Estados Unidos. O representante espanhol radicado em Washington, Dupuy de Lôme, havia escrito, em dezembro de 1897, uma carta ao editor do jornal espanhol *El Herald*, fazendo duras críticas ao presidente McKinley, caracterizando-o como “fraco e posando para a administração da multidão, além de ser um político alcoviteiro e que tenta deixar a porta aberta atrás de si, enquanto fica em bons termos com os chauvinistas de seu partido” (Thomas, op. cit., p.470-471). A Carta Lôme, como ficou conhecida, foi interceptada pelos insurgentes, entregue ao *New York Journal* e explorada com a eficiência característica. Embora não pudesse ser atribuída ao governo espanhol e este aceitasse a demissão de Lôme, antes mesmo da solicitação norte-americana, diante da opinião pública a mensagem representava uma grave ofensa espanhola.

Poucos dias após essa pequena crise diplomática, o couraçado *Maine*, ainda ancorado no porto de Havana, explodiu repentinamente e foi a pique causando a morte de 266 dos 345 tripulantes. Além de uma tragédia humana, a destruição do navio provou ser um desastre diplomático de grandes consequências. A ideia da perfídia espanhola penetrou na opinião pública estadunidense; Theodore Roosevelt, junto com os demais *jingoistas*, espalhava nos círculos políticos a certeza do envolvimento espanhol no ocorrido e o *New York Journal* e o *New York World* dedicavam inúmeras páginas à “traição” da Espanha. A destruição do couraçado tinha se convertido em motivo de guerra para os *jingoistas* e também a galinha dos ovos de ouro para a imprensa sensacionalista. No entanto, o problema para qualquer ação governamental era encontrar alguma prova da participação espanhola na sabotagem.

Os dois governos envolvidos criaram uma comissão de investigação para analisar as reais causas do incidente. Cabe ressaltar que os Estados Unidos rechaçaram a possibilidade de uma investigação conjunta com os espanhóis, pois alegavam não confiar no julgamento peninsular e temer a manipulação dos resultados. Pouco mais de um mês de trabalho permitiu que as duas comissões chegassem às suas devidas conclusões. A Espanha defendia a tese de uma explosão interna, originada no depósito de carvão do couraçado, eximindo de qualquer culpa o exército e as autoridades marítimas de Havana. O relatório norte-americano, em oposição, chegou à conclusão de que a explosão fora provocada por uma mina submarina, responsabilizando as autoridades espanholas, se não pela ação intencional, pela omissão da existência de tais artefatos no domínio marítimo cubano (Robles Muñoz, 1991, p. 9 e 13).

A explosão do *Maine* tornou-se, assim, um fator fundamental na mobilização dos Estados Unidos e na justificativa para o início da guerra. O governo McKinley tentou uma resolução negociada para a situação de Cuba e aumentou a pressão em relação ao governo espanhol para a realização de uma série de concessões, as quais incluíam a declaração de um armistício unilateral, que, aos olhos dos cubanos e dos espanhóis residentes na ilha, poderia significar a

rendição da Espanha e, conseqüentemente, o fim da guerra. Ciente dessa situação, Mateo Sagasta aceitou os pedidos, com exceção do armistício, ao qual pediu um prazo para reflexão e discussão com o restante do gabinete. Esse tempo seria suficiente para a concretização das primeiras eleições livres do sistema autonômico em Cuba, e tornaria o novo governo parte integrante das negociações de paz, situação obviamente favorável à Espanha.

Os congressistas estadunidenses, por sua vez, queriam agir antes da instauração do primeiro governo eleito pelo estatuto autonomista, pois a legitimidade dessa nova administração poderia colocar obstáculos à ingerência norte-americana, perdendo-se o caráter aparente de libertação democrática objetivada pelos estadunidenses e defendida pela opinião pública. Dessa forma, o presidente McKinley enviou uma mensagem ao Congresso, na qual declarava que as condições de Cuba constituíam uma ameaça constante à paz e pedia, em nome da humanidade, da civilização e em prol dos interesses norte-americanos, o direito de agir. Por outro lado, McKinley recusava o reconhecimento de qualquer governo revolucionário ou o caráter de beligerantes aos revoltosos, abrindo possibilidades para sua livre atuação na ilha. Alguns dias depois o Senado e a Câmara dos Representantes se reuniram e aprovaram uma resolução conjunta de concordância com o poder Executivo e autorizaram o presidente a destituir os espanhóis do controle da ilha. A resolução afirmava, por meio da Emenda Teller, a proibição de “qualquer disposição de exercer soberania, jurisdição ou controle sobre a ilha cubana, exceto para pacificação, e afirmava sua determinação, de quando isso estiver cumprido, deixar o governo e o controle da ilha para seu povo” (Schoultz, *op.cit.*, p.163). Em 25 de abril Estados Unidos e Espanha romperam as relações diplomáticas e fizeram a declaração oficial de guerra.

A Espanha estava exausta, com recursos financeiros escassos, dividida entre duas guerras separatistas – Cuba e Filipinas – e sem condições de desenvolver um combate equilibrado com os Estados Unidos, mas a situação interna do país não permitia uma rendição sem luta. A Monarquia estava acuada pela efervescência política causada pelos re-

publicanos, carlistas e ultranacionalistas do Exército, e temia que a rendição provocasse a sua derrocada. A imprensa deixava sua opinião bem marcada e os jornais de várias tendências políticas clamavam por uma resistência em relação à ingerência norte-americana.²⁰ Alguns historiadores espanhóis fizeram uma interessante crítica à ação da imprensa e da opinião pública em relação à guerra com os Estados Unidos:

La historiografía ha se interesado también en el papel desempeñado por la prensa. La opinión pública – en buena parte creada por aquélla – dio muestras de una ignorancia manifiesta acerca de la situación militar real, y de un planteamiento más romántico y apasionado que realista del problema ultramarino; en el fondo se tratará de una prensa absolutamente irresponsable que enardecerá a las muchedumbres y presionará sobre los gobiernos. Mecanismo de una prensa al servicio de una consigna, esencialmente falsa, porque aparenta representar una opinión cuando la está creando en la mentira. Así se pone en marcha – sobre una fe y un sentimiento sagrados la integridad del territorio nacional –, la colosal mentira según la cual no había más alternativa que el deshonor o la guerra (Fusi Aizpúria: Gómez Ferrer; Jover Zamora, op. cit., p.451).

Além disso, parte da opinião pública considerava que as honras e tradições nacionais, somadas à crença de que os soldados espanhóis tinham um gênio nato para a guerra, eram fatores suficientes para que o governo desse uma resposta à altura para a “insolência da jovem república americana” (Tone, op. cit., p.330).

A falta de recursos materiais combinada com a pressão interna existente na Espanha transformou o conflito, segundo as palavras do futuro secretário de Estado norte-americano, John Hay, em uma “esplêndida guerrinha”, pois em agosto de 1898, distante apenas três meses de seu início, o conflito já estava encerrado. Uma comparação racional entre as forças navais dos dois países

20 Entre os jornais que se colocavam a favor da guerra, podemos destacar os seguintes: *El Correo Español*; *El Siglo Futuro*; *La correspondencia Militar*; *El Nacional*; *La Época*; *El Tiempo*; *La correspondencia de España*; *El Heraldo de Madrid*; *El Imparcial*; *El Liberal*; *El Progreso*; *El País*; *El Motín*; *El Socialista*; *El Nuevo Régimen*; *El Globo*; *El Día* e *El Resumen*. Cf. Robles Muñoz, op. cit., p.34-40.

demonstrava o resultado a ser esperado nos confrontos. A marinha norte-americana tinha se convertido em uma força militar de primeira ordem, classificada entre as seis melhores do mundo naquele período, com seis couraçados, vários cruzadores revestidos de aço e com grande velocidade, além de outros cinquenta barcos menores utilizados no transporte de armas e homens e efetivos em pequenas escaramuças. A Espanha possuía barcos com casco de madeira, dois couraçados, quatro cruzadores revestidos de aço e três lanchas equipadas com torpedos (Elorza; Sandoica, op. cit., p.418-421). O abismo entre as forças pôde ser atestado no primeiro avanço estadunidense que, contrariando as expectativas, não ocorreu em Cuba. No início de maio, o almirante George Dewey entrou na Baía de Manilha e atacou a guarnição naval espanhola e em poucas horas os norte-americanos desembarcaram nas Filipinas e iniciaram a conquista do arquipélago. A frota atlântica da Espanha, comandada pelo almirante Pascual Cervera, recebeu ordens de navegar de Cádiz para o Caribe e no fim de maio aportou na Baía de Santiago, onde permaneceu, por mais de um mês, encurralado pela frota dos Estados Unidos, comandada pelo almirante William Sampson.

O embarque das tropas americanas para Cuba começou apenas em junho, quando aproximadamente 17 mil soldados fizeram o trajeto de Tampa para Santiago. O comandante do exército, William Shafter, e o almirante Sampson, fizeram uma pequena incursão ao território cubano para se encontrarem com Calixto García, líder rebelde no Oriente, e discutirem a estratégia de desembarque das tropas. García recomendou que o contingente estadunidense fosse colocado em terra a alguns quilômetros de distância de Santiago e se comprometeu a garantir a segurança do território no momento do desembarque. Esse foi um dos poucos momentos nos quais cubanos e norte-americanos trabalharam juntos, pois a relação estabelecida não foi igualitária, sobretudo pela quantidade de negros existente nas forças rebeldes e pela intenção dos Estados Unidos em deixar claro que não se tratava de uma libertação conjunta, mas sim de uma ocupação militar. Passados alguns dias os

norte-americanos invadiram a costa cubana e foram divididos em duas colunas, uma seguindo por Las Guasímas e outra por Siboney, ambas localizadas a sudeste de Santiago. A intenção era atacar os espanhóis em dois pontos diferentes e confundir suas defesas e os reforços provenientes de outras províncias (Tone, op. cit., p.359-360). O avanço permitiu a conquista de Loma de San Juan e o estabelecimento de uma base norte-americana fixa e próxima a Santiago. Após alguns dias de combate, os espanhóis, combalidos pelas doenças, fome, exaustão física e escassez de munição, não resistiram e Santiago foi rendida.

O avanço estadunidense na província oriental gerou sérias preocupações no general Ramón Blanco e o levou a orientar o almirante Cervera a movimentar seus navios em direção ao oeste para evitar que fossem assaltados ainda no porto. Assim, no dia 3 de julho as embarcações espanholas começaram a abandonar a Baía de Santiago, mas alguns obstáculos impediram a rápida retirada: o canal de navegação era estreito e obrigava os navios espanhóis a se movimentarem em fila e com uma determinada distância entre um e outro, causando uma navegação lenta e perigosa para os espanhóis. Os navios norte-americanos, mais velozes e bem equipados, anteciparam a manobra de Cervera e contornaram o canal para bloquear a passagem dos peninsulares. Em pouco tempo de combate, ao largo dos oitenta quilômetros da costa oeste de Santiago, todos os navios da esquadra espanhola tinham sido destruídos ou estavam encalhados.

A esmagadora derrota por terra e mar convenceu os espanhóis da impossibilidade de continuar a guerra, pois se encontravam isolados de suas possessões ultramarinas e com sua própria costa indefesa. Madri demorou alguns dias para solicitar formalmente a negociação de paz, pois o governo Sagasta trabalhava para conter as manifestações públicas frente a uma capitulação. Apenas em 26 de julho a proposta de rendição chegou a Washington e, após duas semanas de negociação, firmou-se um protocolo de paz, em 12 de agosto de 1898. As negociações dos termos sobre os quais seria firmada a paz foram um pouco mais lentas e se desenvolveram en-

tre os meses de outubro e dezembro, em Paris, sob a mediação do diplomata francês Jules Cambon.

Mais do que um acordo o Tratado de Paris foi o cumprimento de uma lista de exigências norte-americanas, prolongada pelas resistências e manobras falidas da comissão espanhola. Os Estados Unidos rechaçaram assumir a dívida interna cubana e exigiram a cessão dos territórios de Porto Rico, Guam e Filipinas, além do abandono da soberania em relação a Cuba, firmou-se também que as tropas espanholas deveriam deixar a ilha até o início de 1899 e o pagamento, por parte dos estadunidenses, de 20 milhões de dólares pela posseção do arquipélago filipino. As petições espanholas relativas a opção de nacionalidade, reconhecimento de contratos e designação de uma comissão internacional para reexaminar a explosão do *Maine* foram rebatidas pela comissão norte-americana, com uma concessão transitória em relação ao primeiro ponto: os espanhóis poderiam conservar durante um ano sua nacionalidade e optar, posteriormente, pela sua manutenção ou a adoção de outra.²¹

No dia 1º de janeiro de 1899 ocorreu a transição do poder espanhol para os Estados Unidos. O general norte-americano Jonh Brooke assumiu um território devastado pela guerra, onde imperavam a fome, as enfermidades e a morte. Milhares de pessoas sofriam com a herança da *reconcentración*, os campos estavam praticamente vazios, a agricultura destruída e o comércio em frangalhos. Grande parte da população concentrava-se em Havana e por essa localidade a ilha começou a ser reconstruída. As instituições públicas foram reerguidas e a administração foi delegada aos espanhóis, como demonstra Hugh Thomas:

El gobierno norteamericano conservo la administración central y local española. Los antiguos municipios y alcaldías, los seis gobiernos provinciales y el secretario del Interior fueron mantenidos exactamente igual que antes, lo mismo que las restantes jerarquías del Magisterio y

21 Essas informações foram retiradas do documento firmado após o Tratado de Paris, que se encontra disponível no site da Universidade de Yale em: http://avalon.law.yale.edu/19th_century/sp1898.asp. Acesso em: 27 out. 2011.

de Justicia. La diferencia consistía en que al frente de todo este sistema se hallaba un gobierno militar, con ramificaciones análogas al de un gobierno civil y con la incorporación de 24.000 funcionarios norteamericanos a principios de 1899 (Thomas, op. cit., p.565).

As transações oficiais eram conduzidas principalmente com a comunidade rica de negociantes e comerciantes, e com os exilados cubanos provenientes de Nova York e da Flórida. O general Brooke dividiu o governo em quatro departamentos principais: Interior, Finanças, Justiça e Educação, Agricultura, Comércio e Indústria. Somente os cubanos brancos que viveram no exílio nos Estados Unidos puderam assumir as atividades ministeriais. A economia foi mantida nas mãos dos norte-americanos e o Departamento da Alfândega, gerador de rendas da ilha, foi colocado sob o controle militar (Gott, op. cit., p.126-127). Desarmados, os insurgentes não receberam reconhecimento pelo seu empenho militar e foram alijados de qualquer cargo administrativo ou atividade decisória, sofrendo também uma forte segregação racial.

As medidas pouco populares tomadas pelo general Brooke e, sobretudo, o esquecimento da questão humanitária, importante para manter a aparência e a justificativa que eram dadas para a intervenção, assumiram um caráter negativo diante da opinião pública estadunidense e das demais potências estrangeiras. O presidente McKinley enfrentava, assim, um clima de constante insatisfação com os rumos dados à reconstrução da ilha e como solução imediata Jonh Brooke foi retirado do comando de Cuba e substituído pelo general Leonard Wood. O novo governador recebeu orientações diretas do presidente estadunidense, para reorganizar o sistema educacional, judiciário e legislativo, além de empreender um forte combate às doenças que assolavam a população. Essas medidas seriam fundamentais para adaptar o povo cubano a um sistema republicano de governo, que seria, em breve, construído pelos Estados Unidos.

A educação foi o foco inicial da política de Wood, ainda que a reestruturação tenha sido feita com base nos moldes norte-ameri-

canos. Manuais escolares foram traduzidos do inglês para o espanhol e muitos professores foram enviados para os Estados Unidos com o intuito de serem instruídos no programa e nos métodos de ensino propagados nas escolas estadunidenses. Além disso, os missionários protestantes foram incentivados a migrarem para Cuba e construir novas instituições de ensino, embora a maioria delas tenha assumido uma educação segregacionista, limitando o acesso da população de baixa renda, sobretudo, quando eram constituídas por negros (Thomas, op. cit., p.575-600).

O combate às enfermidades, com destaque para a febre amarela e a malária, era um ponto-chave para diminuir as taxas de mortalidade e melhorar a qualidade de vida da população cubana. Para efetivar essa ação o governo provisório utilizou uma série de pesquisas, constantemente ignoradas pelas autoridades espanholas responsáveis pelo saneamento da ilha.²² Os Estados Unidos se aproveitaram dessas descobertas e construíram um eficaz protocolo de práticas preventivas e de tratamentos dessas doenças. As cidades foram divididas em pequenas zonas, vigiadas por grupos de combate aos mosquitos, os focos de água parada foram drenados, os habitantes instruídos a não acumularem água em recipientes destampados, os hospitais e casas foram equipados com redes metálicas em suas janelas, as camas de hospitais envoltas em mosquiteiros e, por fim, aqueles que não seguiam as recomendações eram multados (Tone, op. cit., p.137). As práticas implementadas pelos norte-americanos alcançaram índices de eficiência elevados e, em 1902, a febre amarela e a malária estavam próximas de serem erradicadas das principais províncias de Cuba.

As primeiras eleições pós-coloniais em Cuba foram realizadas em 1900 e contemplavam o preenchimento dos cargos municipais e

22 Em 1881, o cubano Carlos Finlay, em parceria com o espanhol Claudio Delgado, fez uma série de descobertas sobre a relação do mosquito *Aedes aegypti* com a transmissão do vírus da febre amarela. Já em 1897, o britânico Ronald Ross também fez descobertas sobre a propagação da malária pelo mosquito *Anopholes*. Ambas foram testadas, em 1900, pelo médico do exército norte-americano, Walter Reed, e tiveram sua eficácia atestada.

a formação de uma Assembleia Constituinte. Os norte-americanos tinham a intenção de eleger cubanos compassivos ao controle dos Estados Unidos e, nesse sentido, as leis eleitorais foram moldadas para dar direito de voto aos homens cubanos, acima de vinte anos, capazes de ler e escrever, proprietários de bens com valor mínimo de US\$ 250 ou, concessão inevitável, ter servido no exército rebelde. Essas restrições limitavam o número de votantes a 5% da população cubana (Gott, op. cit., p.129). Três partidos se inscreveram para concorrer aos cargos existentes: republicanos, nacionalistas e unionistas democráticos. Os dois primeiros eram pró-independência, sendo os nacionalistas apoiados por Máximo Gomez e com relevante representatividade em Havana. Já os unionistas democráticos, grupo constituído por vários membros do extinto Partido Autonomista, favoreciam as políticas e intenções norte-americanas. O resultado contrariou as expectativas e apontou os partidos favoráveis à independência como os maiores vencedores.

O revés eleitoral frustrou a possibilidade de uma influência direta sobre as decisões a serem tomadas na ilha e os norte-americanos tiveram que retroceder para reorganizar suas ações. Após uma série de debates no Congresso a solução mais bem aceita foi o estreitamento do vínculo entre os dois países por meio de garantias a serem incorporadas à nova Constituição republicana, prestes a ser votada pelos cubanos. Os Estados Unidos pretendiam garantir a possibilidade de veto em relação a questões ligadas à política externa e econômica da ilha, o “direito à intervenção” com o objetivo de preservar a estabilidade do governo e a construção de uma base militar em um ponto estratégico do território cubano.²³ Tal situação é bem demonstrada por Federico Gil:

La meta principal de la política de los Estados Unidos respecto a Cuba, motivada principalmente por las enormes ganancias de la inversión americana, era el mantenimiento de un Gobierno estable que sostuviera

23 Informações retiradas do texto da Emenda Platt, disponível em: <http://www.ourdocuments.gov>. Acesso em: 30 out. 2012.

relaciones amistosas con los Estados Unidos. A la inversa, las inversiones de capital en Cuba aumentaban como consecuencia de los convenios políticos especiales que existían entre las dos repúblicas. De este modo, la interconexión de estabilidad política, inversiones, préstamos y comercio configuraron el desarrollo de las relaciones Estados Unidos-Cuba (Gil, op. cit., p.89-90).

Essas exigências foram transcritas na Emenda Platt, em 1901, e relutantemente aceitas pela Assembleia Constituinte de Cuba, mediante uma série de ameaças do governo norte-americano de não promoverem a transferência de poder e permanecer à frente da administração da ilha.

A Emenda Platt transformou Cuba no que Adam Watson define como um *domínio*, ou seja, é a “situação em que uma autoridade imperial determina o governo interno de outras comunidades, mas estas, não obstante, mantêm sua identidade como Estados separados e algum controle sobre seus próprios negócios” (Watson, 2004, p.30). Com a aceitação dos termos da Emenda Platt os Estados Unidos começaram seu processo de evacuação da ilha e de transição governamental. Dessa forma, a “república independente cubana” foi realmente proclamada em maio de 1902. Representando o Partido Republicano, Tomás Estrada Palma fora eleito presidente, nas eleições de 1901. A vitória do antigo revolucionário favorecia as intenções dos Estados Unidos, por seu vínculo de simpatia com esse país, e possibilitaria a manutenção de um governo passivo e que acatasse os desígnios da política e economia dos norte-americanos. A relação de protetorado entre Estados Unidos e Cuba foi encerrada apenas em 1934, com a revogação da Emenda Platt, com exceção da cláusula relativa à base naval (Gil, op. cit., p.91).

A guerra de independência, seguida pela ocupação estadunidense, deixou um importante legado para Cuba, duramente sentido até hoje. As frustrações separatistas promoveram um forte compromisso com a busca da soberania nacional e a igualdade social, bloqueadas constantemente pelas ingerências norte-ame-

ricanas.²⁴ Algumas tentativas cubanas de empregar uma reforma democrática alcançaram sucessos temporários, como o golpe contra o ditador Gerardo Machado, em 1933, permitindo a instauração do Governo dos Cem Dias e, posteriormente, a elaboração de uma Constituição reformista em 1940. Contudo, esses esforços naufragaram junto com as tentativas anteriores. Foi, também, em meio a essa permanente luta pela soberania nacional que Fidel Castro subiu ao poder em 1959 e rompeu com a dominação norte-americana substituindo-a, porém, pela dependência em relação à União Soviética, esmagando as aspirações democráticas frente ao autoritarismo socialista. No entanto, delegar o fracasso cubano apenas às ingerências espanhola, norte-americana e soviética demonstra uma visão limitada do processo histórico da ilha, pois a inquietante natureza centralista dos líderes insurgentes cubanos, desde a Guerra dos Dez Anos até a Revolução Cubana de 1959, também foi determinante para impedir o surgimento de uma sociedade igualitária, em termos liberais, e dificultar as possibilidades de desenvolvimento político da ilha.

24 As tropas dos Estados Unidos ocuparam a ilha de 1899 a 1902 e de 1906 a 1909, além de ainda manterem a base naval na Baía de Guantánamo. Cf. Bantjes, op. cit., p.131.

2

O BRASIL REPUBLICANO NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Durante o período imperial, a situação brasileira contrastava fortemente com a das ex-colônias hispânicas, fragmentadas após seu processo de independência e acometidas por conflitos entre poderes locais e governos centralistas. O Brasil interpretava essas dificuldades como a expressão da anarquia e da desordem que determinavam o estabelecimento de um regime republicano, proclamando, em oposição, a monarquia como a expressão da ordem, da unidade, símbolo da civilização e propagadora da cultura europeia na América. Em contrapartida, segundo Maria Helena Capelato, os vizinhos republicanos criticaram, durante todo o século XIX, o regime imperial e escravocrata, afirmando que as instituições brasileiras eram retrógradas e representantes do Antigo Regime e da contrarrevolução (Capelato, 2000, p.289). Dessa forma, criou-se no Brasil uma identidade nacional que se baseava na valorização das singularidades nacionais e na postura de superioridade política, econômica e social em relação à “outra” América (Ibidem, p.290), afastando o país de qualquer proposta de unidade continental com as “caóticas” repúblicas hispano-americanas. Assim, desde o Congresso do Pana-

má, em 1826, até o Segundo Congresso de Lima, em 1864, o Brasil absteve-se de marcar presença nas reuniões por temer a contestação de seu regime político ou por simples desinteresse nas propostas apresentadas por seus vizinhos republicanos (Santos, 2004).

Nas duas últimas décadas do Império, o Brasil começou a modificar a sua postura internacional em decorrência de uma série de fatores conjunturais que afetavam seus interesses, como demonstra Cervo e Bueno:

O retraimento não era aconselhável, no momento em que as relações internacionais se ampliavam com o apogeu da expansão colonial europeia, o crescimento da concorrência internacional resultante de nova onda de progresso, a queda dos preços agrícolas e o retorno ao protecionismo, que acentuava as rivalidades e desencadeava guerras de tarifas quando fracassavam as negociações dos tratados de comércio (Cervo; Bueno, 2002, p.130).

Nesse sentido, entre a década de 1870 e o fim do regime monárquico, o governo brasileiro assumiu duas tendências que caracterizaram sua política externa: distensão e universalismo (Ibidem, p.129). A primeira buscava diminuir o radicalismo da política externa e resolver as pendências lindeiras, sobretudo, com a Argentina, passando a aceitar até mesmo o arbitramento, tradicionalmente rejeitado em nome da soberania das decisões externas, e abandonar as práticas de intervenção nos territórios platinos. A segunda disposição, por sua vez, buscava projetar o Brasil no sistema internacional e para isso D. Pedro II investiu em uma política de prestígio pessoal voltando-se para a Europa e para a América, mais especificamente para os Estados Unidos, nação que se tornara indispensável para a economia brasileira.

Sob essa nova roupagem, o Império não podia mais se furtar de participar das iniciativas interamericanas e aceitou a convocação estadunidense para a Conferência de Washington em 1889. A reunião tinha por objetivo discutir as questões relativas à adoção da arbitragem como instrumento obrigatório para a resolução das pendências entre os

países americanos e buscar meios de incrementar as relações comerciais entre as nações mediante a constituição de uma zona de união aduaneira (Santos, op. cit., p.111). As orientações da Monarquia ainda eram reticentes e a comissão destinada a participar do Congresso foi orientada a discutir apenas as questões relativas ao arbitramento e se manter afastada das questões econômicas ou de tratados comerciais. Contudo durante a reunião em Washington, o Brasil passou por uma inflexão com a queda da Monarquia e a instauração de um regime republicano, fato fundamental para modificar a orientação da política externa brasileira e das instruções dadas à delegação nos Estados Unidos, conduzida a dar um “espírito americano” à participação brasileira.

Assim, neste capítulo pretendemos demonstrar como a instauração da República reorientou a política externa brasileira para o continente americano, desenvolvendo uma ideia de solidariedade continental e visando apagar a herança colonial europeia e a manutenção do regime monárquico. Consideramos essa apresentação necessária, pois a mudança da política brasileira influenciou diretamente as representações construídas pelos periódicos acerca do processo de independência cubana, suas consequências e desdobramentos. Ainda neste capítulo faremos uma breve análise da história de cada periódico, para podermos entender como as características ideológicas e políticas de cada um dos jornais influenciaram, posteriormente, as nuances de interpretação em relação ao movimento de independência cubana.

A política externa da República

A República brasileira nasceu sob a égide da solidariedade americana, fortemente influenciada pelas palavras do Manifesto Republicano, “Somos da América e queremos ser americanos”. Segundo Clodoaldo Bueno,

Imediatamente após o advento do novo regime, em relação a política exterior, o governo viveu uma verdadeira “festa” republicana. Os

novos donos do poder, na ânsia de desfazer o rótulo que tinha o Brasil de ser o “diferente” da América por ter mantido até então instituições monárquicas e mais ligações com o concerto europeu do que com o continente em que se situa, procuraram reiterar-lhe a condição de país republicano e americano sempre que se lhe apresentavam as oportunidades (Bueno, 1995, p.23).

O americanismo marcava, assim, a nascente república por antinomia ao europeísmo com o qual se identificara a Monarquia (ibidem, p.25). Gerou-se imediatamente uma euforia na organização e comprovação das boas intenções em relação aos países do contexto americano, o que trouxe, de início, alguns problemas para a chancelaria brasileira. O sentimentalismo levou, erroneamente, os que triunfaram em 1889 a crer que bastaria a adoção do sistema republicano para que sólidos e duradouros vínculos de boa vizinhança se fixassem. O principal símbolo desse engano foi o Tratado de Montevideu. A resolução da questão de limites entre Brasil e Argentina, referente à zona de Palmas ou das Missões, que vinha se arrastando desde a década de 1880, foi utilizada pelo novo ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, com a finalidade de assinalar o momento da política exterior brasileira. Ao se reunir com o ministro argentino das Relações Exteriores, Estanisláo Zeballos, o representante brasileiro firmou um acordo no qual a zona litigiosa foi dividida entre as duas partes interessadas (Ibidem, p.98). A decisão era claramente desfavorável ao Brasil, pois o território, de fato, pertencia ao país e, com isso, a opinião pública repudiou o acordo e o Congresso Nacional optou por não ratificá-lo. Com efeito, o primeiro ato internacional da República transformou-se em um fiasco e colocou a necessidade de relativizar a unidade fraternal com os países americanos para que ela pudesse ser, também, favorável aos interesses brasileiros.

Assim, a política externa excessivamente solidária cedeu espaço a uma estratégia baseada no cálculo das vantagens que o país poderia adquirir com possíveis alianças e tratados com as outras nações do continente. Dessa forma, o Brasil republicano reforçou a tendência de aproximação com os Estados Unidos, que já vinha se delineando

desde o Segundo Reinado (Baggio, 1998, p.47), para satisfazer os interesses da lavoura cafeeira e fortalecer a posição do país frente às ameaças expansionistas europeias e dos possíveis litígios com seus vizinhos, particularmente a Argentina. Para os norte-americanos a aproximação afigurou o ensejo de aumentar sua influência sobre o Brasil, até então fortemente ligado à Grã-Bretanha, em razão dos interesses financeiros e comerciais existentes.

Em fins de janeiro de 1891 o Governo Provisório firmou com os Estados Unidos um convênio comercial, também conhecido como Tratado de Reciprocidade, buscando promover a manutenção da entrada do café isenta de tarifas no mercado norte-americano e, o mais importante, favorecer a exportação de açúcar, baseada também em isenções alfandegárias, para competir com o mercado do açúcar antilhano e, assim, dar novos incentivos aos produtores nordestinos (Bandeira, 1973, p.134-135). Em contrapartida, os Estados Unidos foram contemplados com uma lista admirável de produtos que teriam tratamento tarifário preferencial no mercado brasileiro, parte deles isenta de qualquer imposto e outros com uma redução de 25% nos encargos. A vantagem do acordo para o mercado brasileiro dependia do comprometimento estadunidense em não outorgar vantagens semelhantes para o açúcar de Cuba e das outras colônias espanholas. Não foi, entretanto, o que aconteceu, pois em meados de 1891 os Estados Unidos celebraram um tratado semelhante com a Espanha e colocaram em xeque as possibilidades de expansão da produção do açúcar brasileiro. O Brasil sentiu-se ludibriado e as acusações partiram de todos os lados, até mesmo do ex-ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que autorizara as negociações do tratado antes de deixar a pasta ministerial (Cervo; Bueno, op. cit., p.172). De qualquer modo as reclamações perderam gradativamente as forças e o convênio foi denunciado, em 1894, pelo próprio governo norte-americano, sem prejudicar as trocas comerciais e manutenção dos laços políticos entre os países, como demonstra Cervo e Bueno:

Mas, com ou sem convênio, as trocas entre os dois países evoluíram, seguindo um curso inexorável. Continuou o café gozando de isenção de

impostos de importação nos Estados Unidos – mesmo porque a isenção visava baratear o produto para o consumidor norte-americano – e o Brasil em contrapartida, ao longo de quase toda a Primeira República, renovou favores alfandegários às mercadorias de procedência norte-americana a cada exercício. Com tais favores, a farinha de trigo daquele país figurava como uma das principais importações do Brasil, o que, frequentemente, levava a Argentina a protestar por favores idênticos para as suas farinhas (ibidem, p.173).

A política essencialmente americanista e a aproximação com os Estados Unidos não foram aceitas sem sofrerem críticas veementes de alguns setores da sociedade, principalmente de alguns escritores, entre os quais podemos destacar: Eduardo Prado, Oliveira Lima, José Veríssimo e Manuel Bonfim (Baggio, op. cit., p.53). Obviamente seria interessante discutir as críticas e considerações de cada um dos autores, mas, por questões de espaço e objetivo, optamos por demonstrar apenas os argumentos de Eduardo Prado, veiculadas no livro de 1961 *A ilusão americana*, pois o monarquista era um dos mais virulentos opositores do regime republicano e da política pan-americanista.

Eduardo Prado não aceitava o surto das novas forças econômicas e culturais latentes no Brasil que exigiam uma nova estrutura política e social; não aceitava também a admiração republicana adotada em relação à América e, especialmente, os Estados Unidos, um país, que segundo o autor, “vivia sob a égide da brutal competição econômica e que criava ânsias de desbravar todo um continente para realizar suas vontades” (Prado, 1961, p.2-3). A política norte-americana não era benevolente para o Brasil ou a América Latina, não havia a chamada fraternidade continental e seria errôneo acreditar que os Estados Unidos tivessem simpatia pelos outros países americanos. Em seu livro, *A ilusão americana*, concluía que:

É tempo de reagir contra a insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônica, de que nos achamos separados, não só pela grande distância, como pela

raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições do nosso povo. O fato de o Brasil e os Estados Unidos se acharem no mesmo continente é um acidente geográfico ao qual seria pueril atribuir uma exagerada importância. Onde é que se foi descobrir na história que todas as nações de um mesmo continente devem ter o mesmo governo? E onde é que a história nos mostrou que essas nações têm por força de serem irmãs? Pretender identificar o Brasil com os Estados Unidos, pela razão de serem do mesmo continente é o mesmo que querer dar a Portugal as instituições da Suíça, porque ambos os países estão na Europa. A fraternidade americana é uma mentira. Tomemos as nações ibéricas da América. Há mais ódios, mais inimizades entre elas do que entre as nações da Europa (ibidem, p.7-8).

Nessa perspectiva, procurou demonstrar que, no Brasil, como também nos países hispano-americanos, a monarquia era a forma de governo mais adequada para assegurar a estabilidade política, a ordem, a paz, a unidade territorial, a prosperidade econômica, a justiça e a liberdade. A trajetória das repúblicas de origem hispânica, a partir das independências, marcadas por guerras civis, governos autoritários, militarismos e caudilhismo, auxiliaram Prado a justificar sua posição. *A ilusão americana* tornou-se, assim, uma obra simbólica da luta monarquista e antirrepublicana, com o elemento polêmico adicional da propaganda contrária aos norte-americanos, num momento em que o Brasil estava tentando consolidar o novo regime e buscando uma maior aproximação com os Estados Unidos sem acirrar os ânimos de um período já tão conturbado pelos movimentos jacobino e monarquista.¹ A preocupação com o apoio norte-americano era tão acentuada que, em 1893, segundo Moniz Bandeira, “o Marechal Floriano Peixoto mandou a polícia de São Paulo proibir o lançamento e recolher todos os exemplares da obra de Eduardo Prado” (Bandeira, op. cit., p.145).

A crise política instaurada nos primeiros anos do novo regime foi agravada com a ascensão de Floriano Peixoto à presidência,

1 Sobre o movimento jacobino, cf.: Queiroz (1986); sobre o movimento monarquista no início da República, cf.: Janotti (1986).

pois aumentou o centralismo político do Exército e a consequente rivalidade com a Marinha, formando o quadro para a eclosão da revolta da força naval contra o governo florianista, considerado anticonstitucional.² Com a instauração da Revolta da Armada o governo sentiu o risco de não conseguir manter o controle do Rio de Janeiro na hipótese de um ataque dos insurgentes e buscou apoio nos representantes diplomáticos das potências estrangeiras que possuíam navios na Baía de Guanabara – Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália, Portugal e Alemanha – para uma conferência a fim de impedir os ataques à capital, prejudiciais para os interesses brasileiros e de tais nações.

Com o intermédio dessas potências firmou-se um convênio, em outubro de 1893, entre o governo de Floriano e a Armada rebelada, no qual se estabeleceram as regras de combate, a declaração do Rio de Janeiro como cidade aberta, com o objetivo de resguardar a vida dos civis, a continuidade de funcionamento do porto e a definição de que caso fosse necessário os navios estrangeiros empregariam a força para encerrar a querela. A luta atingiu um impasse e Floriano ganhava tempo para empregar ações ocultas de fortificação da Baía de Guanabara e para improvisar a formação da Esquadra Legal, por meio da ação do ministro brasileiro em Washington, Salvador de Mendonça.

A substituição do almirante Custódio José de Melo, por Saldanha da Gama, no comando da esquadra insurgente modificou o rumo dos acontecimentos, principalmente pelo bloqueio imposto ao funcionamento da alfândega, prejudicando os interesses estrangeiros. Salvador de Mendonça, com ordens de Floriano Peixoto, trabalhava junto ao governo norte-americano a possibilidade de furar o bloqueio. Após algumas discussões entre o secretário de Estado Gresham e o presidente Grover Cleveland, o diplomata brasileiro

2 A legalidade do governo de Floriano Peixoto baseava-se em um item da Constituição que previa, em caso de renúncia, que o vice-presidente teria um prazo de dois anos para convocar novas eleições. Contudo Floriano Peixoto ignorou essa obrigação e se manteve no poder até o fim do mandato previsto para o Marechal Deodoro. Cf. Fausto, 1995, p.253-254.

recebeu uma resposta afirmativa e o contra-almirante Benhan assumiu o comando das forças navais estacionada no Rio de Janeiro e rompeu o bloqueio. Para Saldanha da Gama restou apenas a opção de desfazer o cerco e permitir que as outras potências restabelecessem o embarque e desembarque de mercadorias (Cervo; Bueno, *op. cit.*, p.174-175). A revolta estava debelada e a chegada da Esquadra Legal forçou os rebeldes a abandonarem seus postos e buscarem asilo nos navios portugueses estacionados no Rio de Janeiro.

A intervenção norte-americana foi decisiva para a vitória de Floriano e a possibilidade de consolidar seu poder no regime republicano. Contudo, a ingerência estadunidense teve implicações duradouras, pois contribuiu para estreitar ainda mais os laços políticos entre o Brasil e os Estados Unidos, como demonstra Clodoaldo Bueno:

A política exterior de Floriano durante a Revolta da Armada, ou mais precisamente o fato de o Marechal ter recorrido à ajuda externa para se firmar internamente, foi eficaz se considerar que contribuiu para a consolidação da República, na medida em que se evitou uma queda de poder depois de pronunciamento. Mas, se satisfatório em curto prazo – estão se desprezando aqui os aspectos jurídicos da questão – a ajuda exterior, ou para ser mais exato, a ajuda norte-americana, teve implicações duradouras, pois contribuiu para vincular ainda mais a política exterior brasileira à norte-americana. Não restam dúvidas de que a Revolta, nas suas implicações internacionais, significou um momento crucial. Foi o momento em que se testou até que ponto os Estados Unidos estavam dispostos a apoiar a Nova República (Bueno, *op. cit.*, p.156).

Findo o governo de Floriano Peixoto, a elite política do país, sobretudo a paulista, conseguiu impor seu desejo de indicar um presidente civil para a República. Eleito, Prudente de Moraes assumiu seu cargo em meio a uma série de crises políticas internas e externas. O novo presidente iniciou seu governo pela desarticulação do aparelho burocrático e militarizante construído pelo seu antecessor e retomou as relações com o governo português, rompidas após o auxílio oferecido na fuga dos insurgentes da Armada. Essas medidas leva-

ram a uma crise com os jacobinos, partidários de Floriano Peixoto, e acirraram os ânimos na capital federal (Queiroz, op. cit., p.31-34). Somava-se a isso a pendência em resolver a Revolução Federalista e o início do movimento de Canudos, solucionado apenas em 1897.

Em meio a essa conturbada conjuntura interna o presidente teve que enfrentar sérios problemas referentes à sua política externa, principalmente no ano de 1895. Inicialmente, em uma clara ofensa à soberania brasileira, os ingleses ocuparam a Ilha de Trindade, sob o pretexto de que ela se encontrava abandonada. O fato indignou a opinião pública nacional, aumentando a pressão por uma resposta diplomática, ou se necessário militar. A questão foi exaustivamente discutida pelos poderes Legislativo e Executivo, até que foi aceita a mediação do rei de Portugal, D. Carlos I. O litígio foi solucionado em 1896, de modo favorável e justo para o Brasil.³ Em segundo lugar, enfrentou uma crise fronteiriça com a França em decorrência da invasão do território do Amapá e da sua possível anexação à Guiana Francesa. Novamente, optou-se pelo arbitramento, dessa vez com a Suíça como mediadora, e o Brasil saiu vitorioso, obrigando os franceses a abandonarem o território ilegalmente invadido (Queiroz, op. cit., p.36-42). Por fim, também foi nesse período que a “Questão das Missões” foi, finalmente, resolvida. Abandonou-se o fracasso do Tratado de Montevideu e o litígio fronteiriço foi levado à arbitragem do presidente norte-americano, Grover Cleveland, com veredito, novamente, favorável ao Brasil.

Esse período também foi marcado pelo início do movimento de independência cubana e o seu recebimento nos círculos políticos brasileiros. A continuidade da orientação americanista do governo brasileiro levou a Câmara dos Deputados a manifestar simpatia pelos rebeldes e suas exigências, e levantou-se a discussão sobre um possível reconhecimento destes como beligerantes (Bueno, op. cit., p.150), ideia abandonada pouco depois. Além

3 Para mais informações sobre a invasão da Ilha de Trindade ver: Bueno, op. cit., p.332-340; Queiroz, op. cit., p.36-38.

disso, o Brasil passou por uma breve crise com o governo espanhol ao se colocar contrário ao alistamento de espanhóis que residiam no Brasil e tinham, por opção ou de forma compulsória, assumido a nacionalidade brasileira. Essa possibilidade era garantida pelo item 4º do artigo 69 da Constituição, que se consubstanciou na política chamada de “Grande Naturalização” (Ibidem), e previa a naturalização daqueles que se encontravam no Brasil em 15 de novembro de 1889 e não declarassem o desejo de conservar sua nacionalidade de origem (Fausto, op. cit., p.251). Essa lei suscitou protestos de vários países⁴ que a consideravam arbitrária, pois a mudança de nacionalidade deveria ser consequência de uma liberdade individual, uma ação voluntária e não uma imposição.

Mesmo com as discussões na Câmara em relação à beligerância e as reclamações acerca da naturalização, o país evitou maiores envolvimento com a questão cubana. Com a entrada dos Estados Unidos e o início da Guerra Hispano-Americana o Brasil adotou, na teoria, uma rigorosa neutralidade, contudo, era o único país da América Latina a demonstrar simpatia pela ação norte-americana, enquanto outros países, como a Argentina, declaravam uma forte oposição à ação *yankee* e uma patente solidariedade com a Espanha.

Mesmo com essa declarada neutralidade o governo brasileiro se envolveu em um interessante episódio no início do conflito hispano-americano, gerado pela venda de navios aos estadunidenses. O Brasil encomendara dois navios de guerra aos estaleiros ingleses, o *Amazonas* e o *Almirante Abreu*, mas a situação econômica do país e os altos custos da construção levaram a administração brasileira a abrir mão da posse desses vasos, como demonstra José Maria Bello:

O orçamento para o exercício de 1898 fora votado pelo Congresso com uma previsão de déficit de £ 5.408 milhões ou 48.606 contos, ouro. A venda de navios da Armada aos Estados Unidos, então em guerra contra

4 Entre os quais podemos destacar: Estados Unidos, Itália, França, Espanha, Grã-Bretanha e Áustria-Hungria. Cf. Bueno, op. cit., p.149.

a Espanha pela independência de Cuba, e a concessão de títulos de 5%, papel, do empréstimo interno de 4% ouro, conseguiram diminuir o déficit em cerca de £ 1 milhão. O governo teria, pois, de adquirir no mercado de câmbio, explorado pelos bancos estrangeiros, os £ 4 milhões restantes (Bello, 1959, p.185).

Como pode ser observado no fragmento retirado do livro de Bello, os navios foram vendidos aos Estados Unidos para suprir as necessidades econômicas do país, entretanto, antes de concretizada a compra, os espanhóis fizeram uma oferta semelhante à dos norte-americanos, mas esta foi rechaçada e dada preferência pela venda aos estadunidenses (Bueno, op. cit., p.151). O desfecho levou o governo espanhol a protestar no sentido de que o Brasil ferira sua neutralidade ao favorecer a ingerência norte-americana em Cuba. A atuação do governo brasileiro, no entanto, era coerente com sua orientação política, pois vivia um momento de estreitas relações políticas e comerciais com os Estados Unidos e a quebra de neutralidade seria, obviamente, favorável aos norte-americanos.

Afora a questão dos navios, ocorreu um pequeno episódio diplomático envolvendo o representante brasileiro nos Estados Unidos, Salvador de Mendonça. Ao pronunciar o discurso de encerramento de sua missão junto ao governo estadunidense, em maio de 1898, Mendonça expressou uma exaltada simpatia pelos Estados Unidos no conflito com a Espanha. O ministro das Relações Exteriores, Dionísio de Castro Cerqueira, censurou o representante brasileiro ao considerar que seu discurso contrariava o caráter neutro da política brasileira (Bandeira, op. cit., p.150). Podemos observar a seguir a mensagem de Dionísio Cerqueira a Salvador de Mendonça:

Compreendo a necessidade que V. Exa. sentiu em manifestar os seus sentimentos para com a Nação Americana depois de uma residência de tantos anos; mas não posso ocultar-lhe o meu juízo sobre três pontos de seu discurso. O primeiro é este: “Mas amigos não se separam no momento solene em que a Nação é chamada às armas, como formas

diplomáticas somente”. Essa alusão à guerra com a Espanha pode ser interpretada como expressão de simpatia contrária à neutralidade adotada pelo seu governo, sobretudo combinado com o terceiro ponto, que é o seguinte: “Aonde quer que o meu dever para com a Pátria me chame, posso assegurar-vos que meu coração e simpatia estarão com o vosso nobre povo e com o Porta-Estandarte da América Republicana que está estendendo os postos avançados da liberdade humana até dentro das últimas trincheiras do passado”... V. Exa dividiu o seu discurso em duas partes e na segunda falou como particular. Essa distinção não diminuiu o alcance de suas palavras em assuntos que dependem de iniciativa e resolução do Governo Federal e sobre os quais convém que o seus agentes se abstenham de enunciar juízo, sobretudo nas condições em que v. Exa. se achava, porque, se já não era Ministro em Washington, estava aceito pelo governo Português e nomeado para Lisboa.⁵

Parece-nos que a repreensão de Dionísio Cerqueira a Salvador de Mendonça serviu apenas como uma atitude pró-forma, pois a neutralidade já havia sido quebrada no episódio da venda de navios. Além disso, a manifestação de simpatia de Salvador de Mendonça tinha, naturalmente, que ser favorável aos Estados Unidos, pois ainda se encontrava em Washington e cumpria sua função de reafirmar, sempre que possível, as boas relações entre os dois países.

O governo de Prudente de Moraes seguiu a tendência externa definida no princípio da República e iniciou a consolidação do poder nas mãos de uma oligarquia-liberal. Essa tarefa foi completada na sua sucessão por Campos Sales, outro representante dos interesses da elite cafeeira. Faltava, porém, criar instrumentos para que a República pudesse assentar-se como um sistema político estável, principalmente pelos problemas causados pela liberdade constitucional que o sistema federativo permitia aos Estados. Em função dessa questão, Campos Sales concebeu um arranjo político, conhecido como “política dos governadores”, no qual ocorria uma troca de apoio entre o governo federal e os governos estaduais para que não existisse qualquer tipo de oposição

5 Despacho para Washington, 22 jun. 1898, apud Bueno, op. cit., p.151.

nas votações na Assembleia Legislativa, garantindo a subordinação dos outros poderes ao Executivo.

Apesar da consolidação política do sistema republicano, o Brasil passava por uma grave crise no plano financeiro. Desde o início do novo regime o país acumulava déficits orçamentários, cobertos por empréstimos externos, gerando, assim, um círculo vicioso que impedia a quitação definitiva das dívidas. O fracasso da reforma de Rui Barbosa, a crise financeira de 1891 e as constantes crises políticas internas levaram o país a uma situação crítica no início de 1898. No fim do governo de Prudente de Moraes haviam sido iniciadas conversações para chegar a um acordo com os credores internacionais. Houve entendimento, no Rio de Janeiro, com o *London and River Plate Bank*, enquanto Campos Sales – presidente eleito, mas não empossado – foi a Londres para se entender com a casa *Rotschild*, que desempenhava, desde a Independência, o papel de agente financeiro do Brasil na Europa (Fausto, op. cit., p.259-260).

Afinal, já no governo de Campos Sales, foi acertado o acordo denominado *funding loan*, como uma saída para aliviar a situação brasileira e garantir por meio de um novo crédito o pagamento dos juros e do montante de empréstimos anteriores. O Brasil deu em garantia aos credores as rendas da Alfândega do Rio de Janeiro, acatou a proibição de contrair novos empréstimos até junho de 1891 e comprometeu-se a cumprir um duro programa de deflação, incinerando parte do papel-moeda em circulação. O país escapava, assim, da insolvência, mas, nos anos seguintes, pagaria um pesado tributo por essas medidas. Para Luiz Alberto Moniz Bandeira, com o acerto do *funding loan*, a República “retomava a rotina do Império, nos escritórios da City. Mas com uma diferença: o comando da economia brasileira passava, completamente, para as mãos dos torradores de café dos Estados Unidos” (Bandeira, op. cit., p.151). Essa era a representação da dependência externa da economia brasileira no período: presa aos empréstimos ingleses e às flutuações do mercado norte-americano.

Em linhas gerais a política exterior do governo Campos Sales procurou intensificar a aproximação continental que preocupou os primeiros dirigentes republicanos. Ocorreram trocas de

visitas com o presidente argentino Julio Roca, com a função de estreitar os laços entre os países, mas que foram mal recebidas no Chile e geraram cuidados da chancelaria brasileira para não promover, principalmente nos Estados Unidos, desconfianças em relação a uma aliança ofensiva para o continente.⁶ Também surgiram novas disputas fronteiriças, com destaque para o litígio com a Inglaterra em função dos reais limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa, delegado para a arbitragem do rei da Itália e resolvido apenas em 1904, com um claro favorecimento das exigiências inglesas (Bello, op. cit., p.198).

Assim, o período entre 1889 e 1902 marcou o redirecionamento da política internacional para o contexto hemisférico. A mudança de regime respondeu imediatamente às concepções do grupo republicano ligado a propaganda de solidariedade americana e buscou reforçar essa nova orientação sempre que surgiam oportunidades, a exemplo do fracassado Tratado de Montevideú. Embora o período não possa ser observado de maneira uniforme, segundo Clodoaldo Bueno, “duas diretrizes mantiveram-se constantes: a busca da liquidação das questões de limites ainda pendentes e o redirecionamento para o contexto americano, de modo especial para os Estados Unidos, mesmo com as severas críticas levantadas, sobretudo pelos monarquistas” (Bueno, op. cit., p.358).

A imprensa no final do século XIX: comercialização e discussão política

Na segunda metade do século XIX os jornais brasileiros começaram a ser organizados como empresas que, apesar das dificuldades iniciais, acabaram se revelando negócios sólidos e lucrativos (Cape-lato, 1986, p.10). Os impressos passaram a figurar como segmentos

6 Para mais informações sobre as visitas de Júlio Roca e Campos Sales, ver Bueno, op. cit., p.249-254.

econômicos polivalentes que, mediante a informação, propaganda e publicidade, potencializavam o consumo e, conseqüentemente, a lucratividade de outras empresas. Com isso se iniciou uma acentuada modernização na estrutura e produção dos jornais e as novas tecnologias, a exemplo do telégrafo, permitiam que a produção de notícias se tornasse dinâmica, modificando a percepção daqueles que passavam a conviver quotidianamente com essa evolução. As distâncias entre o tempo e espaço diminuíram e as notícias de outros estados e países eram recebidas com maior velocidade, trazendo o frescor da informação recente aos leitores.

A adoção de um caráter empresarial, segundo Maria Helena Capelato, não se sobrepôs à intensa atuação política dos periódicos, “assumindo uma condição secundária se comparada com o empenho dos jornais na luta e na contestação da situação política do país” (ibidem, p.10). *A Província de São Paulo* é um bom exemplo dessa condição, pois foi criado, em 1875, por iniciativa de um grupo republicano, com base em uma estrutura empresarial, mas não abandonou em nenhum momento a discussão das questões políticas existentes no Brasil (ibidem). Nelson Werneck Sodré nos dá um bom panorama de como essa relação comercial não suprimia a atuação política da imprensa:

O que mais se fazia, naquela fase, era precisamente discutir, pôr em dúvida, analisar, combater. Combater a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio. E a imprensa tinha, realmente, em suas fileiras grandes combatentes, figuras exemplares, como homens de jornal e como homens de inteligência ou de cultura (Sodré, 1999, p.268).

Nesse sentido, o jornalismo que marcou a Primeira República, ainda inserida no contexto das inovações tecnológicas, foi vibrante e decisivo nos destinos do país. Os jornalistas ascenderam a postos de comando, compuseram os quadros do poder e ganharam mais visibilidade, a exemplo de Aristides Lobo, Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva. A conjuntura vivida pelo país, definida pelo momento econômico de apogeu do café, pela nova ordem política, com pro-

gramas de reforma educacional e modernização urbana, favoreceu o crescimento e atuação da imprensa. Eram espaços privilegiados para o debate dos problemas nacionais, para a formação da opinião pública e para acompanhar as questões internacionais e a relação do Brasil com o mundo. Dois dos principais representantes da imprensa, nesse período, o *Jornal do Commercio* e *O Estado de S. Paulo*, apresentavam características singulares em suas estratégias editoriais, atuação política e no delineamento da opinião pública. Tais diferenças podem ser compreendidas se entendermos o processo de fundação e construção ideológica de cada periódico.

O Estado de S. Paulo

A expansão cafeeira no centro-sul do país, principalmente na segunda metade do século XIX, promoveu uma considerável modificação na infraestrutura da região. A implantação de um sistema ferroviário acelerou o processo de urbanização, diminuiu as distâncias entre o campo e a cidade e favoreceu uma maior circulação de pessoas e ideias. Em São Paulo o crescimento populacional, principalmente da área rural, decorrente do grande fluxo migratório para o trabalho nas lavouras cafeeiras, acelerou o desenvolvimento do mercado interno e, posteriormente, o crescimento comercial e industrial. Assim, a província assumia gradativamente uma posição central na articulação política e na manutenção econômica do país. Em 1875, o ambiente em São Paulo refletia os acontecimentos que abalavam o país e geravam a necessidade de se rediscutir o regime monarquista e suas bases, como demonstra Nelson Werneck Sodré:

[...] terminara a guerra com o Paraguai, surgira a tempestade do Ventre Livre, os fazendeiros temiam o futuro, as ideias republicanas ganhavam adeptos em todas as áreas, realizara-se a Convenção de Itu, o abolicionismo alastrava-se. A imprensa do governo era ardorosa e disciplinada; sentia-se a necessidade de um jornal que, não sendo republicano extre-

mado, viesse discutir com serenidade os absorventes problemas do momento (Sodré, op. cit., p.259).

Nesse sentido foi fundado, em 4 de janeiro de 1875, o periódico *A Província de S. Paulo* por uma sociedade comanditária liderada por Francisco Rangel Pestana, Américo Brasiliense de Almeida e Manuel Ferraz de Campos Sales, da qual participavam ex-alunos da tradicional Faculdade de Direito, além de comerciantes, cafeicultores, empresários e jornalistas.⁷ Como outros jornais de seu tempo vivia de anúncios e de assinaturas, posteriormente, em 1876, inovou ao iniciar a prática de venda avulsa nas ruas das cidades em que circulava. Contudo, sua perspectiva empresarial não eclipsava sua atuação crítica em relação à política brasileira, sobretudo, no combate ao arcaísmo na monarquia e da manutenção da escravidão. Adotou uma linha republicana, mas independente, intervindo de maneira autônoma nas discussões dos assuntos políticos e sociais, motivo pelo qual afirmava, constantemente, sua desvinculação em relação ao Partido Republicano Paulista (PRP).

Sua concepção política era baseada nos postulados liberais e na sua “autodefinição como órgão de oposição aos governos constituídos” (Capelato; Prado, op. cit., p.19), superando uma função meramente informativa ao se apresentar como modelador da opinião pública, atingindo principalmente a elite agrária do oeste paulista. Sua independência permitia a manutenção de sua coerência com a realidade concreta, principalmente ao demonstrar uma maleabilidade na defesa de suas propostas liberais, quando estas entravam em desacordo com as medidas governamentais consideradas benéficas para a sociedade brasileira.

7 Entre os sócios de maior destaque estavam: Américo de Campos, Bento Augusto de Almeida Bicudo, Antônio Pompeu de Camargo, João Francisco de Paula Sousa, João Manuel de Almeida Barbosa, Rafael Pais de Barros, Diogo Pais de Barros, João Tobias de Aguiar Castro, Manuel Elpídio Pereira de Queiroz, José Alves de Cerqueira César, Martinho Prado Júnior e Francisco Glicério de Almeida Leite. Cf. Sodré (Ibidem, p.259-263).

Outro ponto importante defendido pela *Província de São Paulo* era a definição da democracia com bases no princípio da soberania popular, que deveria ser manifestada por meio de eleições diretas para propiciar aos cidadãos a possibilidade de orientar suas preferências e intenções. Em consequência, todos os tipos de tirania ou dominação causavam incômodo ao jornal, pois este compreendia que a vida social não poderia sobreviver sem as possibilidades oferecidas pela liberdade (ibidem, p.28). Essa postura levou os diretores do jornal a calibrar o seu princípio liberal de autonomia à experiência prática e institucional de outros países, sobretudo, à dos Estados Unidos.

Sua tiragem inicial foi de dois mil exemplares, número significativo para uma cidade com trinta mil habitantes. O crescimento populacional possibilitou o desenvolvimento do jornal e impôs a necessidade de aumentar a tiragem para quatro mil em 1885 e pouco mais de sete mil em 1888. Não obstante, como qualquer empresa, ficou submetido às flutuações e crises financeiras oferecidas pela economia do país, motivo pelo qual, em 1882, passou ao controle exclusivo de Rangel Pestana. Após uma reformulação no corpo de funcionários, Júlio de Mesquita passou a integrar a redação da *Província de São Paulo* e alguns anos depois se tornou codiretor ao lado de Rangel Pestana e, com a eleição deste para o Senado, assumiu a direção política do periódico a partir de 1891, no ano seguinte passou a ser dono do jornal.⁸

Durante o período de direção compartilhada entre Rangel Pestana e Júlio de Mesquita, a *Província de São Paulo* entrou definitivamente na campanha pela Abolição e pela instauração de um regime republicano. Muitas páginas foram dedicadas ao engajamento abolicionista e às comemorações de sua concretização. O fim da escravidão era considerado um passo importante ou um prelúdio para a mudança do regime, como demonstra a nota do dia 14 de maio de 1888:

8 Informações retiradas do site do jornal: <http://estadao.com.br/histórico/resumo/conti1.htm>. Acesso em: 17 nov. 2011.

A pátria sem escravos ainda não é a pátria livre. Agora começa o trabalho de libertar os brancos, assentando a constituição política sobre bases mais largas e seguras para a felicidade do povo e a glória nacional. Devemos ser hoje mais felizes que ontem, mas convém que amanhã o sejamos mais do que hoje.⁹

A Proclamação em 15 de novembro de 1889 foi saudada em uma primeira página livre de colunas com um “Viva a República” que a preenchia de alto a baixo e de lado a lado. No dia primeiro de janeiro de 1890 os diretores já haviam providenciado a mudança no título para *O Estado de S. Paulo*.

Passado o furor da mudança de regime, o periódico retomou sua postura de oposição e passou a analisar os governos republicanos com a mesma atenção que era dispensada no período monárquico. As presidências do Marechal Floriano Peixoto e de Prudente de Morais foram bem aceitas pelo jornal, principalmente nos momentos de crise da política interna e externa, pois julgava que os esforços efetuados visavam estruturar e proteger o regime republicano. Em oposição, o governo de Campos Sales foi fortemente combatido em função da implantação da “política dos governadores”. Nesse sentido, apresentou uma série de restrições às instituições republicanas e pugnava uma reforma constitucional que possibilitasse o direito do voto popular, o aperfeiçoamento da instrução pública, a reforma judiciária, a supressão dos impostos de trânsito e a fiscalização tanto da arrecadação como da aplicação da receita estadual.

Apesar dos temas nacionais serem centrais na pauta do jornal paulista, os assuntos internacionais também ocupavam um espaço considerável. O acesso a novas tecnologias, somado à intensificação das relações diplomáticas, bem como do jornalismo nacional e internacional, permitiu um maior acesso e espaço às notícias mundiais. Notícias sobre a Europa, Estados Unidos, América Latina e de áreas mais distantes como o Império Russo, Japão, China e Filipinas eram publicadas diariamente nas páginas de *O Estado de S. Paulo*.

9 A Província de São Paulo, 14/05/1888.

Assim, tendo como traços principais de seu perfil político a defesa dos postulados liberais, a democracia e a soberania popular, as ideias e defesas em *O Estado de S. Paulo* se reformularam constantemente no pensamento de seus representantes, buscando sempre modelar o comportamento político de seu leitor. A maleabilidade do jornal frente a determinadas questões é interpretada, de acordo com Maria Helena Capelato, “como características da adaptação da doutrina liberal a uma realidade histórica e às necessidades do momento” (Capelato, 1974, p.89). Essas são as perspectivas que balizarão nossa análise do processo de independência cubana.

Jornal do Commercio

Na corrente dos anos iniciais da imprensa brasileira surgiu, no dia 1º de outubro de 1827, o *Jornal do Commercio*, fundado pelo francês Pierre Plancher. Em realidade o periódico era a segunda experiência editorial de Plancher, que havia publicado, entre 1824 e 1827, *O Espectador Brasileiro*, jornal monarquista que deixou de circular por publicar cartas de colaboradores com críticas a membros da Assembleia Geral do Império. Os problemas políticos dessa experiência levaram o editor francês a tentar empregar no *Jornal do Commercio* um interesse exclusivo nos assuntos comerciais (Leal; Sandroni, 2001, p.2875), com divulgação de preços, movimentos de paquetes, informações sobre importações e exportações, noticiários do país e do exterior e anúncios. Contudo, essa tentativa foi efêmera e o *Jornal do Commercio* envolveu-se na organização, ao lado da *Aurora Fluminense*, do movimento que levaria D. Pedro I a abdicar, em abril de 1831, em favor de seu filho. Promovia, de forma paradoxal, uma distensão em sua visão essencialmente monarquista por considerar exageradas as concessões que o imperador fazia aos interesses dos comerciantes portugueses radicados no Brasil (Sodré, op. cit., p.126-127).

Em 1832, cercado pelo fogo cruzado dos jornais partidários, o periódico carioca foi vendido a Junius Villeneuve e Réol Antoine Mougénou e passou a ser criticado por não se posicionar e preocupar-se mais com as informações do que com a opinião. Em reali-

dade o jornal estava voltado para os interesses dos empresários do setor comercial, do qual Junius Villeneuve fazia parte, e de uma aproximação com o Império, evitando, assim, entrar em discussões polêmicas ou prejudiciais a seus interesses. O jornalista e político Alcindo Guanabara traçou um interessante panorama dessa postura assumida pelo *Jornal do Commercio*:

O decênio da minoridade adiantava-se para nós ululante e temeroso. O *Jornal do Commercio* percorreu-o todo, mantendo uma serenidade que seria talvez singular em tão agitada época: se encontrarão, em suas páginas, todos os fatos, mas não perceberéis nelas nenhum eco do muito que se dizia e que se transformava, nessa luta memorável, sob a influência da qual vacilou o Império. Esse alheamento das paixões em convulsão, essa inalterável tranquilidade, num meio tão agitado, valeram ao *Jornal do Commercio* a força e o prestígio com que, no princípio do segundo reinado, ele agia e reagia sobre a sociedade, prestígio que cresceu e acentuou-se de tal arte que a expressão quarto poder lhe era aplicável com absoluta justiça. Nesse trecho da vida é com verdade que se pode dizer que a história do *Jornal do Commercio* se confunde com a do reinado. Evocá-la é evocar a série de vultos que brilham na nossa política, nas nossas letras, nas nossas artes, todos os quais ou lá saíram, ou lhe deveram a consagração do triunfo [...]

Como sempre o *Jornal do Commercio* não é partidário, mas pesa deliberadamente na concha das instituições. É conservador, nesse sentido; é moderado em todos os sentidos. Como sempre, não encontrareis em suas páginas o eco dos clamores partidários; mas acompanhareis, com mais detalhes, recebendo talvez a impressão mais nítida, os fatos que nos constituem a vida (Guanabara apud Sodré, op. cit., p.217-218).

O excerto acima demonstra como o jornal era visto em meados do século XIX, quando passou a ser considerado a melhor representação do jornalismo conservador e porta-voz da Monarquia (Sodré, op. cit.; Leal; Sandroni, op. cit.). Em 1841 passou a publicar na íntegra os atos do Executivo e os debates parlamentares, além de contar com colaboradores de grande prestígio político, como José Maria da Silva Paranhos, Joaquim Manuel de Macedo, Francisco Otaviano,

Justiniano José da Rocha, Gonçalves Dias, Ferreira de Meneses, Barão Homem de Melo, João Francisco Lisboa e Joaquim Nabuco. Em 1844, o jornal foi vendido novamente e deixado aos cuidados do austríaco Francisco Antônio Picot. A nova administração sobre pôs o caráter meramente informativo e atribuiu ao jornal à tarefa de opinar, principalmente em situações favoráveis à Monarquia, e o transformou em um dos órgãos de imprensa mais influentes junto à opinião pública.¹⁰

Novas mudanças foram introduzidas no jornal ao longo dos anos, dentre as quais se destacou a criação da seção *A Pedidos*, em 1860, na qual assuntos diversos poderiam ser sugeridos e debatidos pelos leitores. Nesse espaço foi iniciada a discussão abolicionista que encontrou respaldo na direção do periódico, embora contrariasse os interesses de alguns setores da elite das quais o jornal era porta-voz. Publicou uma série de artigos de Perdígão Malheiros¹¹ com sugestões para o fim da escravidão, assim como discutiu a promulgação da Lei do Ventre Livre e seus desdobramentos e recebeu com entusiasmo a Abolição em maio de 1888 (Leal; Sandroni, op. cit., p.2877). A despeito da defesa abolicionista o jornal sempre se escusou de discutir as questões republicanas, pois mantinha firmemente sua postura monarquista e não pretendia a queda do regime, que em certos momentos investiu fundos na estruturação técnica do periódico (Barbosa, 2007, p.44).

O *Jornal do Commercio* também foi pioneiro em uma série de modificações técnicas e visuais que aumentavam o dinamismo e a atratividade de suas páginas. Até 1874 as notícias do exterior chegavam por cartas e impediam o conhecimento ou a discussão imediata dos fatos. Nesse mesmo ano, a agência telegráfica Reuter-Havas instalou sua primeira sucursal no Rio de Janeiro e o periódico carioca publicou os primeiros telegramas dessa agência, dando celeridade à apresentação dos assuntos dos Estados mais distantes, principalmente

10 Chamilete, *Jornal do Commercio desde 1827*. Disponível em: www.jornaldocommercio.com.br. Acesso em: 30 nov. 2009.

11 Perdígão Malheiros era presidente do Instituto dos Advogados da capital. Cf. Leal; Sandroni, op. cit., p.2877.

da região Norte e Nordeste, e ao noticiário internacional (Sodré, op. cit., p.247). Ao mesmo tempo o *Jornal do Commercio* atraía os leitores com a apresentação, no rodapé de suas páginas, de romances estrangeiros de Vitor Hugo, Alexandre Dumas, Émile Zola, Eugène Sue e Xavier de Montépin, além das obras nacionais como *A Moreninha* e o *Moço Louro*, de Joaquim Manuel de Macedo (Ibidem, p.280).

A proclamação da República trouxe uma nova mudança na sociedade comanditória do periódico, pois Francisco Picot, monarquista fiel ao imperador, não apoiava a mudança de regime e decidiu pela venda da folha. Assim, foi comprado, em 1890, por José Carlos Rodrigues, correspondente do próprio *Jornal do Commercio* nos Estados Unidos de 1868 a 1882 e depois na Inglaterra de 1882 a 1890 (Leal; Sandroni, op. cit., p.2877). O novo proprietário já possuía uma vasta experiência na direção de jornais, pois fundou, durante sua estadia nos Estados Unidos, dois periódicos¹² publicados em português e que tinham por objetivo discutir a situação do Brasil e a necessidade de um estreitamento das relações políticas com os norte-americanos, para incentivar a evolução do país e sua estabilidade no cenário internacional. Essa defesa foi transportada para as páginas do jornal carioca e os Estados Unidos se tornaram o modelo de governo e de organização institucional bem-sucedido.

Dessa forma, sob a direção de José Carlos Rodrigues, o *Jornal do Commercio* passou a apoiar o regime republicano, como demonstra Nelson Werneck Sodré:

O *Jornal do Commercio*, com mais de setenta anos já, era sisudo e conservador, lido pelos homens da classe, pelos políticos, pelos funcionários graduados; tratava-se de empresa sólida, prestigiosa, com redação à Rua do Ouvidor. José Carlos Rodrigues não lhe alterou a fisionomia, apenas acentuou o traço de apoiar todos os governos (Sodré, op. cit., p.324).

12 Os jornais fundados por José Carlos Rodrigues se chamavam *Novo Mundo* (1870-1879) e *Revista Industrial* (1878-1879). Cf. Sodré, op. cit., p.280.

Contudo, o jornal ainda possuía momentos de distensão em relação aos governos instituídos e se colocou contra Floriano Peixoto e a quebra da Constituição ao não convocar novas eleições e, conseqüentemente, a favor dos promotores da Revolta da Armada. Findo o mandato do Marechal de Ferro, o *Jornal do Commercio* voltou às boas relações com o governo e reforçou sua proximidade durante a gestão de Prudente de Moraes, na qual abriu espaço para o presidente escrever editoriais defendendo suas medidas e tecendo críticas diretas a seus opositores. Durante o mandato de Campos Sales e o apoio à “política dos governadores” o jornal obteve considerável crescimento e pôde incrementar seu aparato tecnológico.

O *Jornal do Commercio* é, normalmente, considerado um jornal apartidário, de perfil estritamente conservador e que se eximia de participar de assuntos polêmicos, descrito como uma “espécie de *Times* sem virilidade, sem o *leading articles*, com um bom repertório de fatos e um conjunto útil de documentos” (Leclerc apud Sodré, op. cit., p.289). Obviamente a linha política do jornal se baseava em uma postura conservadora, mas considerá-lo apartidário é questionável, pois apresentava, com exceções, uma defesa absoluta dos governos constituídos, não só no período imperial, mas também durante o regime republicano, demonstrando ser partidário das posições assumidas pelo governo. Da mesma forma não podemos defender seu afastamento de assuntos polêmicos, haja vista sua atuação nas questões da Abdicação de D. Pedro I e na Abolição. Podemos defender, sim, que seu objetivo maior era informar e abrir espaço para as manifestações oficiais influenciarem a opinião pública, sobrepondo em vários momentos as suas possibilidades de opinar sobre determinados assuntos. Consideramos, então, que o *Jornal do Commercio* possuía características as quais ultrapassavam a rigidez do conservadorismo e o apartidarismo, e seu posicionamento ficava atrelado à orientação política do grupo diretor, como pode ser observado no apoio à República e na admiração em relação aos Estados Unidos quando José Carlos Rodrigues tornou-se proprietário do periódico. Essas características serão importantes para a construção de uma representação acerca do processo de independência cubana.

3

IMPRESSIONES DE UMA GUERRA: OS DISCURSOS DA IMPRENSA BRASILEIRA SOBRE A INDEPENDÊNCIA CUBANA

O processo de independência cubana ocupou as páginas dos jornais brasileiros imediatamente após o início dos conflitos, em fevereiro de 1895, e foi acompanhado com interesse até o seu desfecho em 1902, quando as tropas norte-americanas abandonaram a ilha e o presidente cubano eleito, Tomás Estrada Palma, começou a exercer o seu mandato. As notícias provinham predominantemente das notas telegráficas distribuídas pela Agência Havas e por correspondentes ligados diretamente aos jornais, mas também encontramos um número considerável de artigos, matérias e comentários que demonstravam a opinião e o posicionamento dos jornais.

Finalizada a contagem das notícias nos deparamos com um total de 8.324, sendo 4.664 pertencentes ao *Jornal do Commercio*¹

1 As notícias do *Jornal do Commercio* estavam divididas em duas seções: a primeira era a “Gazetilha”, criada no ano de 1895, com periodicidade diária, a qual se dedicava a discutir os acontecimentos no Congresso Nacional e no Conselho de Vereadores do Rio de Janeiro, além de reproduzir e discutir notícias internacionais e assuntos cotidianos e de interesse da sociedade fluminense; a segunda era a seção *Telegramas*,

e 3.660 ao *Estado de S. Paulo*.² Os anos de 1895 a 1898 foram responsáveis por aproximadamente 93% da produção total de notícias, demonstrando claramente que o período cercado pelos conflitos militares e pelas discussões diplomáticas entre Estados Unidos e Espanha foi observado com maior destaque, principalmente pelo excessivo número de notas telegráficas veiculadas entre esses anos – foram publicados 6.835 telegramas sobre a questão cubana, entre os anos de 1895 e 1898.

Em suma, é possível observar que os dois periódicos dedicaram um espaço significativo para reproduzir e discutir os acontecimentos em Cuba entre 1895 e 1902. Não devemos esquecer que os avanços tecnológicos, responsáveis pelo impulso do dinamismo jornalístico em fins do século XIX, contribuíram sobremaneira para o crescimento acelerado na produção de notícias, mas o número de veiculações era, assim mesmo, surpreendente, principalmente se consideramos que Cuba era tida como uma região marginal para a política e economia brasileiras.

Neste capítulo, iniciaremos a análise das opiniões e posicionamentos assumidos por cada periódico em relação ao processo de independência cubana. Optamos por dividir o desenvolvimento das observações em dois períodos: o primeiro, entre os anos de

na qual eram veiculadas as notas telegráficas com assuntos do Brasil e de inúmeras outras nações. A seção “Gazetilha” apresentou 327 notícias sobre as questões que envolviam Cuba. Em relação aos telegramas foram encontradas 4.166 notas. Além disso, existiam matérias e artigos que não possuíam seções e periodicidades definidas, os quais, por motivos de organização, agrupamos e classificamos como “Outros”, que somados chegaram ao número de 171 publicações.

- 2 O *Estado de S. Paulo* publicava notícias em três seções: a primeira era a “Telegramas” que possuía as mesmas características encontradas no jornal carioca, com uma produção de 3.034 notas; a segunda era intitulada “Os Nossos Telegramas” e tinha como principal objetivo comentar e opinar sobre as notas distribuídas pelo serviço telegráfico e proporcionar aos leitores a compreensão mais nítida dos acontecimentos narrados de forma concisa pelos telegramas, essa seção veiculou 250 comentários sobre os acontecimentos de Cuba; por fim, em abril de 1898, foi criada a seção “A Guerra”, com o intuito de noticiar todos os acontecimentos que envolvessem o conflito entre Estados Unidos e Espanha, além de opinar sobre essas situações, essa seção teve um índice de publicações de 217 notícias. O *Estado de S. Paulo* também possuía artigos e matérias sem seções e periodicidade definida e, também por motivos de organização, agrupamos e classificamos como “Outras”, sendo encontradas 159 notícias.

1895 a 1897, apresenta o início da rebelião separatista e o alargamento dos conflitos militares e das discordâncias diplomáticas, culminando na adoção de uma proposta de governo autonomista para a ilha; o segundo momento, fixado entre 1898 e 1902, refere-se ao período no qual os Estados Unidos abandonaram sua atuação exclusivamente diplomática e promoveram uma intervenção militar em Cuba, com a posterior instalação de um regime de tutela na ilha. Assim, neste capítulo nos dedicaremos exclusivamente ao período de 1895 a 1897, observando como os jornais receberam e repercutiram as questões militares e diplomáticas relacionadas ao conflito hispano-cubano.

As primeiras notas sobre o conflito instalado em Cuba apareceram, em *O Estado de S. Paulo*, por volta do dia 26 de fevereiro de 1895, quando foi noticiado o “decreto de estado de sítio no território”³. Nos dias seguintes, com o início dos combates, a seção “Telegramas” recebeu uma série de notas detalhando os acontecimentos da ilha:

MADRID: Os insurrectos da ilha de Cuba oferecem já outro combate. Muitos outros se tem já ferido em ambos os lados. Foram suspensas as comunicações telegráficas para aqueles pontos.⁴

O *Jornal do Commercio*, por sua vez, publicou sua primeira manifestação em 27 de fevereiro, um dia depois do jornal paulista. Enfatizava o número de combates, mesmo com a imprecisão das informações:

MADRID: Os insurrectos da ilha de Cuba já ofereceram oito combates, tendo havido de ambos os lados muitos mortos. Não se pode por enquanto fazer juízo certo sobre os acontecimentos que se estão dando

3 *O Estado de S. Paulo*, “Telegrammas – Madri”, 26/02/1895, p.1.

4 *O Estado de S. Paulo*, “Telegrammas – Madri”, 28/02/1895, p.1.

naquela ilha, porque a censura suprimia todos os telegrammas que a isso se referem.

Reina grande emoção em toda a Hespanha.⁵

As notas telegráficas narravam de forma concisa e rápida as situações que se desenvolviam em Cuba, fossem pelo viés militar, econômico, político ou social. Os telegramas foram publicados em grande quantidade e de forma crescente até o ano de 1898, permitindo que observássemos o interesse acentuado suscitado pelo conflito nos leitores brasileiros. Contudo, sua utilidade fica restrita à observação, pois não ofereciam posicionamentos ou as opiniões dos periódicos e por isso serão pouco utilizados em nossas análises.

Tratando especificamente sobre o posicionamento dos jornais percebemos que as primeiras manifestações não foram imediatas ao surgimento do conflito, mas, novamente, foi *O Estado de S. Paulo* quem primeiro veiculou uma opinião, no dia 27 de abril de 1895, declarando-se a favor do movimento cubano e procurando enfatizar a vitória inevitável de um “movimento de espírito essencialmente americano”.⁶ Posteriormente, essa posição foi ratificada inúmeras vezes, como podemos observar na matéria de 22 de julho de 1895:

Por mais respeito que nos prendam a Espanha, pelas suas gloriosas tradições cavaleirescas, por mais respeito que inspire o governo daquele país, simbolizado por uma criança e exercido por uma senhora que se tem imposto à estimativa universal pelas suas raras qualidades, por mais difícil que seja conciliar com tal ideia de opressão e tirania, *nós americanos, não podemos deixar de ver com irresistível simpatia os revolucionários cubanos*. Não é Portugal sacudindo o jugo odioso dos Felipes, não é a revolta contra a violência e os esbulhos, que põe as armas nas mãos dos naturais da ilha heroica; não se inquire das causas especiais, diretas, de momento, que descontentam os que se revoltam e os levam a procurar sua autonomia; para nós o caso é muito mais simples. O mun-

5 *Jornal do Commercio*, “Telegrammas – Madri”, 27/02/1895, p.1.

6 *O Estado de S. Paulo*, “A Revolução de Cuba”, 27/04/1895, p.1.

do tem caminhado e as ideias são bem diversas das que corriam há bem pouco tempo e não se vê bem por que é que Cuba pertence à Espanha.

Há uns pedaços da América que ainda não são americanos. Habita-os gente que, através dos cruzamentos, tem nas veias o sangue das tribos primeiras que ali nasceram e viveram livres e independentes.

A sua história é muito mais curta, muito mais ingênua, muito mais simples e a página negra dessa história é o domínio estrangeiro, é o branco europeu que lhe ofereceu a cultura, por processos que indigna, não considerou muito cultos porque não foram sempre muito suaves. A sua aspiração consiste em volver os olhos ao redor, por este vasto continente novo, que foi libertando-se aos poucos dos que invadiram, o exploraram, o civilizaram, é certo, mas tomaram conta dele em seu proveito, e verificar que só restam uns pedaços que ainda estão presos aos conquistadores, como se sobre ele passasse uma incapacidade de autonomia, contra a qual eles protestam.

Não é mais do que isto. Não chega a ser ódio, é o desejo que tem esse canto da América de ser também americano. Todo o Rio da Prata foi espanhol, e é na língua de Cervantes que se exprimem as nações cultas que hoje aí prosperam, a tradição espanhola, é hoje reivindicada por ela como o ponto de partida de sua própria história, pois que não são mais que filhos da grande família que se dispersaram pelo mundo, mas conservaram sempre viva a saudades do lar.

Não assim onde a Espanha ainda domina. Ali não se olha para lá como um pai, mas como para um senhor, e esta ideia não pode deixar de se repugnar a um povo americano.⁷

Nessa apreciação podemos observar algumas questões interessantes sobre o posicionamento do jornal paulista e que nortearão suas análises sobre o conflito em Cuba. Em primeiro lugar, estão as críticas feitas à postura antiquada assumida pela Espanha que se apoiava unicamente em sua história repleta de tradições e em uma

7 O Estado de S. Paulo, "Cuba", 22/07/1895, p.2. Grifo nosso.

cultura de dominação ultrapassada, para afirmar o seu poder sobre as possessões do seu decadente império colonial.⁸ Essa fragilidade foi criticada pelo *O Estado de S. Paulo*, que baseava sua defesa dos ideais separatistas na teoria de autodeterminação dos povos,⁹ ou seja, no direito de cada povo ou nação escolher livremente seu futuro político, constituir sua história própria, voltada para o continente ao qual pertencem e, sobretudo, longe das amarras de um sistema exclusivamente exploratório.

Ainda nesse excerto podemos observar uma forte tendência americanista no discurso do periódico. Os trechos destacados em *italico* permitem notar que Cuba passou a integrar o campo da propaganda solidariedade americana, adotada pelo governo brasileiro e, ao que parece, seguida também pelo *O Estado de S. Paulo*. Os cubanos tinham o direito de serem independentes e de integrarem efetivamente o continente americano, constituir seu destino e livrar-se das imposições políticas, econômicas e culturais da Espanha. Outro ponto de afirmação desse americanismo é o elogio às “nações cultas” do Rio da Prata, classificadas no período monárquico como “repúblicas caóticas” onde campeavam a desordem e a fragmentação.¹⁰

O Estado de S. Paulo manteve esse americanismo ao longo do período analisado e conclamava aos governos do continente, incluindo o brasileiro, a demonstrarem sua simpatia à causa de um povo “legitimamente americano”. Encontrou na diplomacia estadunidense uma política que se aproximava, de certa maneira, da realização dos objetivos propagados pelo jornal. Mesmo resistindo a

8 O último quartel do século XIX apresenta um momento de crise para o governo espanhol que observou o crescimento econômico e a expansão territorial das demais potências europeias e assumiu um caráter de potência de segunda ordem. Assim, a conservação das possessões ultramarinas torna-se objeto central na política externa espanhola, distante das discussões e alianças das quais não era capaz de participar. Cf. Fusi Aizpúrua; Gómez Ferrer; Jover Zamora, 2001, p.436.

9 Para mais informações sobre esse assunto, ver: Renouvin; Duroselle, 1967, p.186; Hobsbawn, 2002, p.32.

10 Prado, O Brasil e a “distante América do Sul”. In: *Revista de História*, São Paulo, USP, n.145, p. 131-132, p.31.

uma intervenção armada, o governo Grover Cleveland utilizou seu aparato diplomático para pressionar o governo espanhol a solucionar rapidamente o conflito. Essa ação foi registrada pelo periódico por meio de um artigo nos seguintes termos:

A atitude firme e enérgica que o ilustre presidente dos Estados Unidos acaba de assumir, pondo em vigor a célebre Doutrina de Monroe em favor de uma fraquíssima nação da América não pode deixar de ser entusiasticamente aplaudida por todos os filhos deste continente.

Nós aplaudimos sem reservas, e mais uma vez nos felicitamos por se ter operado em nossa pátria salutar transformação política, em virtude da qual já o nosso governo pôde manifestar sem embaraços, a simpatia de todo o povo brasileiro pela nobre iniciativa da grande república do norte.

Não nos iludimos. Os Estados Unidos, defendendo os interesses dos países fracos deste continente, defendem também os seus próprios interesses.

Isso, porém, não prejudica de maneira alguma a grandeza de sua oportuna intervenção, nem pode determinar prevenções no modo por que a devemos acolher.

Seja qual for o fim da atual política norte-americana, ele nunca nos poderá ser tão antipático e tão hostil como a ganância desenfreada que caracteriza, neste triste fim de século, a ameaçadora política externa da velha Europa.¹¹

O apoio contundente à atuação diplomática dos Estados Unidos pode ser explicado, em grande medida, pela orientação política do periódico que via nas instituições liberais norte-americanas um exemplo de experiência governamental bem-sucedida a ser seguida no Brasil. Não podemos perder de vista também a crescente presença dos Estados Unidos na política e economia brasileiras do período, o que pode ter contribuído para influenciar a postura do jornal.

11 *O Estado de S. Paulo*, “Os Estados Unidos”, 21/12/1895, p.1.

No entanto, o ponto de maior relevância era a clareza com que *O Estado de S. Paulo* tratava a questão da motivação norte-americana para intervir em Cuba. A despeito do caráter americanista demonstrado pelo periódico, imperava a análise pragmática dos acontecimentos, ou seja, dificilmente qualquer país interviria em um conflito colonial se não tivesse interesses próprios com a derrota de um dos lados, ou ao menos com a pacificação dos contendores. Assim, os interesses e motivos norte-americanos para a intervenção eram perfeitamente justos aos olhos do periódico, desde que permitissem a Cuba alcançar a sua independência. Além disso, a prática norte-americana até aquele momento seguia um caminho oposto à concorrência imperialista vigente na Europa, que objetivava a expansão de seu mercado mediante a dominação e divisão de territórios, implantando um sistema colonial tradicional, cerceando a liberdade dos povos conquistados.

O *Jornal do Commercio* manifestou seu posicionamento acerca dos acontecimentos posteriormente ao jornal paulista, pois de início apresentou uma preocupação maior em veicular notas telegráficas ou reproduzir as análises feitas por jornais europeus, norte-americanos e, em menor escala, argentinos. A primeira notícia com a opinião do periódico carioca surgiu apenas no dia 21 de julho de 1895, na qual demonstrava algumas incertezas acerca dos resultados a serem alcançados no conflito:

Os exércitos espanhóis sofreram dura derrota para os cubanos, derrota que foi, inicialmente, noticiada como vitória dos espanhóis.

Dado o gênero cavalheiresco do povo espanhol, é de presumir que a desgraça que acaba de ferir o seu exército, e quaisquer outras que se sucedam, de forma alguma demoverão a Espanha de seu firme propósito de persistir na luta, mesmo a custa dos mais tremendos sacrifícios, até que consiga sufocar este novo grito de independência do povo cubano.

Consegui-la-á, porém, levar a melhor nessa luta sem tréguas contra um povo em cujo coração está enraizado o sentimento de independência por forma que jamais poderia ser extirpado?

É, no entanto, de esperar que ela consiga superar todas essas grandes dificuldades, mas, dado esse fato, não terminará aí a enorme série de sacrifícios a fazer. A insurreição cubana tem se sucedido periodicamente, sendo, portanto, de crer que, vencida a presente geração, outra virá e vingará ou procurará vingar aquela.

A situação da Espanha perante o recrudescimento contínuo e violentíssimo do movimento separatista de Cuba não pode ser mais lamentosa, sendo de crer que ela na presente hora esteja já bem arrependida de se ter conservado sempre estranha às reclamações daquela sua colônia.¹²

O jornal não era tão incisivo quanto *O Estado de S. Paulo*, mas discutia alguns pontos importantes. Estava clara a constatação de que a Espanha apresentava condições de sufocar o movimento cubano, mesmo tendo passado por alguns revezes nas primeiras batalhas. No entanto, apontava uma importante falha na política tradicional levada a cabo pelo governo espanhol, sempre relutante em oferecer qualquer tipo de reforma às suas colônias, contribuindo, assim, para o crescimento do sentimento separatista. Em realidade, essa passagem retirada do *Jornal do Commercio* demonstrava uma análise que deixava todas as possibilidades em aberto, sem o comprometimento de assumir uma posição definitiva ou um lado a ser defendido.

O ano de 1895 representou um considerável avanço das tropas rebeldes sobre o território insular, além de apresentar uma clara dificuldade do exército espanhol em lidar com o clima, a geografia e as moléstias características das terras cubanas. Apesar desse fracasso inicial o governo espanhol e a imprensa ligada a ele construíram uma história diferente e baseada em informações manipuladas. Eram profusas as notas telegráficas, principalmente as provenientes de Madri e Havana, que narravam vitórias heroicas do exército es-

12 *Jornal do Commercio*, “Gazetilha – A insurreição de Cuba”, 21/07/1895, p.2.

panhol, promessas de uma rápida conclusão do conflito e a propagação da manutenção das relações amigáveis com os Estados Unidos. Essa postura foi constantemente discutida e criticada nos periódicos em análise, sobretudo, no *Jornal do Commercio*, que questionava a falta de liberdade de imprensa no território cubano e as publicações falaciosas dos jornais espanhóis:

Invariavelmente duas ou três vezes por semana anunciam os telegramas do ilustre comandante em chefe das forças legaes espanholas, general Martínez-Campos, derrotas sangrentas infligidas pelas mesmas aos insurrectos cubanos.

Quem pacientemente reúne as parcelas das baixas sofridas, segundo esses telegramas, pelos revoltosos, consegue notar que eles têm perdido mais gente do que aquela que, desde o princípio, tem tido em armas. E, contudo, a situação de Martínez Campos, apesar de elevada as suas forças a mais de 80.000 homens, se não se encontra mais agravada não tem certamente melhorado! Com explicar então tal contradição dos fatos?

Por que singular azar esses insurrectos, batidos a todo o momento e postas às mais vergonhosas debandadas podem obrigar o Governo Espanhol a destinar remessas de reforços ao seu valoroso representante? Não será isso, muito ao contrário, uma prova de que a revolta tem feito progressos, ganhando rapidamente todas as classes da população cubana.¹³

A manipulação das notícias se tornou a principal fonte de críticas do jornal carioca em relação à Espanha.¹⁴ O governo espanhol passava por uma situação interna conturbada, principalmente pelos embates partidários existentes no país – dividido entre conservadores, liberais, republicanos e carlistas –, que seria ainda mais agravada com a difusão dos fracassos no combate ao movimento separatista. Assim, a influência exercida em relação aos jornais conservadores apresentou uma medida paliativa para o arrefecimento da opinião pública

13 *Jornal do Commercio*, “Gazetilha – A insurreição cubana”, 23/09/1895, p.2.

14 Outras críticas sobre o assunto podem ser observadas na seção “Gazetilha” nos dias 05/08, 26/08 e 21/09 de 1895.

e, conseqüentemente, para permitir uma maior tranquilidade ao governo conservador de Cánovas Del Castillo para suprimir o conflito.

O Estado de S. Paulo apresentava as mesmas críticas do jornal carioca, afirmando “que os cubanos estavam satisfeitos em ganhar as batalhas reais enquanto os espanhóis as venciam no papel”.¹⁵ O periódico estendia sua crítica à Agência Havas, a qual considerava revelar “certa simpatia para os espanhóis, ou, ao menos, deixa transparecer que não quer manter toda a importância atribuída até pouco tempo atrás, ao movimento insurrecional cubano”, considerando que a agência “não pode se furtar ao dever de dar uma explicação mais positiva, a fim de falar sobre a realidade das coisas que ali se passam”.¹⁶ A postura da agência não era estranha, pois a relação de proximidade entre as nações espanhola e francesa era reconhecidamente forte nesse período. Essa prática do governo espanhol e de parte da imprensa aumentou a antipatia que *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Commercio* nutriam pela liderança de Cánovas Del Castillo e a condução militar de Martínez-Campos, situação agravada quando Valeriano Weyler assumiu o controle das ações militares em Cuba e promoveu medidas antipopulares no combate aos insurgentes.

Já em fins de 1895 surgiram algumas notas que demonstravam como o movimento independentista cubano era recebido pelos setores políticos e civis brasileiros. Inicialmente, foi vinculada, pelos dois periódicos, uma nota telegráfica acerca da intenção governamental de reconhecer o caráter de beligerantes aos cubanos:

Comunicam certas folhas daqui que no estrangeiro circula o boato de que o governo do Brasil decidira reconhecer como beligerantes os revoltosos de Cuba e que o Brasil pretende favorecer o movimento separatista por todos os meios possíveis. Interrogados pelos repórteres dos jornais oficiosos, o presidente do conselho afirmou ignorar, não só ele, como seus colegas de gabinete, o que havia de verdade a tal respeito.

15 *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 05/11/1895, p.1.

16 *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 31/12/1895, p.1.

Afiançou o senhor Cánovas Del Castillo que o ministro da Espanha no Rio de Janeiro nada havia comunicado nos últimos telegramas.¹⁷

Além disso, *O Estado de S. Paulo* noticiou algumas manifestações públicas favoráveis aos insurretos. Inicialmente, no dia 5 de novembro, a seção “Os Nossos Telegrammas” tornou pública uma suposta correspondência enviada por Antonio Maceo a um amigo no Rio de Janeiro,¹⁸ agradecendo as ofertas de homens e dinheiro para auxiliar na revolta:

[...] damos publicidade à seguinte carta que o general Antonio Maceo dirigiu a um seu amigo do Rio de Janeiro.

Quartel general, em Caney, 28 de setembro de 1895.

Meu bom e estimado amigo.

Mil agradecimentos por vosso generoso oferecimento. Não precisamos de homens, nem dinheiro, precisamos sim de simpatias e muita.

Vou aproveitar-me de vossa boa vontade, sem hesitação, quando houver disto necessidade fazê-lo.

Estou contentíssimo em saber que em todas as partes, há perfeita harmonia de pensamento e unidade de ação.¹⁹

No mesmo mês o periódico acompanhou o início da organização de um Comitê Pró-Cuba que colocaria em discussão o apoio brasileiro à causa cubana:

Poucas vezes temos assistido como na reunião de ontem, 2ª de entusiasmo e de ardor por uma causa política.

17 *O Estado de S. Paulo*; *Jornal do Commercio*, “Telegrammas”, 20/10/1895.

18 Não foi possível identificar esse brasileiro que, supostamente, mantinha uma relação de amizade com o líder revolucionário cubano.

19 *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 05/11/1895, p.1.

A Revolução de Cuba que, na frase feliz de um dos oradores de ontem, é hoje o assunto magno da política europeia, tem despertado em todas as classes do nosso povo uma simpatia enorme, um interesse digno de máximo louvor.

Bastou um convite assinado por três cidadãos e espalhado pela cidade, para reunir no teatro S. José, numa hora dedicada aos passeios dominicais e aos prazeres do esporte, a flor da nossa mocidade, grande número de operários, distintas famílias e respeitáveis cidadãos, e abraçá-los todos em um complexo fremente de civismo.

O convite vinha assinado pelos Srs. Muniz de Souza, Azevedo Cruz e Manoel Alvarenga.

O primeiro orador foi o Sr. Azevedo Cruz, o vate das ideias jacobinas. No seu discurso vibrante, pronunciado com voz forte e quente, ele explicou com robustez de argumentos o direito sagrado que assiste os revoltosos de Cuba, desenvolveu a grandeza antilhana que se ostenta na luta impar entre a potência colossal da Espanha com seus noventa milhões de habitantes e a inferioridade numérica e a fraqueza militar de Cuba com seus dois milhões.

Teve a palavra em seguida, o Sr. Agricio Camargo, o tribuno conhecidíssimo, diretor do *Nativista*, desta capital que num improviso feliz demonstrou o dever de todos os americanos acompanharem a revolução de Cuba com seu auxílio e, se for preciso, até com a sua vida.²⁰

Prosseguia com a descrição de um novo encontro no dia 16 de novembro:

Como anunciamos em o nosso número de ontem entre o primeiro e o segundo ato do espetáculo do teatro S. José, apresentou-se, num camarote de primeira ordem, o Dr. Azevedo Cruz, membro do comitê organizado em favor da revolução de Cuba, e pronunciou um notabilíssimo discurso em que vibrou toda a sua bela alma de artista e de patriota.

20 O Estado de S. Paulo, "Meeting Pró-Cuba", 11/11/1895, p.1.

Disse que não podia unir-se inteiramente ao jubilo do povo brasileiro na data gloriosa em que nossa nacionalidade entrou definitivamente no seu período histórico, sem lembrar que há ainda um povo americano, dominado pela opressão europeia, que reclama com as armas na mão o direito de ser uma nação livre e emancipada.

Aludia a Cuba; e como republicano na mesma hora em que uma tentativa estulta, pretende, por meio de uma reação contrária a toda a tendência evolutiva da história, fazer retroceder o Brasil ao ponto em que estava sobre o Império de um velho sem energia e de uma senhora sugestionada por um príncipe estrangeiro ganancioso e egoísta; convidava o povo paulista a não se esquecer, no meio das alegrias do sexto aniversário da República, que há outro povo americano que luta contra o domínio estrangeiro em nome da liberdade da democracia, em favor de Cuba, pois, invocou o apoio do povo paulista.²¹

O Comitê Pró-Cubano de São Paulo estava alicerçado em uma forte base jacobina, a exemplo da participação de Azevedo Cruz, um dos principais organizadores dos *meetings* e manifestações desse grupo que radicalizava a política nos primeiros anos da República (Queiroz, 1986, p.38). Além disso, é possível perceber nos discursos inúmeras características marcantes da constituição ideológica dos jacobinos, como o nacionalismo xenofóbico e essencialmente republicano, com aversão aos europeus, principalmente os portugueses. A Europa era vista como gestora de políticas contrárias à evolução de suas antigas colônias e dela provieram os portugueses e espanhóis que historicamente “emporcalhavam o ambiente diáfano e puríssimo de nossa adorada Pátria” (Ibidem, p.99).

Contudo, nesse virulento nacionalismo étnico, havia um curioso abrandamento em relação aos Estados Unidos, principalmente pela defesa da proposição monroísta de que a América deveria ser restrita aos americanos (Ibidem, p.106). A aproximação com os estadunidenses se fazia, logicamente, por oposição à Europa e abria espaço para a política de integração americana ser

21 O Estado de S. Paulo, “Pró-Cuba”, 16/11/1895, p.3. Grifo nosso.

reconhecida como um princípio social e político que levaria o continente a iniciar um progresso econômico e administrativo forte o suficiente para se defender das novas tentativas de dominação europeia. Dessa forma, a ideia de uma América para os americanos originou, para os jacobinos, a ideia de que o Brasil deveria ser unicamente dos brasileiros, assim como Cuba precisava pertencer somente aos cubanos.

Notas sobre reuniões civis pró-cubanas também circularam no *Jornal do Commercio*, ainda que apenas no ano de 1897. Apesar da diferença temporal iremos reproduzi-las neste espaço para melhor comparar como esses grupos se desenvolveram em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em julho de 1897, realizou-se uma reunião dos adeptos da causa cubana, no salão do Clube União Comercial no Rio de Janeiro, sob a presidência do cubano Aristides Aguero,²² com o intuito de constituir um comitê que pudesse organizar recursos a serem enviados aos revolucionários. Participaram da reunião alguns representantes da imprensa carioca vinculados aos jornais *Folha da Tarde*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *República*, *Don Quixote*, *A Notícia*, *A Bruxa*, *Revista Ilustrada*, *Cidade do Rio* e *Jornal do Brasil*, além de alunos da Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e da Faculdade Liberal de Ciências Jurídicas. Os participantes da reunião afirmavam que defendiam a causa cubana, não por motivos políticos ou interesses pessoais, mas sim pelo sentimento de solidariedade em relação à opressão sofrida pelos irmãos cubanos. Além disso, firmaram o compromisso de buscar novos adeptos entre os comerciários, funcionários públicos, operários, militares, policiais, escritores, artistas e representantes do Senado e da Câmara dos Deputados, para concretizar a organização de um comitê e oficializar a defesa dos ideais dos separatistas cubanos.²³

22 Aristides Aguero era uma espécie de representante do PRC, que percorria os países sul-americanos no intuito de conseguir apoio moral e financeiro para a manutenção do movimento revolucionário. Cf. Guerra, *América Latina y la Independencia de Cuba*. Disponível em www.adhilac.com.ar/?p=2684. Acesso em: 16 nov. 2012.

23 *Jornal do Commercio*, “Gazetilha – Pró-Cuba”, 23/07/1897, p.2.

Em 28 de julho ocorreu uma nova reunião, na qual discursou o jornalista José do Patrocínio, com um desenlace inesperado:

É bastante pequeno o círculo da nossa propaganda atual, acho necessário que o comitê faça a sua propaganda na praça pública. Que em todas as ruas e todos os cantos se ouça o grito de “Viva Cuba Livre!”. Que nas alcovas as mães brasileiras ensinem seus filhos a odiar a Europa, que quer escravizar a América, depois de ter roubado a África.

Iam a sair os primeiros assistentes a reunião, quando cerca de 300 espanhóis, armados de revólver e aos gritos de “Viva a Espanha” e “Morra Cuba”, se aproximaram do Clube União Comercial e a tiros atacaram-nos, havendo então reação natural.

Da parte dos adeptos da causa cubana não havia um único armado, de sorte que a reação foi a paralelepípedos e à bengala.

A luta foi rápida devido à intervenção da polícia.²⁴

O Comitê Pró-Cuba do Rio de Janeiro era formado por agentes que influenciavam diretamente a opinião pública, tais como a imprensa e os institutos de ensino superior, ponto de relevância, principalmente se associarmos essa função com a tentativa de trazer para o movimento outros setores da sociedade política, civil e militar. Os discursos exaltados e as críticas diretas à Europa, representada aqui pela Espanha, assim como a solidariedade americana, que permeava as manifestações públicas de São Paulo, também eram encontradas nas notas do jornal carioca. Nos chama atenção ainda a participação direta do *Jornal do Commercio* na organização do movimento favorável aos insurgentes cubanos. Coloca-se novamente em xeque o senso comum de que o periódico não se posicionava diretamente em relação aos acontecimentos e seguia, unicamente, a direção adotada pelo governo em vigência. Por fim, não podemos deixar de observar a existência de gru-

24 *Jornal do Commercio*, “Gazetilha – Pró-Cuba”, 23/07/1897, p.3.

pos pró-espanhóis ativos, utilizando, em alguns casos, a violência como forma de manifestação.²⁵

Observamos que parte da opinião pública brasileira apresentou características dinâmicas ao reagir e se posicionar diante dos acontecimentos em Cuba, mediante a organização de grupos, *meetings* e comitês. Essa atuação brasileira aproxima-se da ideia criada por Jean-Jacques Becker de que a “opinião pública deve ser baseada na percepção da atitude e comportamento dos homens quando estão em confronto com determinados acontecimentos, sem se esquecer de que raramente [a opinião pública] é homogênea, pois há ao menos, uma minoria que avança no sentido contrário da tendência imposta” (Becker, 2003, p.186). A existência de manifestações pró-Cuba e pró-Espanha evidencia o fervilhar de uma opinião brasileira multifacetada, na qual jacobinos, órgãos de imprensa, intelectuais e imigrantes espanhóis atuavam na contracorrente da tendência neutra assumida, naquele momento, pelo governo.

Se buscarmos uma comparação com outros países americanos é possível perceber uma tendência diferente da apresentada pela opinião pública brasileira acerca da defesa dos ideais de independência cubana, pois os países hispano-americanos se voltaram com maior dedicação a uma solidariedade com sua antiga metrópole. O caso argentino é representativo para observar essa situação, como demonstra Norma Dolores Riquelme:

En la Argentina, los medios de difusión de la época otorgaron notoria transcendencia a este tema [a guerra de independencia cubana], imprimiéndole así un carácter marcadamente popular. Pero además, debemos tener en cuenta que, entre las colectividades de inmigrantes presentes en la Argentina, que en términos numéricos alcanzaba a 1.004.527 personas según el censo de 1895, la española era numerosa y

25 Os chamados Clubes Espanhóis foram mais ativos durante o início do conflito hispano-americano, em abril de 1898, momento no qual buscavam arrecadar fundos e organizar expedições de espanhóis residentes no Brasil para auxiliar a península no combate aos norte-americanos. *O Estado de S. Paulo* noticiou algumas dessas ações nos telegramas do dia 19/04/1898 e 26/04/1898.

de peso, frente a otras colectividades ella contaba con la ventaja del idioma y, para fines del siglo decimonónico, algunos ya habían alcanzado posiciones destacadas dentro de la sociedad local. Es obvio que ella tenía sobrados motivos para seguir los sucesos de cerca.

Apenas iniciada la guerra, dicha colectividad se declaró abiertamente a favor de la Península, efectuando diversas manifestaciones con el fin de convencer a los connacionales más remisos, así como el resto de la población, de lo justo de su posición. Utilizaron dos vías: una el *Correo Español*, periódico destinado a los sectores más intelectualizados y, otra, las romerías, pensadas para concitar el entusiasmo popular [...] (Dolores Riquelme, 1998, p.97).

A grande quantidade de espanhóis residentes na Argentina movimentou-se de forma rápida, por meio de suas associações e veículos de comunicação, para apoiar a Espanha, recolher fundos e influenciar a população argentina a assumir uma postura favorável à situação da península. Essa mobilização se radicalizou no ano de 1898, com a entrada dos Estados Unidos na guerra, momento no qual os argentinos e espanhóis emigrados se uniram para criticar e resistir ao nascente imperialismo norte-americano. A opinião pública da Argentina se mobilizou e suas diversas associações provinciais passaram a contribuir com fundos próprios e coletas públicas, além de organizarem conferências e palestras que visavam defender os interesses espanhóis na ilha. Hebe Camargo Pelosi traça um interessante panorama dessa situação:

La comisión de suscripción nacional que se forma en Buenos Aires, recibe las coletas públicas y la crónica nos informa que da Sociedad de Socorros Mutuos de La Plata, entregó todo lo que tenía en caja, así como también lo hicieron las sociedades de Salta, Tres Arroyos, Villa María, Santa Fe, Azul. No todo se reduce a cuestiones de dinero, también se envía tasajo a Cuba y se negocia para que España reciba fardos transportados en barcos ingleses, el apoyo es para la patria dejada por la emigración. No encontramos eco de apoyo a los cubanos, ni se apela al sentimiento americano, en los dos principales periódicos capitalinos.

Buenos Aires congrega a personalidades destacadas para que hablen sobre la guerra. En el Teatro Victoria, Roque Saenz Peña, futuro presidente de la nación, José Tarnassi, poeta y Paul Groussac, director de la Biblioteca Nacional, dictan conferencias dedicadas a la colectividad española (Carmen Pelosi, 1998, p.91).

Nesse sentido, a guerra de Cuba despertou sentimentos diferentes se compararmos Argentina e Brasil. No país platino o conflito resultou em um forte incentivo para que se buscasse a identificação cultural com sua origem hispânica e a defesa dos direitos espanhóis, sobretudo, após a entrada dos Estados Unidos no conflito. Grande parte da opinião pública brasileira, por sua vez, estava sob a influência da propaganda americanista e, em consequência, por aversão ao elemento europeu, o que incentivava a defesa das intenções independentistas cubanas.

Voltando ao Brasil, no ano de 1896 a quantidade de notícias sobre o conflito cresceu consideravelmente, mas os posicionamentos de cada periódico se mantiveram semelhantes aos do ano anterior. *O Estado de S. Paulo* sustentou sua simpatia em relação aos ideais cubanos demonstrando a sua “ansiedade em conhecer o desfecho iminente desta revolta tão simpática a todos que amam a dedicação suprema aos ideais de liberdade”.²⁶ A Espanha acumulava insucessos na tentativa de controlar o movimento rebelde e sua situação era agravada pelas constantes discussões no Congresso norte-americano, promovidas pelos *jingoes*, para o reconhecimento da condição de beligerantes aos cubanos:

[...] a Espanha acaba de provar que seu sangue é sempre rico das mais nobres energias e a sua raça dispõe de extraordinários elementos de valor e de resistência.

Que ela saia vencedora ou vencida da guerra contra os cubanos, o prestígio do pavilhão espanhol não terá sido maculado por um ato sequer de fraqueza e o nome do grande povo meridional ficará consagrado nos anos de bravura contemporânea.

26 *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 09/01/1896, p.1.

Porém, é patriótico arrastar um país já enfraquecido por vinte anos de lutas intestinais, um país que deu prova de nenhuma aptidão, à conservação de suas antigas colônias, ao soçobro de todas as suas forças vivas, à ruína das suas finanças, ao holocausto da sua mocidade numa empresa em que estão contra a Espanha o direito sagrado de um povo e o princípio de sua legítima emancipação?²⁷

O preceito de autodeterminação dos povos permeava novamente o julgamento do jornal em relação à postura da Espanha. A despeito dos elogios à tenacidade do povo espanhol em resistir a sucessivos movimentos rebeldes, tanto em seu território como em suas colônias, ressaltava o prejuízo financeiro e político, além da ruína de seus cidadãos, em prolongar um conflito contra um povo cercado por direitos de legitimidade e emancipação.

Em 24 de fevereiro de 1896 a guerra em Cuba completava seu primeiro ano. As tropas revoltosas haviam avançado por toda a extensão da ilha, o general Martínez-Campos fora destituído do cargo de comandante-geral em Cuba e em seu lugar assumira Valeriano Weyler com sua política draconiana de *reconcentración*. Em função dessa data simbólica *O Estado de S. Paulo* iniciou uma série de matérias “para homenagear o valor e o patriotismo dos valentes revolucionários que não se adaptam, no solo americano, a suportar o domínio europeu”.²⁸ Entre os dias 24 e 29 de fevereiro o centro da primeira página foi tomado pelo título “A Revolução Cubana”, acompanhado pela imagem de dois revolucionários, com uma pequena biografia de cada um e a transcrição de alguns acontecimentos importantes do primeiro ano de insurgência. Causa bastante interesse observar que a utilização de imagens, com exceção dos anúncios, era prática incomum nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, o que aumentava sobremaneira a importância dessas matérias e do interesse apresentado pelo periódico em divulgar os feitos dos rebeldes. Os insurgentes que estamparam o

27 *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 02/02/1896, p.1.

28 *O Estado de S. Paulo*, “A Revolução cubana”, 24/02/1896, p.1.

centro da primeira página foram: Máximo Gómez, Antonio Maceo, Carlos Roloff, Gonzalo de Quesada, Flor Crombet, Guillermon, Juan Gualberto Gómez, Emillio Nunez, José Dolores Poyo, Julio Sanguily e José Maceo.

A ausência de José Martí nessa homenagem aos líderes revolucionários nos causa surpresa, pois era de se esperar que o escritor cubano e artífice da rebelião integrasse qualquer tipo de tributo destinado a enaltecer a luta independentista. Em realidade, Martí não era um personagem citado frequentemente pelos periódicos estudados. No início do conflito nada se mencionou sobre a liderança exercida por ele ou sobre a sua habilidade política e intelectual, ficando sua aparição restrita às notícias de sua morte.²⁹ Poderíamos supor que a morte precoce privou Martí de ser reconhecido como um dos principais líderes, mas essa hipótese é refutada ao observarmos que Flor Crombet foi morto antes do escritor cubano e estava presente nas páginas de *O Estado de S. Paulo*. Da mesma forma não podemos considerar que apenas os condutores militares foram retratados nas matérias, pois Gonzalo de Quesada e Juan Gualberto Gómez eram líderes estritamente civis. Enfim, é muito difícil justificar essa ação do *Estado de S. Paulo*, o que nos obriga a levantar a hipótese de que Martí simplesmente não era reconhecido pelo periódico como figura central para a construção do movimento independentista.

Voltemos à nossa análise sobre a opinião e o posicionamento dos jornais em relação aos acontecimentos de Cuba. A escolha do general Weyler para comandar a guerra contra os rebeldes promoveu desagrado nos dois periódicos, conhecedores de sua história de radicalismo militar.³⁰ Nos Estados Unidos o Congresso aguçava as discussões sobre um possível reconhecimento da beligerância cubana e acentuava a simpatia existente entre os setores populares

29 *O Estado de S. Paulo* publicou dois telegramas, nos dias 23 e 25 de maio. O *Jornal do Commercio* publicou três telegramas nos dias 23 de maio e 7 de junho.

30 Tal insatisfação pode ser observada em publicações do *Jornal do Commercio*, no dia 28 de janeiro de 1896; no *Estado de S. Paulo* isso ocorre no dia 26 de janeiro e no dia 5 de fevereiro de 1896.

em relação à insurgência, mas tais ações eram refreadas pela falta de ímpeto do presidente Cleveland. Nesse cenário *O Estado de S. Paulo* acentuou sua defesa de uma ação direta dos norte-americanos para tornar Cuba independente e conservar seus interesses econômicos na ilha, declarando que “a política não é uma palestra de sentimentalismos, nem um campo aberto às paixões; a política em nossos tempos, é a resultante da luta dos grandes interesses econômicos entre si e o reflexo das conveniências do momento”.³¹

Nesse período o *Jornal do Commercio* começou a apresentar uma visão polifônica em suas páginas, destacadamente, pela publicação das manifestações de seus correspondentes nos Estados Unidos e Espanha.³² A primeira nota veiculada no jornal era proveniente de seu correspondente em Nova York:

Em todo os Estados Unidos existe, como é notório, uma fortíssima corrente de simpatia pelo movimento revolucionário que propõe separar da metrópole a Pérola das Antilhas: em alguns porque pensam na anexação da ilha; outros porque execram em seu tradicional liberalismo, a rudeza da opressão espanhola; na maior parte, por espírito de americanismo e pelo amor da independência que distingue o cidadão.

[...] A ganância mercantil, o jingoísmo e o monroísmo juntam-se, portanto, para estimular estes com as passadas revoltas cubanas. O executivo não pode, contudo deixar-se aberto e se levar por argumentos de tal natureza, pela defesa de capitais particulares que se arrisgam e por sentimentalismos políticos, ainda os mais legítimos.

Possuem obrigações internacionais mais restritas, deferências a testemunhar e melindres a evitar.

31 *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 02/03/1896, p.1.

32 Parece-nos que os correspondentes do *Jornal do Commercio* eram jornalistas norte-americanos e espanhóis que atuavam em seus respectivos países e enviavam notícias regularmente ao jornal carioca. Essas correspondências eram despachadas por meio de pacotes e demoravam aproximadamente um mês para serem publicadas, causando uma pequena defasagem nos assuntos discutidos.

Cuba, nos antigos dizeres dos ilustres secretários de Estado, Quincy Adams e Clay, é um apêndice natural dos Estados Unidos e sua anexação tornar-se-á um dia indispensável à permanência e integridade da União.

Por enquanto qualquer tentativa de absorção da ilha acha-se, porém, fora dos projetos americanos, assim como parecem afastadas as possibilidades de guerra com a Espanha por motivos de beligerância.

K³³

O correspondente apresentava uma postura pró-governista e apoiava as medidas pragmáticas assumidas pelo governo Cleveland de não ultrapassar os limites da diplomacia e gerar “melindres” desnecessários. Para isso era necessário resistir à agitação de alguns setores políticos e da opinião pública motivada por interesses comerciais ou pelos ideais americanistas de liberdade e união. Há alguns anos Cuba flutuava na área de influência comercial dos Estados Unidos e de fato representava um apêndice natural da União e isso também permitia o maior pragmatismo da política de Cleveland. Esse argumento do colaborador norte-americano foi mantido ao longo de suas correspondências, afirmando que Cuba encontraria apoio apenas “na mão estendida pelos Estados Unidos”,³⁴ enquanto as outras nações do continente se esqueciam de seu passado colonial “perdendo um magnífico ensejo de afirmarem essa tão decantada, porém ainda mal definida, solidariedade americana”.³⁵

Nesse sentido, é possível perceber argumentações opostas entre o correspondente do *Jornal do Commercio* e *O Estado de S. Paulo* acerca da atitude a ser tomada pelos Estados Unidos. O jornal paulista, baseado na solidariedade americana, defendia uma ação concreta do governo estadunidense, ultrapassando as

33 *Jornal do Commercio*, “Estados Unidos”, 15/06/1896, p.1.

34 *Jornal do Commercio*, “Estados Unidos”, 15/06/1896, p.1.

35 *Jornal do Commercio*, “Estados Unidos”, 21/06/1896, p.1.

ameaças diplomáticas ou as reclamações em relação aos prejuízos comerciais. A ilha deveria ser independente e o governo estadunidense poderia assumir grande importância nessa transição. O correspondente do periódico carioca colocava a lógica acima das paixões ideológicas, pregando a análise metódica dos acontecimentos para evitar uma ação mal planejada e influenciada pelos grupos exaltados, prejudicando, assim, a posição confortável que os Estados Unidos desfrutavam na questão cubana.

As notas provenientes do correspondente na Espanha publicadas no jornal carioca traziam uma análise interessante dos acontecimentos peninsulares e uma crítica constante à inexatidão das notícias publicadas na Espanha, em função da estreita relação entre o governo e parte da imprensa espanhola.³⁶ De acordo com o correspondente “os jornais espanhóis dão conta de sucessivas derrotas infligidas aos cubanos, de forma que, a serem verdadeiras, já não existiria um único revolucionário”.³⁷ E agregava a essa constatação uma denúncia de que a população encontrava-se distante desse otimismo fabricado pelo governo:

O descontentamento da população, apesar dos artigos e notícias otimistas da imprensa governamental, acentua-se cada vez mais. Em Saragoça, as mulheres sublevaram-se aos gritos de “Viva a Espanha!”, “Não mais soldados para Cuba”. A força pública interveio, efetuaram-se prisões e o motim foi abafado. No entanto a revolução nos espíritos está em estado latente [...]

[...] As “revolucionárias” saragoçanas, nos seus protestos clamavam para que ou não fosse mais gente para Cuba, ou fossem também os homens ricos.

36 O correspondente espanhol ressaltava em todas as suas cartas a dificuldade em analisar de forma clara a situação do conflito cubano devido à manipulação do governo espanhol, que, por meio da imprensa conservadora, divulgava apenas notícias favoráveis aos exércitos cubanos. Podemos perceber essa tendência nas notícias dos dias 23/07, 25/07, 18/08.

37 *Jornal do Commercio*, “Carta de Madri”, 09/07/1896, p.1.

Todos estão ao fato do grande número de vítimas causadas não só pelos combates, mas principalmente pelo terrível vômito negro, e como se isto não bastasse, as discussões no Congresso e no Senado vieram fazer muita luz, demonstrando os homens mais competentes já pelo conhecimento da luta no próprio terreno, já pela experiência adquirida, na governança, que o resultado da guerra é muito duvidoso, não sendo fácil determinar-lhe a época.

Imagina-se por isto qual é a situação moral das mulheres que viram marchar para Cuba os filhos e os irmãos. Podem os que estão isentos de para ali marchar, e gozam aos encantos da vida, invocar os sagrados direitos da pátria, apelando para o patriotismo do povo espanhol, fulminar com o mais terrível anátema aos que se eximirem a pagarem o tributo de sangue que não conseguem aplacar a ira das mães, das irmãs e das esposas.

Joferino³⁸

A Espanha possuía uma prática de recrutamento militar que permitia aos soldados comprarem sua saída do Exército e ficarem permanentemente isentos de prestar qualquer serviço militar. A isenção custava aproximadamente duas mil *pesetas* (Tone, 2006, p.147), quantia facilmente arrecadada pelas famílias de classe média e alta impedindo o envio de seus filhos para a guerra. Entretanto, os camponeses, operários e produtores de baixa renda não reuniam condições financeiras para usufruir de tal privilégio e, em consequência, o Exército espanhol era formado, em sua grande maioria, pelos setores mais pobres da sociedade. Além disso, as forças armadas tinham recursos escassos para manter seus homens em condições ideais de combate, a alimentação era insuficiente, o soldo baixo e constantemente atrasado, a higiene era deficiente e a ausência de formação militar fazia parte do sistema e diminuía o moral das tropas.

Observando essa situação era impossível impedir que ocorressem manifestações contrárias ao governo espanhol e aos privi-

38 *Jornal do Commercio*, “Carta de Madrid”, 24/08/1896.

légios da elite. Mesmo a estratégia de manipulação das notícias a favor do Exército espanhol não surtia o efeito desejado e, ao contrário, começava a agravar a situação no interior da Espanha. Em uma nota anterior o correspondente afirmava que a “responsabilidade da situação atual cabe por completo aos governos da Espanha, que, tendo sempre desprezado as reclamações dos cubanos, julgavam poderem sobrecarregá-los com toda a qualidade de impostos e vexames”.³⁹ O governo era atacado por seu imobilismo, a incapacidade em administrar as colônias, a exploração das classes baixas e os privilégios da elite.

Em novembro de 1896, *O Estado de S. Paulo*, discutindo telegramas publicados no *Jornal do Commercio*, também voltou a fazer críticas à fabricação de notícias empregada pela imprensa espanhola:

A despeito dos telegramas que o governo (espanhol) comunica à imprensa e que anunciam, invariavelmente, as vitórias das tropas espanholas essa situação nada tem de satisfatória. Se dêssemos fê às informações oficiais, não se passaria um dia sem que os rebeldes sofressem sangrentos revezes e ao ler o número de mortos e de feridos que elas infligem aos rebeldes nestes meses, dever-se-ia averiguar em vinte ou trinta mil homens pelo menos, o total de perdas sofridas pela insurreição.

É difícil infelizmente partilhar da ingênua confiança com que o governo espanhol espalha essas informações ilusórias.

[...] Disso se compreende a oposição que começa a manifestar-se contra o general Weyler por quem tanto se prometia.⁴⁰

A constância das críticas em relação à estratégia do governo espanhol suscitou uma concordância entre os periódicos. Consideravam que o governo peninsular demonstrava uma ingenuidade desmedida ao publicar tais notas e subestimar a inteligência daqueles que acompanhavam com interesse o desenvolvimento dos

39 *Jornal do Commercio*, “Carta de Madri”, 09/07/1896.

40 *O Estado de S. Paulo*, “A situação de Cuba”, 07/11/1896, p.2.

embates na ilha. A relação entre as supostas vitórias espanholas e a continuidade ininterrupta da revolução separatista era impossível de ser mantida. O governo da Espanha falhava em combater os rebeldes, conter a opinião pública, controlar os partidos de oposição e, sobretudo, começava a perder sua influência sobre a imprensa, como foi bem assinalado no trecho reproduzido.

Pouco mais de um mês depois, a morte de Antonio Maceo também foi registrada com pesar pelo jornal paulista, exaltando em várias notas e matérias sua liderança e representatividade para o movimento insurgente:

A notícia da morte de Antonio Maceo, o valente chefe cubano, parece confirmar-se. Já as notícias de Nova York concordam com as de Madrid. [...]

Antonio Maceo, dentre todos os chefes cubanos, destaca-se por mais de um título. Falta-lhe a ciência militar e a lucidez de espírito de Máximo Gómez; não é como, Calixto Garcia, uma influência no mundo financeiro norte-americano, que de algum modo auxilia a revolução; tampouco possui as relações políticas de Estrada Palma, do Marquez de Santa Lucia ou do Dr. Betances.

Mas, Antonio Maceo, personificação completa da causa separatista, reuniu na sua ação revolucionária de perto de trinta anos, os títulos mais justos ao amor dos seus companheiros de armas e dos seus irmãos de ideais.⁴¹

O *Jornal do Commercio*, por sua vez, veiculou apenas um pequeno telegrama, publicado em janeiro de 1897, confirmando a morte de Maceo e a excitação causada na Espanha pela esperança de que o conflito seria resolvido. É interessante notar que os periódicos possuíam intensidades diferentes ao abordar o assunto. A nota de poucas linhas do *Jornal do Commercio*, publicada um mês após a morte de Maceo, contrastava com as várias colunas dedicadas pelo

41 O Estado de S. Paulo, “Os Nossos Telegrammas”, 12/12/1896, p.1.

Estado de S. Paulo ao representante da “personificação completa da causa separatista”. Não discutimos o nível de simpatia que os periódicos nutriam pelo movimento cubano, mas sim a intensidade das manifestações. A folha paulista, por exemplo, demonstrava um maior ardor na defesa da independência, principalmente em seus discursos embalados pelo sentimento de americanismo e a autodeterminação dos povos, enquanto o diário carioca utilizava um discurso prático e objetivo, no qual observava com maior atenção o contexto e os interesses em disputa.

O *Jornal do Commercio* abriu o ano de 1897 com uma carta de seu correspondente nos Estados Unidos, na qual discutia uma tendência muito forte no período e que ainda é debatida nos estudos dedicados à independência cubana:

Tanto se compreende aqui que as cenas que se estão passando na ilha são as culminantes do drama, que os jornais, quase todos, renovaram, espalhando notícias de sérias complicações entre os gabinetes de Madri e Washington e afirmando que a Espanha procura guerra com os Estados Unidos para perder airosoamente Cuba, largando-a presa pela intervenção de uma poderosa nação e não graças ao sucesso dos rebeldes [...] Não penso que haja verdade nessas alegações. As simpatias do povo americano estão com os cubanos, como é sabido; mas a admiração tem se conservado em uma neutralidade correta, da qual não tenciona desviar-se.

[...] A Espanha é uma nação em demasia ativa para aceitar a coadjuvação de outra nação para sufocar uma rebelião, isto é, uma guerra em casa, e também seria este o caso em que a administração Cleveland julgaria de seu dever intervir na contenda em prol dos insurgentes. As costas americanas do sul ficam perto demais de Cuba para que os Estados Unidos possam consentir na instalação ali sob qualquer cor, de outra potência que não a Espanha [...]

[...] A Espanha continuará a ceder às reclamações americanas, tanto mais quando estas têm sido sempre formuladas em um grande sentimento de justiça e humanidade, sem violências humilhantes,

nem exigências desmesuradas. As folhas mais antimonroístas da Europa não acham o que dizer ao papel diplomático dos Estados Unidos em Madri e apenas censuram a administração Cleveland pelo fato de lavrar neste país uma intensa corrente de simpatia em favor dos cubanos, como se fosse dado ao Executivo, em terra de tanto individualismo e liberdade, dominar ou encaminhar as preferências políticas dos cidadãos.

K.⁴²

Era comum a ideia de que a Espanha, consciente de sua impossibilidade em sufocar o movimento cubano, tinha intenções de provocar uma guerra com os Estados Unidos para a manutenção da honra e estabilidade internas, pois a derrota para uma potência emergente seria menos desastrosa do que o fracasso em controlar uma rebelião colonial e liderada por uma raça considerada inferior. No entanto, o correspondente utilizou uma argumentação inteligente para refutar essa possibilidade. Até então os Estados Unidos não tinham ultrapassado sua neutralidade e mantinham apenas um discurso favorável ao fim do conflito e ao restabelecimento efetivo do comércio existente com Cuba. Assim, o fervilhar das críticas feitas pela imprensa, opinião pública e partidos de oposição espanhóis não permitia ao governo da Espanha cogitar essa probabilidade, pois o desgaste e o esfacelamento das forças armadas não sustentavam a expectativa de uma resistência eficaz contra o crescente poder bélico dos Estados Unidos. A derrota poderia ser ainda mais desastrosa e humilhante para os espanhóis. Exemplificamos essa postura com uma carta enviada pelo colaborador espanhol do *Jornal do Commercio*, publicada em janeiro de 1897, mas retroativa a dezembro de 1896:

Quando toda a Espanha, dando largas a louco regozijo, e pondo de parte toda a reflexão festejava a ruído somente a morte do cabecilha Maceo supondo que ela representava o termo próximo da insur-

42 *Jornal do Commercio*, “Estados Unidos”, 01/01/1897, p.1.

reição na formosa Antilha, eis que surge no horizonte um ponto negro, que aumenta com incrível rapidez. Referimo-nos à proposta apresentada pelo Sr. Cameron, no Senado de Washington, e aprovada pela comissão de relações exteriores, propondo que: 1º que se reconheça imediatamente a independência da República Antilhana; 2º que se empreguem todos os meios para abreviar a terminação da guerra.

É fácil calcular o efeito produzido por esta proposta. A maior parte dos jornais publicou artigos furiosos contra os *yankees*, preferindo a guerra com os Estados Unidos a receberem a afronta da sua ingerência nos negócios de Cuba. A serenidade, tão necessária em dados momentos, foi substituída por exagerado patriotismo.

Joferino⁴³

Também em 1897 os Estados Unidos passaram por uma troca de presidentes. O candidato republicano, William McKinley, assumiu o poder Executivo e causou temores e expectativas em vários países. A Espanha passou a temer categoricamente a política do novo presidente, pois a neutralidade assumida por Grover Cleveland estava sendo substituída por um homem que defendera em sua campanha presidencial uma ação mais enérgica para a situação de Cuba. *O Estado de S. Paulo* aguardava ansioso por uma postura mais agressiva de McKinley para determinar a liberdade da ilha do jugo espanhol. No entanto, o *Jornal do Commercio* publicou duas manifestações oficiais do governo norte-americano que contrariavam as esperanças do jornal paulista:

[...] Passando para o território da política estrangeira da República, sustentou os princípios de paz e amizade com todas as nações do mundo, e da não intervenção nos negócios políticos dos outros países, posto que da firme dignidade, reclamando sempre em qualquer parte pelos direitos legais dos cidadãos americanos. Condenou as guerras de conquista

43 *Jornal do Commercio*, “Hespanha”, 13/01/1897.

e as tentativas de agressão territorial, expressão que deve envolver as anexações.⁴⁴

Nos negócios de Cuba, também a atitude do presidente anuncia-se, não só pacífica como cordial para com a Espanha. Em uma entrevista com o correspondente do *Times*, o secretário de Estado Sherman repudiou todo pensamento de guerra ou anexação, dizendo aí que os Estados Unidos não desejavam absolutamente a incorporação de Cuba, nem de possessão alguma.⁴⁵

O Estado de S. Paulo se manifestou de forma pesarosa e crítica em relação aos rumos que a revolução cubana deveria seguir a partir da recusa norte-americana em interferir de forma direta:

Pelos últimos telegramas dos Estados Unidos e da Espanha vê-se que o problema cubano está entregue exclusivamente à sorte das armas que defendem a independência.

Todo apoio que se supunha seria prestado pelos norte-americanos se limitou ao platonismo da solidariedade afirmada nos *meetings* e nos discursos parlamentares. No que se refere às sanções diplomáticas, com que os cubanos estão contando há um ano e meio, está hoje no ponto em que então estava: o governo conserva-se neutro e mantém expressamente relações de amizade com a Espanha. [...]

Politicamente e economicamente a tendência norte-americana é isolar-se; e se a impossibilidade material de realizar essa aspiração se patenteia invencível na questão econômica, o norte-americano apreendeu esse óbice, teve o espírito prático suficiente para transformar em americanismo continental o seu americanismo de que estavam excluídas todas as nações restantes da América.

A doutrina continental é a derivação mercantil do *jingoísmo*: abre mercados e não espalha doutrinas.

44 *Jornal do Commercio*, “Estados Unidos”, 16/04/1897, p.1.

45 *Jornal do Commercio*, “Estados Unidos”, 27/04/1897, p.1.

Na questão cubana esse caráter revelou-se com toda a sua repulsiva brutalidade. Os irmãos cubanos para os quais se pedia a liberdade desapareceram; mas surgiu então o interesse norte-americano a salvaguardar, e apareceram os cidadãos norte-americanos que reclamavam. [...]

Sob a ilusão de que os Estados Unidos auxiliariam politicamente a formação da República de Cuba, os cubanos se entregaram a meia dúzia de capitalistas, cuja dedicação foi fartamente compensada com as especulações do açúcar, e ficaram a espera do auxílio do governo de Washington.

Durante esse tempo, porém, os cubanos enfraqueceram-se e desmoralizaram-se, o que é muito mais grave.⁴⁶

Essa notícia é de suma importância, pois marca o início de um novo posicionamento do *Estado de S. Paulo*. A defesa de uma interferência direta dos Estados Unidos na ilha, marcada pelo discurso solidário de proteção dos interesses comuns entre estadunidenses e cubanos, tornou-se impossível de ser cumprida. A política mercantil norte-americana buscava unicamente a abertura ou manutenção de seus mercados e para isso não era necessária a independência de Cuba. A percepção clara de que estava invertendo os valores da ação *yankee* levou o periódico a redirecionar sua postura e deixar de lado a admiração irrestrita pelas instituições políticas e sociais do país do norte, caracterizando-o, a partir desse momento, como escravo de suas necessidades econômicas e de sua política isolacionista. Contudo, a defesa de uma união americana não foi abandonada pelo periódico paulista, pois Cuba tinha o direito de ser livre, de construir uma nova história, mas deveria fazê-la sem contar com o intervencionismo estadunidense.

Em contraposição, o correspondente do *Jornal do Commercio* colocou-se favorável à neutralidade do governo McKinley, exaltando sua praticidade e bom senso no caso cubano:

46 O *Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 21/06/1897, p.1.

[...] A grande população negra, a turbulência dos naturais brancos e mestiços, a diferença de línguas e costumes de um milhão e meio de indivíduos e a pesadíssima dívida cubana, todas estas são razões que pelejam contra a anexação, na qual pensam somente os *jingoístas*. A situação geográfica de Cuba fará de resto depender comercialmente dos Estados Unidos e é quando basta a esse país essencialmente prático. Por isso não existe risco de guerra de conquista. A guerra se por fatalidade vier, há de ser contra o gosto do governo norte-americano, o qual apenas deseja significar à Espanha “que os interesses da humanidade, da paz e da honra da própria metrópole, bem como os direitos dos americanos, há tanto tempo correndo os riscos da guerra, devastação e rapina ordenada a cessão do presente Estado de guerra, serão defendidos por meio da intervenção americana ou outra qualquer que seja”.

K.⁴⁷

Há um claro contraste com a opinião apresentada pelo jornal paulista. O correspondente em Nova York considerava acertada a postura assumida pelo presidente McKinley, pelo fato de Cuba já flutuar no espaço comercial norte-americano, tornando desnecessário promover qualquer obra intervencionista ou de anexação. A instabilidade política e social da ilha eram os melhores motivos para justificar essa postura neutral.

O assassinato de Cánovas Del Castillo, em meados de 1897, modificou os rumos da política espanhola. Os periódicos dedicaram um espaço considerável para lamentar a morte brutal do político espanhol e para discutir quais seriam as consequências desse fato para a política espanhola e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do conflito em Cuba. Na sequência desse acontecimento o Partido Liberal assumiu novamente o controle do gabinete ministerial e alterou sensivelmente a política dedicada ao enfrentamento em Cuba. Suscetível às pressões norte-americanas o novo comando espanhol determinou a implantação de reformas coloniais, as quais permiti-

47 *Jornal do Commercio*, “Estados Unidos”, 19/07/1897, p.1.

riam a Cuba gozar de um regime político autonomista.⁴⁸ *O Estado de S. Paulo* colocou-se em oposição a tais medidas e aproveitou o ensejo para fazer novas críticas aos Estados Unidos e à Espanha:

A grande dificuldade está precisamente em conciliar o ponto de vista espanhol com as aspirações dos naturais da Grande Antilha.

A insurreição é separatista, não se contenta com a autonomia mesmo que ela fosse pautada pelo regime em que vive o domínio do Canadá.

Os insurretos afirmam que só aceitarão uma negociação baseada na concessão da independência na ilha de Cuba.

Isto tem importância, porque é preciso notar que a declaração referida foi feita em virtude da atitude dos Estados Unidos, que sem reconhecerem a beligerância dos revolucionários, entrou no período de ameaças vagas de uma intervenção armada para dar paz a ilha de Cuba. Ora, compreende-se bem que não seria, para os insurretos, vantajosa essa solução. Em vez de obterem a emancipação ficavam sujeitos a uma das duas hipóteses seguintes: ou a Espanha entra em um acordo com o governo de Washington e a revolução é esmagada a troco de favores ao comércio norte-americano; ou a Espanha e os Estados Unidos tomam Cuba para teatro de guerra, cujo desfecho inevitável seria a anexação da ilha aos Estados Unidos ou a permanência de Cuba como colônia.

A independência é o fim único dos revolucionários que se conservam em armas.

O Sr. Sagasta, portanto, não pode esperar que quaisquer concessões ponham termo à guerra.⁴⁹

48 Entre as principais mudanças que o regime traria, podemos citar a implementação do sufrágio universal; a formação de um parlamento local dividido em duas câmaras, a primeira seria eleita de forma livre e com mandatos de cinco anos, já a segunda seria, em parte, designada pelo capitão geral da ilha; criação de poderes locais que seriam ocupados por cubanos, excetuando-se as questões de ordem pública e dos assuntos estrangeiros. Basicamente as reformas reproduziam uma versão da Constituição espanhola de 1876. Cf. Thomas, 1973, p.462.

49 *O Estado de S. Paulo*, "Os Nossos Telegrammas", 08/10/1897, p.1.

Na esteira desses acontecimentos o general Weyler foi substituído no comando do exército espanhol, pelo general Blanco. O novo capitão-geral chegou com a missão de preparar o território para a implantação das reformas autonomistas, além de desfazer a política de *reconcentración* e dar satisfações favoráveis à diplomacia norte-americana. O ano de 1897 se encerrava com uma aparente estabilidade nas relações entre Espanha e Estados Unidos. O governo autônomo começou a organizar-se em paralelo com a ação dos revolucionários que ainda insistiam em uma independência total. Contudo, alguns acontecimentos, logo no início de 1898, modificaram sensivelmente a situação e promoveram um agravamento nas relações entre norte-americanos e espanhóis. Os periódicos não se furtaram de acompanhar e se posicionar frente a essa nova fase do conflito, como poderá ser observado no capítulo seguinte.

Com pudemos observar os jornais apresentaram peculiaridades em sua interpretação da guerra e, conseqüentemente, de seus participantes, o que nos permitiu uma análise comparada entre o posicionamento apresentado por cada um. *O Estado de S. Paulo* se manifestava de forma incisiva na discussão das intenções do movimento separatista cubano. O caráter americanista e a defesa da autodeterminação dos povos eram os pontos centrais da argumentação utilizada para defender a independência de Cuba, pois considerava inaceitável a existência de um território americano ainda preso aos limites coloniais de um império em decadência e que se sustentava unicamente por sua história e tradição. Cobrava, também, uma postura participativa dos demais países americanos na defesa dos direitos de um “irmão” continental e com isso apoiou-se na pressão diplomática que os Estados Unidos exerciam para finalizar o conflito.

Nesse sentido, *O Estado de S. Paulo* afinou seu discurso com as ações diplomáticas dos Estados Unidos e passou a defender uma intervenção direta da nação no conflito existente em Cuba,

mesmo que incentivada por seus interesses econômicos na ilha. No entanto, a falta de uma ação definitiva por parte dos *yankees* e a ausência de qualquer atitude que buscasse o bem-estar de Cuba levaram *O Estado de S. Paulo* a mudar sua postura em relação aos Estados Unidos, substituindo o apoio pela oposição.

O Jornal do Commercio, por sua vez, demonstrou uma análise mais contida se comparada à postura assumida pelo jornal paulistano, pois discutiu de forma superficial o movimento cubano e a ação espanhola para suprimi-lo. Deixou mais clara sua crítica em relação ao governo espanhol e à prática, em conjunto com a imprensa governista da Espanha, de manipular as notícias provenientes da ilha para construir uma imagem de prosperidade na supressão da insurgência e para acalmar a opinião pública – situação também repercutida pelo *O Estado de S. Paulo*.

Contudo, no início de 1896, o jornal carioca começou a publicar notas de correspondentes nos Estados Unidos e Espanha, determinando, em suas páginas, uma análise polifônica. O correspondente em Nova York apresentava uma postura favorável à política pragmática desenvolvida pelo presidente Cleveland e, posteriormente, no início do seu mandato, pelo presidente McKinley. Julgava de forma objetiva que a intervenção militar seria um desperdício para a república norte-americana, pois Cuba já flutuava na esfera de influência econômica dos Estados Unidos, e a Espanha, temerosa de qualquer ingerência, cederia a todas as exigências estadunidenses. O correspondente em Madri veiculava críticas constantes à condução política que o governo dispensava para suas colônias e o culpava pela crise instaurada na ilha e que se estendia para a península. Além disso, apontava, em consonância com o discurso do *Jornal do Commercio*, a falta de transparência do governo e imprensa ao manipular o teor das notícias para demonstrar a superioridade espanhola em relação aos rebeldes.

Entre os anos de 1898 e 1902 surgiram novos elementos a serem discutidos pelos periódicos, como o acirramento das crises diplomáticas entre Estados Unidos e Espanha, culminando com a intervenção armada norte-americana sem o reconhecimento

da beligerância dos rebeldes ou a declaração de independência da ilha, mesmo após o término do conflito com os espanhóis, e a constituição de um governo militar estadunidense em Cuba. No próximo capítulo observaremos qual foi o posicionamento dos jornais em relação a esses acontecimentos.

4

A IMPRENSA BRASILEIRA FRENTE AO EXPANSIONISMO NORTE-AMERICANO

Excetuando-se as guerras de independência com a Grã-Bretanha, a Guerra Hispano-Americana foi o primeiro conflito extracontinental no qual os Estados Unidos se envolveram. O governo visava, segundo a retórica oficial, garantir a independência de Cuba apoiando-se nas ideias desenvolvidas na Doutrina Monroe e no Destino Manifesto (Pecequillo, 2005, p.81), mediante uma hercúlea ação humanitária que visava encerrar os abusos espanhóis e garantir o princípio de liberdade ao povo cubano. Desde uma dimensão mais pragmática e realista, a intervenção era a realização prática dos objetivos estabelecidos no padrão do sistema americano: a exclusão de poderes extracontinentais no hemisfério, a manutenção da estabilidade regional e a preservação de sua zona de influência política e econômica (ibidem).

Assim, pode-se afirmar que a Guerra Hispano-Americana foi um divisor de águas na presença dos Estados Unidos em cenário internacional, ao inaugurar uma nova fase de seu relacionamento com o hemisfério e, mais importante, sinalizar sua transformação em uma potência pronta para defender seus interesses externos,

inclusive com o uso da força. A política voltada para o desenvolvimento externo assumiu uma característica mais agressiva ao sair do isolacionismo e projetava-se de maneira concreta no espaço internacional. Segundo Adam Watson, nesse período, os Estados Unidos, junto com o Japão, “estavam fazendo sentir o seu peso no sistema (internacional), quebrando assim o monopólio do controle a partir da Europa geográfica” (Watson, 2004, p.381).

Neste capítulo pretendemos demonstrar o posicionamento dos periódicos acerca dessa nova postura norte-americana e que o levou ao conflito com a Espanha, sem o reconhecimento da beligerância aos rebeldes ou a promoção da independência da ilha, além da instalação de um governo militar em Cuba até o ano de 1902. Esse é um período agudo para as opiniões emitidas pelos jornais, pois *O Estado de S. Paulo* rompia com sua admiração e apoio aos Estados Unidos e começava a tecer críticas contundentes à reorientação política do país, enquanto o *Jornal do Commercio* e seus correspondentes reafirmavam, agora com maior clareza e veemência, seu apoio à política norte-americana.

Antecedentes da Guerra Hispano-Americana

Em janeiro de 1898 o governo autônômico de Cuba começou a ser organizado, assim como suas bases de funcionamento, visando à constituição das eleições a serem realizadas em maio e que elegeriam os novos comandantes da política insular. O início de uma nova fase política obrigou o presidente McKinley a retroceder em relação às pressões diplomáticas, pois era necessário que se observassem os contornos do novo regime, antes de tomar qualquer decisão precipitada. Mas, ao contrário das expectativas espanholas, a solução autonomista agravou ainda mais as desavenças no seio da sociedade cubana. Autonomistas, espanhóis e pró-espanhóis, adeptos da revolução, setores neutros e os representantes dos Estados Unidos encontravam-se em um constante estado de discordância, gerando acaloradas discussões e ações virulentas contra os órgãos de imprensa de orientações diver-

sas. Envolto por esse ambiente o cônsul americano em Cuba, general Fitzhugh Lee, considerava necessário que o governo enviasse uma esquadra para ali com o intuito de proteger os interesses e as propriedades dos cidadãos norte-americanos. A defesa das ideias *jingoistas*, assumidas por Lee, permitia que seus relatos fossem em certa medida exagerados e incendiários, principalmente quando veiculados na imprensa norte-americana. Essa mistura explosiva causava temores na sociedade estadunidense e, conseqüentemente, aumentava a pressão em relação às ações do presidente Willian McKinley.

Após o recebimento de diversos cabogramas narrando as excitações e incertezas que predominavam por toda a parte, McKinley decidiu deslocar o couraçado *Maine* para o porto de Havana. O navio aportou em 25 de janeiro e provocou uma profusão de notas e especulações na imprensa mundial,¹ incluindo, logicamente, os jornais brasileiros. *O Estado de S. Paulo* fez uma análise negativa da adoção do sistema autonomista e da chegada do navio ao porto de Cuba:

Diante da transformação profunda que se acaba de operar nas relações da Espanha com os Estados Unidos, pode-se afirmar que a revolução separatista da ilha de Cuba entrou na agonia por falta de recursos.

O gabinete liberal, ao mesmo tempo em que afastava da insurreição os autonomistas descontentes com a política espanhola em Cuba, conseguiu retirar aos revolucionários os auxílios recebidos da grande república da América do Norte.

A insurreição limitada a um campo estreito, definhará à medida que lhe faleceram as munições e os auxílios de homens e de dinheiro, que os comitês instalados nos Estados Unidos enviavam para Cuba.

1 Além das publicações nos jornais dos Estados Unidos e Espanha, foi possível observar que os periódicos europeus, destacadamente os ingleses, franceses, alemães e belgas, deram um espaço considerável para os rumos que a situação em Cuba tomava. Essa observação foi possível pois o *Jornal do Commercio* tinha como pauta a reprodução na íntegra de notícias veiculadas por periódicos estrangeiros.

Se por esse lado os liberais ganharam terreno sobre os conservadores, pelo lado dos Estados Unidos alcançaram vantagens que se tornavam quase inadmissíveis quando os conservadores governavam.

Ao passo que os conservadores consideravam necessária a política de hostilidade aos Estados Unidos como uma satisfação ao amor próprio do povo espanhol, os liberais entendem que o patriotismo é um sentimento que não pode lesar os interesses da pátria e que, pelo contrário, para salvar esses mesmos interesses, esse sentimento tem de se subordinar à razão fria, à implacável lógica dos fatos.

O patriotismo das ruas, ao saber que o couraçado *Maine* estava em Cuba, bradou: às armas!

O governo espanhol aos gritos de guerra que atroam a cidade de Madrid, responde logicamente como quem tem a responsabilidade da prosperidade e da felicidade do país ordenando a partida de navios de guerra em visita aos portos norte-americanos, em visita de cortesia, para demonstrar que está em boas relações com a República dos Estados Unidos.

Basta refletir um momento sobre o desânimo que os partidários de Cuba terão nos Estados Unidos quando virem ali cordialmente acolhida a marinha espanhola, para nos convenceremos do alcance da política de Sagasta para a solução do problema cubano.

E não resta dúvida, depois dos telegrammas do ministro hespanhol em Washington, de que os oficiais do Vizcaya serão fidalgamente recebidos.

A causa de Cuba está positivamente perdida.²

Mediante um julgamento apressado sobre o futuro do governo autonomista e a manutenção das boas relações entre espanhóis e estadunidenses, o jornal paulista considerava que, inevitavelmente, a revolução estava condenada. Obviamente devemos levar em consideração as limitações que as opiniões dadas no decorrer dos acontecimentos possuem, mas o periódico deixava de observar o quão

2 O Estado de S. Paulo, "Os Nossos Telegrammas", 29/01/1898, p.1.

nebulosa estava a situação. As relações chamadas de cordiais estavam longe desse caráter, pois a população tanto dos Estados Unidos como da Espanha ainda mantinha um fervilhar de opiniões e insatisfações com o transcorrer dos acontecimentos e os setores políticos representados pelos *jingoistas* e republicanos exaltados do lado norte-americano e pelos conservadores, republicanos e carlistas do lado espanhol não permitiam um acordo efetivo. As medidas táticas frias e calculistas assumidas por Sagasta, seguindo as palavras do jornal, eram, em boa medida, motivadas pelo caos político e social existente na Espanha e pelo temor de que a situação se agravasse com uma possível intervenção estadunidense. Nesse sentido, a consideração precipitada de que a revolta estava condenada e as relações entre os países eram, dentro das possibilidades, as melhores possíveis demonstrava uma análise essencialmente pessimista.

Esse tipo de análise também era motivado pelos rumos que o movimento cubano estava seguindo nesse período. A liderança civil da revolução começava a sobrepor seu poder em relação ao comando militar, debilitado após a morte de Antonio Maceo. O substituto imediato do general foi Calixto Garcia, possuidor de interesses pessoais na especulação do açúcar, que gozava de grande prestígio em relação ao PRC e a Junta Revolucionária de Nova York. A rebelião sofria, assim, um processo de descaracterização e crescente apoio e dependência de uma intervenção norte-americana. Essa situação foi criticada pelo *Estado de S. Paulo*, e a defesa do separatismo cubano perdeu suas cores vivas, desbotando gradativamente:

Ora, compreende-se que Máximo Gómez, apesar do seu evidente valor militar, demonstra grande desinteresse pela vitória da causa de Cuba, não pode dominar os cubanos autonomistas, que se sentem espanhóis pela tradição e pela raça e que nele unicamente reconhecem um guerrilheiro destemido [...]

Maceo era a representação imaculada do separatismo; Gómez é o obcecado por vingança, o inimigo feroz da Espanha que responsabiliza pela triste sorte de seu filho. Não traduz uma aspiração

nobre: vinga-se e só é mais simpático do que Calixto Garcia pelo fato deste ser o chefe do sindicato da alta do açúcar, negociante tão especulador como valente general.

Hoje, a revolução declina. Nem a recordação de Martí, nem a nobre figura desse heroico e sincero cabo de guerra que foi Maceo, guiam os separatistas. Eles lutam para saciar uma vingança de Máximo Gómez e para aumentar os lucros de “Garcia & Co. Limited”, de Nova York.

Pobre Cuba! Pobres soldados mortos nessa
luta tremenda, em que os sinceros verteram
o seu sangue para que os especuladores se
locupletassem!³

O *Jornal do Commercio*, com a chegada do *Maine*, emitiu uma opinião mais contida. Considerava positiva a troca de cordialidades entre os governos e os primeiros “sucessos” do regime autonomista. Fazia considerações muito próximas às encontradas no periódico paulista, mas sem o julgamento de qual seria o destino da revolução:

Pela primeira vez depois do estabelecimento da autonomia cubana parecem as coisas assumir um aspecto favorável ao regime iniciado pelo general Blanco e o gabinete Sagasta, sob o ponto de vista diplomático mais ainda do que o militar.

De resto, o Sr. Sagasta, com a sua proverbial habilidade política e ajudado pela consumada experiência do seu representante em Washington, o Sr. Dupuy de Lome, tem tirado partido de todos os incidentes que com Cánovas poderiam ter degenerado em rompimento ou pelo menos originando atritos. Assim, a visita do couraçado *Maine* a Havana foi tomada pelo gabinete espanhol como um ato de deferência internacional, o que precisava ser respondida com

3 O Estado de S. Paulo, “Os Nossos Telegrammas”, 25/02/1898, p.1.

cortesia igual e vai mandar o cruzador *Viscaya* visitar um ou mais portos americanos.⁴

Apesar da aparente cordialidade o representante espanhol em Washington, Dupuy de Lôme, temia, segundo o *Jornal do Commercio*, “algum incidente do gênero de Valparaíso com a tripulação do *Baltimore*, que possa ser provocado pelos insurgentes para determinar um rompimento entre a Espanha e os Estados Unidos”.⁵ As preocupações de Dupuy de Lôme com o navio se concretizaram em meados de fevereiro, mas o representante não mais exercia sua função, pois fora demitido alguns dias antes, em decorrência de uma pequena crise, gerada por ele, entre Espanha e Estados Unidos.

No início de fevereiro, a *Carta Lôme* dominou as páginas dos periódicos brasileiros, que a reproduziram na íntegra, além das inúmeras notas telegráficas veiculadas pela Agência Havas discutindo o assunto. O *Jornal do Commercio* fez alguns pequenos comentários nos quais salientava que “a administração (norte-americana) não quer absolutamente a guerra e está disposta a evitar toda e qualquer causa de rompimento que não envolva injúria à honra nacional”.⁶ Mas era impossível para o jornal não observar a repercussão negativa gerada pela carta “aumentando as dificuldades que o governo espanhol encontra para chegar a pacificar Cuba, conservando suas boas relações com os Estados Unidos”.⁷

O *Estado de S. Paulo*, por sua vez, não se eximiu de comentar a atitude de Dupuy de Lôme e o destino de sua carta. Assim, demonstrou-se pessimista em relação aos acontecimentos e a um confronto militar que parecia tornar-se inevitável:

4 *Jornal do Commercio*, “Estados Unidos”, 02/03/1898, p.1.

5 *Jornal do Commercio*, “Estados Unidos”, 21/02/1898, p.1. O caso *Baltimore* (1891-1892), destacado por Dupuy de Lôme, refere-se a um incidente no qual um grupo de tripulantes do navio norte-americano envolveu-se em confusão numa taverna chilena por motivos banais. Os chilenos consideraram o caso como um incidente sem muito significado. Os norte-americanos, por sua vez, avaliaram o caso com uma seriedade muito maior, causando um desentendimento diplomático entre os países.

6 *Jornal do Commercio*, “Estados Unidos”, 21/03/1898, p.1.

7 *Jornal do Commercio*, “Gazetilha – Notícias da Europa (Espanha)”, 09/03/1898, p.1.

Há alguns dias, os telegrammas de Madri e Nova York tratam exclusivamente da carta do Sr. Dupuy de Lôme, ministro plenipotenciário da Espanha em Washington, ao jornalista e ex-ministro sr. Canalejas, a respeito das relações entre as duas nações e do procedimento do presidente McKinley na questão de Cuba.

Depois de ter negado que o Sr. Dupuy de Lôme ofendesse o presidente McKinley, veio a sua demissão demonstrar que, embora se praticasse uma violação inclassificável de correspondência, algum fundamento houve para essa acusação.

Nos últimos tempos, principalmente depois da mensagem presidencial, viu-se que a República dos Estados Unidos não se conformava com o papel de simples espectador. Limitando-se, de momento, a esperar os resultados da autonomia decretada, aquela nação reclama o direito de intervir na guerra de Cuba, se as reformas concedidas não trouxessem a paz. [...]

A carta de Dupuy de Lôme, se ela existe na verdade, nasceu deste sentimento de espanhol. Era um documento privado. Mas, a sua inconveniência é evidente.

A demissão, que a Espanha lhe concedeu, não satisfaz o governo norte-americano. Este, dizem os telegrammas, espera explicações de Madri; deseja que o Sr. Sagasta reprove o procedimento de Dupuy de Lôme.

E, se McKinley realmente chegou às exigências que lhe atribuem às últimas notícias, dificilmente se evitará o rompimento.⁸

Poucos dias após o incidente com o representante espanhol, aconteceu o que passou a ser considerado a principal causa da Guerra Hispano-Americana, a explosão do couraçado *Maine*. Inúmeros telegramas foram publicados sobre o assunto, destacando-se a nota de 17 de fevereiro, publicada no jornal paulista, que narrava a explosão e os primeiros socorros:

8 O Estado de S. Paulo, "Os Nossos Telegrammas", 15/02/1898, p.1.

Houve uma explosão, às dez da noite a bordo do cruzador americano “Maine”.

A causa de explosão é desconhecida

Contam-se vários mortos e muitos feridos

Foram imediatamente organizados socorros por ordem das autoridades marítimas e de bordo de outros navios surtos no porto, mas em poucos momentos o “Maine” estava em chamas em consequência de forte incêndio

Devido à explosão o navio foi a pique.

Foram salvos parte da tripulação e vários oficiais, entre eles, segundo dizem, o comandante.⁹

Além de ser uma tragédia humana, a destruição do navio provou ser um desastre diplomático da maior magnitude. Passados os primeiros momentos de cooperação entre os espanhóis e norte-americanos em decorrência do salvamento dos tripulantes, iniciou-se uma crise diplomática entre os dois países, com o governo espanhol sendo responsabilizado pela explosão. A imprensa norte-americana manifestava-se violentamente contra a Espanha, incitando a opinião pública a atacar os “agressores” e a pressionar o governo dos Estados Unidos por respostas concretas. *O Estado de S. Paulo* demorou alguns dias para se manifestar, mas colocou-se, novamente, contrário aos Estados Unidos e à inflamada opinião pública desse país. O periódico se mostrou cauteloso e reticente em acreditar que a Espanha tivesse atacado o couraçado norte-americano, pois tal ação opunha-se aos desejos espanhóis de não agravar a situação diplomática com os norte-americanos, além de considerar que as acusações estadunidenses não possuíam base comprobatória:

9 *O Estado de S. Paulo*, “Telegrammas”, 16/02/1898, p.1.

O desastre do *Maine* não pode logicamente ser atribuído ao governo espanhol. O absurdo de tal hipótese deriva das próprias conveniências da Espanha, que não pode desejar aumentar as dificuldades atuais e que, no caso espantoso de querer a guerra, era natural que a declarasse e não fingisse pesar pelo desastre nem enviasse um novo plenipotenciário para Washington.

Afirmar que os espanhóis foram os autores do estúpido crime não tem, por enquanto, base alguma. [...]

De ambas as partes a questão inicial foi esquecida. Cuba, que foi o ponto de partida, passa a um plano secundário; o problema da sua independência não é estabelecido pelos norte-americanos, nem a obra da pacificação, começada com o decreto de autonomia, é objeto das atenções dos espanhóis.

O conflito hispano-americano está apenas desenhado, ainda não é uma realidade. Mas, nas condições atuais é lícito duvidar de que, dado o conflito, Cuba se torne independente. A vitória dos Estados Unidos representaria a sua anexação à grande República e da Espanha seria a paz efêmera, porque, mesmo nessa hipótese pouco provável, os norte-americanos preparariam, em curto prazo, uma nova revolução.

É a ilha de Cuba que está sendo prejudicada, afinal de contas, por que para ela a felicidade só pode consistir na paz, autônoma como querem os espanhóis, ou independente, como querem os revolucionários.¹⁰

No dia 25 de março o jornal manteve sua postura de não aceitar a responsabilidade espanhola acerca da destruição do navio. Surgiram novas críticas ao governo e a opinião pública estadunidense que, segundo o jornal, buscavam um pretexto para iniciar um conflito com a Espanha e uma futura anexação do território cubano:

O procedimento da Espanha, durante a guerra, tem um relevo de amor-próprio tamanho, que só por lamentável preciosismo se lhe atribuirá à responsabilidade de um crime tão odioso e infame como seria o de ter feito saltar o *Maine*.

10 O Estado de S. Paulo, "Os Nossos Telegrammas", 06/03/1898, p.1.

É inadmissível que a Espanha descesse a esse ponto. Isso equivaleria a desfazer num momento todo o trabalho de anos de dificuldades suportadas com heroica fé; seria apagar a refulgente resistência, em que o povo espanhol demonstrou uma formidável coesão e uma solidariedade de sentimentos que só possui uma nação que tem a compreensão do seu destino e conta com energias para cumprir a sua missão histórica.

Estamos convencidos de que a explosão do *Maine* será explicada por qualquer causa diferente dessa fantasia que dominou uma parte considerável do povo dos Estados Unidos.

E se o ódio à Espanha tiver cegado os norte-americanos a ponto de a julgarem pela explosão, será forçoso reconhecer que os protestos de neutralidade e as intenções pacíficas até agora manifestadas encobriam o propósito de forjar um *casus belli* e o desejo de estabelecer a necessidade de intervir em Cuba.

Se assim for, o caso do *Maine* é um pretexto para a intervenção e os Estados Unidos encontram nessa triste catástrofe o que procuram há muito tempo alguns dos seus mais ardentes parlamentares. É uma oportunidade para anexar Cuba pela conquista.

Não sabemos se o governo de Washington se prestará a esta aventura, que, já hoje, uma grande parte da opinião pública americana reclama, não com fim de ajudar os cubanos a adquirirem a sua independência, mas com o objetivo único de tirar à Espanha a grande Antilha.

A sorte de Cuba, devastada e arruinada pelas revoluções, é sair de um para outro jugo.

Talvez que politicamente os Estados Unidos lhe deem a independência; mas, economicamente, a colônia espanhola, nessa hipótese ainda duvidosa, apenas passaria a colônia norte-americana.¹¹

11 O Estado de S. Paulo, "Os Nossos Telegrammas", 25/02/1898, p.1.

Podemos perceber, nos dois excertos, uma análise interessante sobre a situação deflagrada pelo *Maine*. Mas, antes de discutirmos esses exames, julgamos importante observar como o ponto central das discussões, a independência de Cuba, assumiu um papel secundário nas páginas dos periódicos. Essa situação se refletia nas notas telegráficas, nos artigos e nas matérias veiculadas, pois se discutiam apenas as relações entre Estados Unidos e Espanha, os desacordos diplomáticos e as possibilidades de uma guerra. Pouco era dito sobre as ações militares desenvolvidas pelos insurgentes ou pelo exército espanhol, sobre a devastação da ilha, ou a situação deplorável da população civil. A independência ficava cada vez mais distante de ser alcançada, pois o resultado natural de um conflito entre espanhóis e estadunidenses seria a continuidade de um sistema exploratório.

Observam-se também a manutenção e o recrudescimento das críticas feitas aos Estados Unidos pelo *Estado de S. Paulo*. Em 1895 a defesa de uma ação estadunidense em Cuba foi propagada e defendida pelo jornal paulista, com base na solidariedade americana. Os interesses comerciais norte-americanos existiam e eram aceitos, na medida em que seriam utilizados para permitir a libertação de um povo privado constantemente de sua liberdade. Uma política na qual os fins justificavam os meios a serem utilizados. Entretanto, a recusa estadunidense em reconhecer os cubanos como beligerantes ou promover uma ação definitiva contra a Espanha para libertar a ilha começou a modificar a visão do periódico. Essa situação agravou-se com o imobilismo inicial assumido pelo presidente McKinley e pelo recuo frente à implantação das reformas autonomistas, acentuando o julgamento de que os interesses *yankees* não seriam utilizados para forçar a independência de Cuba, mas sim para locupletar as especulações comerciais, o sistema de exploração do açúcar e satisfazer as pressões da opinião pública. Assim, deplorava-se a atuação dos Estados Unidos no incidente com seu navio e, mais ainda, a utilização de tal fato para justificar uma intervenção armada que, possivelmente, colocaria Cuba sob o jugo de uma nova potência. A inversão radical da postura do periódico em relação ao seu antigo modelo de expe-

riência republicana e liberal destaca-se, sobretudo, quando a folha passou a defender, no caso específico do *Maine*, a atitude espanhola.

O *Jornal do Commercio* manteve uma postura cautelosa, mas lastimava o acontecimento, principalmente pela perda de vidas. Além disso, criticava parte da imprensa norte-americana, que pouco se preocupava com a tragédia humana e buscava no incidente motivos para alimentar suas intenções belicosas:

Depois do incidente causado pela carta imprudente do Sr. Dupuy de Lôme, eis que surgiu a catástrofe do navio americano, *Maine* que estava ancorado no porto de Havana. A Espanha foi a primeira a deplorar o terrível acontecimento e a apresentar os seus sentimentos ao governo norte-americano. Uma parte, porém, da imprensa americana, quer atribuir a um ato de perversidade esse desastre aos espanhóis.

O inquérito que foi aberto sobre o caso vai mostrar tudo o que há de perverso nessas instituições.¹²

Novamente os correspondentes do jornal carioca figuraram como agentes de uma opinião mais incisiva. No dia 5 de abril foram veiculadas notas dos colaboradores radicados na Espanha e nos Estados Unidos, como podemos vislumbrar nos excertos, o primeiro do correspondente espanhol e o segundo do correspondente norte-americano:

Folgam todos em acreditar que o governo federal conservará até o fim o espírito de sabedoria de equidade e de moderação que desenvolveu tanto sobre a presidência do Sr. Cleveland, como sob a do Sr. McKinley, e que saberá impor silêncio e a razão ao punhado de energúmenos reforçado com um sindicato de interessados, que se esforça por precipitar uma guerra a propósito de Cuba.

Joferino¹³

12 *Jornal do Commercio*, “Gazetilha – Notícias da Europa (Espanha)”, 16/03/1898, p.1.

13 *Jornal do Commercio*, “Hespanha”, 05/04/1898, p.1.

Este país está dando um grande exemplo de calma e domínio de paixões. Não só o telegrama do capitão Sigsbee, do *Maine*, foi extraordinário de prudência e previsão, não só a administração está comprovando da forma mais cabal suas reiteradas asserções pacíficas, como o povo em todos os Estados como a própria imprensa, excetuando-se o *Journal* e os *jingoes* [...]

O Presidente McKinley ainda não desmentiu por um momento a sua atitude imparcial e pacífica, todavia para todas as eventualidades para reclamar da Espanha a satisfação, que for julgada bastante conveniente no caso de provar-se o atentado e de chegar ao rompimento, se a Espanha negar satisfação ou a opinião nacional exigir absoluta e inequivocamente a guerra.

Pode bem acontecer que a Espanha mesmo procure agora pretexto das hostilidades, com alguma esperança de arrastar em seu favor nações do velho mundo cioso da preponderância dos Estados Unidos neste hemisfério [...] os Estados Unidos ressentidos do sinistro apesar da satisfação, mais facilmente recorreriam à interferência que o presidente Cleveland anunciou e que o presidente MacKinley precisou para o momento em que o regime da autonomia não fosse considerado viável. E não é.

A paz ou a guerra reside, portanto: 1º no resultado dos trabalhos da junta agora funcionando no porto de Havana, 2º na resposta da Espanha à reclamação dos Estados Unidos, uma vez provado o atentado, 3º na atitude dos intransigentes em Havana, a qual está dando tantos receios que o cônsul-geral Lee já aconselhou os americanos ali residentes a transportarem suas famílias para um lugar mais seguro, 4º na orientação que os novos acontecimentos e a publicação oficial dos horrores da concentração dos pacíficos cubanos exercem sobre o Congresso, sobre a opinião e, finalmente, a administração, que em um país representativo deve estar de acordo com a manifestação coletiva do sentimento nacional. Por enquanto subsiste a dúvida, reafirmando às autoridades suas intenções antibelicosas.

K.¹⁴

As duas notas fazem considerações elogiosas acerca do posicionamento racional assumido pelo governo e grande parte da opinião pública norte-americana, excetuando-se os *jingoistas* e o *New York Journal*, em relação ao incidente com o *Maine*. Essa visão de uma aparente calma segue na corrente oposta das notícias veiculadas no *Estado de S. Paulo* de que a sociedade norte-americana exigia de forma explosiva a reação do governo ante a perfídia do suposto crime espanhol, tornando confusa a interpretação dos acontecimentos. Seria legítimo considerar a análise do correspondente em Nova York como a mais segura, pois vivenciava de perto os acontecimentos e as reações populares. No entanto, a constante defesa da ação governamental norte-americana empregada em suas notas causa certas restrições em relações às suas observações. Também em comparação com as notícias do jornal paulista, os correspondentes corroboram a tendência de colocar a questão da independência cubana de lado, dedicando toda sua atenção à Espanha e aos Estados Unidos. Claramente a situação de momento colocava em destaque essas duas nações, mas o que motivava essa rivalidade era essencialmente o domínio sobre a ilha, merecedora de maior importância nas discussões.

Após as investigações norte-americana e espanhola acerca dos motivos que levaram o *Maine* a afundar, instaurou-se um forte sentimento, de ambos os lados, favorável ao conflito armado. Declarando que as condições em Cuba constituíam uma ameaça constante à paz, em 11 de abril, McKinley enviou sua mensagem de guerra ao Congresso, insistindo em nome da humanidade, da civilização e em prol dos interesses americanos ameaçados o direito de agir. Solicitou o poder de usar as forças militares para assegurar o término das hostilidades. O Congresso debateu o assunto e chegou a uma complexa resolução conjunta autorizando o presidente a desalojar os espanhóis (Gott, 2006, p.123). No dia 13 de abril um telegrama reproduziu na íntegra a mensagem do presidente norte-americano ao Congresso:

Desde o começo da atual revolução em 1895, o nosso país tem visto o fértil território situado às nossas portas, arrasado a ferro e fogo em uma luta nunca igualada nessa ilha.

O nosso povo vê agora uma comunidade antes próspera reduzida à fome. Os campos de Cuba são destruídos assim como os seus engenhos. [...]

O ministro espanhol prometeu ao general Woodford, ministro dos Estados Unidos em Madrid, ampliar a autonomia e melhorar também por meios mais humanos, a direção das hostilidades dando liberdades aos cidadãos norte-americanos e outros. Mas, durante essas negociações, a miséria e a mortalidade crescente reclamaram a atenção do governo americano.

Não creio oportuno nem prudente reconhecer a beligerância nem a independência; não falo tão pouco de uma anexação conseguida pela força, pois que a minha opinião já conhecida não mudou nunca. Uma intervenção armada dos Estados Unidos, como nação neutral, para pôr fim à guerra, obedecendo aos sentimentos de humanidade e que se basearia em muitos precedentes históricos, seria justificável por fundamentos racionais, especialmente sendo a situação atual de Cuba uma ameaça constante para nossa paz. [...]

A informação do relatório da corte naval estabelece que a explosão do couraçado *Maine* foi causada por minas submarinas.

Em todo o caso a destruição do *Maine* por qualquer causa é prova evidente de que o atual estado de coisas em Cuba se torna verdadeiramente intolerável.

Em vista destas considerações peço ao Congresso que autorize o presidente a tomar medidas que assegurem o fim absoluto das hostilidades em Cuba e garantam a implantação nessa ilha de um governo estável, capaz de manter a ordem e observar as obrigações internacionais assegurando a paz, tranquilidade e segurança aos cidadãos nacionais e estrangeiros.¹⁵

A mensagem de McKinley demonstrava todos os elementos que vinham sendo discutidos nas páginas dos periódicos nos pri-

15 O Estado de S. Paulo, "Telegrammas", 12/04/1898, p.2.

meiros meses de 1898. A aparente defesa do humanitarismo, os interesses do comércio e da geografia cubana, o não reconhecimento da beligerância e a utilização do *Maine* como justificativa para uma intervenção armada. Um *ultimatum* foi enviado para a Espanha e seus termos foram prontamente recusados pelo gabinete liderado por Sagasta. A assinatura da resolução aprovada pelo Congresso estadunidense foi considerada pelos espanhóis uma declaração informal de guerra. Na esteira dos acontecimentos, em 25 de abril, os países romperam relações diplomáticas e a guerra foi declarada oficialmente.

O *Estado de S. Paulo* posicionou-se contrariamente ao *ultimatum* norte-americano e às resoluções de guerra tomadas no país. Apoiou a posição espanhola de não aceitar a intimação norte-americana, pois considerava inadmissível a intervenção dos Estados Unidos em Cuba por motivos que não visavam dar a ela sua independência, mas, sim, saciar interesses econômicos e uma opinião pública exaltada e impregnada de intenções expansionistas:

Um telegrama de Washington diz que o presidente McKinley sancionou as resoluções da conferência interparlamentar relativamente à intervenção dos Estados Unidos em Cuba e enviou um *ultimatum* ao governo espanhol exigindo a retirada das forças que operam naquela ilha.

As autorizações concedidas ao presidente McKinley pelo congresso importam na afirmação do direito de interferir nos negócios de Cuba. Os representantes do povo americano negam a soberania da Espanha em Cuba, sem reconhecerem, todavia, a independência do povo cubano. [...]

O ministro espanhol em Washington já respondeu ao *ultimatum* com o pedido dos seus passaportes. [...]

É evidente que a Espanha não se pode submeter à imposição dos Estados Unidos. Esta imposição, que não tem por fim dar à ilha de Cuba a independência, só pode ser explicada pela anexação.¹⁶

16 O *Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 21/04/1898, p.1.

O periódico continua sua defesa no dia 24 de abril:

Está, portanto, evidente que a guerra tinha de se travar. Não era lícito à Espanha fugir a uma situação criada pela sua política tradicional. Para essa nação já empobrecida, mas cujo orgulho se não sente abatido, é de admirar a calma com que o governo tem podido atravessar este período agudo da questão cubana. [...]

O congresso americano, cedendo embora à agitação popular, foi mal inspirado. Pondo de parte as aspirações do povo de Cuba contestaram tão somente a soberania espanhola.

Cuba não será espanhola; mas Cuba não será tampouco independente. Isto foi o que a Espanha viu; e isto é o que ela não pode nem deve aceitar. [...]

A sorte da revolução cubana fica dependendo da guerra hispano-americana.

A vitória dos Estados Unidos representa a perda de Cuba para a Espanha e muito provavelmente a sua anexação àquele país.

A situação da Espanha é gravíssima porque, na hipótese da derrota, não seria a perda de Cuba o seu maior prejuízo. Ela ficaria arruinada, reduzida sob a indenização brutal de guerra, a falir e entregar-se ao vencedor. Luta, pois, não pela ilha de Cuba, mas pela própria vida.

A vitória da Espanha, menos provável e talvez mais desejada do que a dos Estados Unidos, seria a ressurreição desse povo heroico. Se tal fato se desse a Espanha readquiriria a posição que há dois séculos vem perdendo até chegar à que hoje tem e que se caracteriza pela indiferença em que as grandes potências assistem ao conflito atual.¹⁷

Nos excertos se reafirma a mudança de postura de *O Estado de S. Paulo*. Novamente os Estados Unidos são alvos de críticas por

17 *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 24/04/1898, p.1.

não reconhecerem ao menos o caráter de beligerantes dos revolucionários cubanos, demonstrando fraqueza ao ceder à pressão dos *vingoistas*, da imprensa e de parte da opinião pública. Para Cuba restaria a continuidade de sua condição colonial, fosse pela mão da Espanha ou pela dos Estados Unidos. Contudo, o que mais chama atenção é a inversão de valores apresentada no julgamento da situação espanhola. O país decadente, que cerceava as liberdades de um povo genuinamente americano, passou a ser visto como uma nação heroica, lutando por motivos que ultrapassavam a conservação do seu sistema colonial, por sua sobrevivência interna e por sua manutenção no sistema internacional. A preferência do jornal por uma vitória espanhola à norte-americana, manifestada no fragmento anterior, não podia ser conciliada com a defesa da independência cubana, pois uma caminhava no sentido oposto da outra. Entretanto, não podemos perder de vista que essa nova representação da Espanha servia, em grande medida, para rechaçar a nova atitude assumida pelos Estados Unidos.

O *Jornal do Commercio*, por sua vez, apresentou uma postura totalmente oposta à do jornal paulistano. Manifestou-se, para combater as acusações de alguns jornais europeus, sobre as reais motivações da intervenção norte-americana:

Muitas das principais folhas europeias que se esforçam por mostrar dúvida sobre as intenções declaradas pelos Estados Unidos, com respeito a Cuba, limitam-se a discutir a futura política da grande República no continente americano e perdem de vista completamente a questão cubana. Para eles não existe Cuba. Uma Cuba que entre 1868 e 1878 bateu-se com valor pela sua liberdade e a que o Marechal Martínez Campos foi obrigado a conceder certos privilégios. [...]

Pode ser que os Estados Unidos não tivessem o direito de intervenção nos negócios de Cuba, é inegável, porém, que os precedentes europeus na Rússia, Grécia etc., os autorizaram a tal intervenção, que tanto repugna os foliculários do continente europeu. A República aprendeu neste ponto o Direito Internacional daqueles mesmos que clamam hoje por dois pesos e duas medidas.

Pode ser que o móvel real dos Estados Unidos nesta guerra, sob o véu fino da humanidade, como disse o catedrático *Temps*, seja estender o seu braço até Cuba, que desejam anexar. Ainda assim, porém poder-se-ia alegar: 1º que Cuba, como Estado da União não seria menos feliz; 2º que por mais infeliz que fosse, não poderia jamais sofrer como tem sofrido sob a dominação espanhola. [...]

A Espanha tudo prometeu, mas nada fez, como é bem sabido; e agora seus amigos só vêm em McKinley um “hipócrita”, um “representante da voracidade *yankee*” e outros atributos como estes. [...]

Todos os protestos norte-americanos podem vir a ser vãos: mas temos nós direito de duvidar deles e de deslocar a verdadeira questão da independência de Cuba do intolerável domínio da Espanha?

Nós não acreditamos que os Estados Unidos anexam Cuba. Se anexarem, porém, acreditamos que a sorte dos cubanos será muito mais feliz do que poderá jamais ser, se unidos à Espanha ou, o que é sempre mais provável, subjugados por ela.

O que queremos, porém, apontar, para a consideração de nossos leitores, é que a União Americana não declarou esta guerra para conquista, nem sem admoestações prévias, nem sem provocação, que, na Europa, teria precipitado um conflito muito mais cedo.¹⁸

Há uma patente defesa da intervenção norte-americana não importando os motivos ou as consequências que ela acarretaria. Ao observar através do fino véu do humanitarismo, o periódico carioca considerava que a remota possibilidade de anexação aos Estados Unidos seria benéfica para Cuba se comparada à dominação exercida pela Espanha por mais de quatrocentos anos. O julgamento precipitado em relação à ingerência norte-americana, feita pela imprensa da Europa, também foi observado e criticado, principalmente no contraponto com a política expansionista europeia exis-

18 O *Jornal do Commercio*, “Os Estados Unidos mal julgados”, 15/05/1898, p.1.

tente naquele período. Em suma, podemos avaliar que a postura assumida pelo jornal é imprudente, pois considerar a intervenção justa, mesmo com a declaração do não reconhecimento da independência de Cuba, significava aceitar um desfecho que ultrajava o direito cubano de ser independente. Possivelmente a orientação política assumida pelo jornal a partir de 1890, quando passou a ser propriedade de José Carlos Rodrigues, influenciou sobremaneira essa defesa. O novo mandatário tinha uma forte proximidade e admiração em relação à república do norte e apoiava claramente a política expansionista assumida no país, a exemplo do que ocorreu alguns anos depois na questão da construção do Canal do Panamá (Leal; Sandroni, 2001, p.2877).

O início de uma nova tutela

Com a declaração formal de guerra o governo brasileiro assumiu uma postura neutra. No dia 5 de maio *O Estado de S. Paulo* publicou por meio da seção “A Guerra” a circular do ministro do Exterior às autoridades brasileiras, acerca das medidas que deveriam ser tomadas para a sustentação da neutralidade assumida pelo Brasil no conflito hispano-americano. A circular continha 23 ementas, das quais a maioria tratava de questões marítimas e descrevia detalhadamente as ordens presidenciais a serem observadas durante o conflito, destacam-se as seguintes ementas:

I. Os indivíduos residentes no Brasil, nacionais ou estrangeiros, devem abster-se de toda participação e auxílio em favor de qualquer dos beligerantes e não poderão praticar ato algum que seja considerado como hostil a uma das duas partes e, portanto, contrário aos deveres da neutralidade;

IV. É absolutamente proibida a exportação de artigos bélicos dos portos do Brasil para os de qualquer das potências beligerantes, debaixo da bandeira brasileira ou de outra nação;

XXII. Os navios que tentarem violar a neutralidade serão imediatamente intimados a sair do território marítimo do Brasil, não se lhes fornecendo coisa alguma;

XXIII. Para reprimir os abusos que se praticarem, será empregada a força, e na falta ou insuficiência desta, se protestará contra o beligerante que, advertido e intimado, não desistir da violação da neutralidade do Brasil, dando-se imediatamente conhecimento do fato ao Governo Federal, ao qual as autoridades competentes deverão consultar pelo telégrafo nos casos não previstos aqui.¹⁹

Apesar disso, a neutralidade não foi tão rigorosa como a proposta pela circular do ministro do Exterior. A ementa 4 foi relegada pelo próprio governo brasileiro, quando concluiu a venda de navios para os Estados Unidos, com o conflito já em andamento. Após a finalização desse negócio correu o boato de que os estadunidenses tentariam a compra de outro navio brasileiro, o que suscitou elogios na imprensa norte-americana em relação ao Brasil, como pode ser visto no *Jornal do Commercio* de 16 de maio:

Parece que a aquisição da nossa torpedeira *Tupy* era considerada nos Estados Unidos como valiosíssima. Dando a notícia, aliás hoje desmentida, de que o Governo do Sr. McKinley entrará em negociação com o nosso Governo a propósito desse barco, que se considera muito superior ao *Temerário* espanhol, os jornais norte-americanos mostram-se satisfeitos, tecendo rasgados elogios ao Brasil.

Nesse sentido, escrevia o *New York Herald* de 18 do mês passado: “O Brasil demonstrou novamente sua amizade para com os Estados Unidos consentindo em abrir negociações para a compra por este Governo de outro navio de guerra, o *Tupy*. O Brasil é a única nação sul-americana que tem tido a coragem de afrontar o desagrado da Espanha vendendo navios aos Estados Unidos, o seu proceder não será nunca esquecido”²⁰

19 *O Estado de S. Paulo*, “A Guerra”, 02/05/1898.

20 *Jornal do Commercio*, “A intervenção de Cuba”, 16/05/1898, p.1.

O início da guerra também gerou preocupações no *Estado de S. Paulo* em relação à produção do café, pois o mercado norte-americano absorvia grande parte do produto base da economia brasileira:

Que influência terá esta guerra na nossa vida econômica?

Como se sabe, os Estados Unidos são o principal consumidor do nosso café.

A guerra trará a alta? Trará baixa?

Provavelmente trará a alta ou, pelo menos, sustentará os preços atuais porque o comércio continue por intermédio dos navios das nações neutras e o consumo deve aumentar. O café é alimento indispensável ao soldado e ao marinheiro da América e, em tempo de guerra, o soldado e o marinheiro bebem mais do precioso líquido que é um estimulante de primeira ordem.

Para recearmos a baixa seria necessário que a Espanha vencesse em pleno mar e estabelecesse depois o bloqueio dos portos dos Estados Unidos, o que não é admissível porque ainda mesmo que a Espanha vencesse as primeiras batalhas, são tão avultados os interesses comerciais da Europa com a grande nação americana, principalmente os da Inglaterra e Alemanha, que o bloqueio certamente não se estabeleceria.

O que é possível é que, para compensar as enormes despesas da guerra, os Estados Unidos aumentem depois os impostos sobre a entrada do café.²¹

O período de combate entre Estados Unidos e Espanha promoveu um aumento da veiculação de notas telegráficas, sobretudo, no *Jornal do Commercio*, narrando as movimentações militares, o acirramento diplomático, entre outros temas. *O Estado de S. Paulo* produziu uma série de matérias, iniciadas em fins de abril, descrevendo com rigor de detalhes

21 *O Estado de S. Paulo*, "A Guerra", 22/04/1898, p.1.

o poderio naval da Espanha e dos Estados Unidos.²² Com isso julgamos desnecessário reproduzir um número excessivo de notas ou descrições navais, com textos unicamente ilustrativos. Exceção feita à exposição da batalha naval de Santiago, circunstância decisiva para o encaminhamento da vitória norte-americana. *O Estado de S. Paulo* publicou um interessante telegrama no qual descrevia minuciosamente o combate:

Logo que os navios espanhóis saíram de Santiago de Cuba, a frota do almirante Sampson perseguiu-os, fazendo sobre eles cair uma verdadeira chuva de projéteis que atravessaram as chapas de aço do “Almirante”, “Oquendo”, “Vizcaya” e “Infanta Maria-Tereza”, os quais em pouco tempo soçobraram.

Os espanhóis lutaram heroicamente, nunca arriaram nenhum pavilhão, apesar do perigo em que estavam todos os navios.

Quando se iam afundando os navios, os espanhóis dirigiam-nos para a praia, contra os rochedos, para completar a sua destruição.

Os americanos mandaram escalares salvar as tripulações espanholas, que ficaram prisioneiros com o almirante Cervera.

Os navios foram destruídos a 15 milhas da fortaleza de Morro.

Quando os espanhóis se viam perdidos atearam fogo aos navios.²³

O *Jornal do Commercio*, por sua vez, fez uma pequena análise que elogiava a qualidade do combate travado entre as forças navais, destacando o empenho espanhol em não desistir do conflito:

A semana inteira vibrou de um clamor de catástrofe, com a notícia da derrota da esquadra espanhola em Santiago.

22 As matérias foram publicadas nas seguintes datas: 25/04; 26/04; 27/04; 05/05; 06/05; 08/05; 09/05/10/05; 11/05; 12/05; 13/05; 14/05; 16/05; 17/05; 30/05; 01/06; 02/06; 03/06; 06/06.

23 *O Estado de S. Paulo*, “Telegrammas”, 06/07/1898, p.1.

Foi certamente um rude golpe, o mais terrível sem dúvida, de quantos nesta guerra heroica e calamitosa tem ferido o poder naval da Espanha. [...] Localizava-se ali a força resistente e luzida da marinha espanhola, a base de seu poder naval, sobre o qual abateu, aniquilando-a o peso formidável das imensas fortalezas flutuantes do inimigo.

Os nossos telegramas minuciosamente relataram as peripécias desse combate em que o heroísmo dos vencidos igualou a força indomável dos vencedores.²⁴

Com a destruição da esquadra espanhola o *Estado de S. Paulo* se manifestou de maneira crítica à fraca defesa dos espanhóis, que entraram em um conflito sem a possibilidade de vencê-lo. Para o jornal, já que os espanhóis foram incapazes de defender seus territórios, cabia a eles fazerem o pedido de paz e aceitar todas as condições impostas pelos norte-americanos:

O desastre que a Espanha sofreu é sem dúvida um dos maiores da história moderna: ficou sem esquadra e não conseguiu destruir sequer um vaso de guerra dos Estados Unidos. Mas não é só isso: em terra, onde se imaginava a defesa organizada, também a mesma sorte adversa à Espanha presidiu a todos os combates. Primeiro nas Filipinas e depois em Santiago de Cuba as esquadras dos almirantes Montojo e Cervera são derrotadas, aniquiladas.

Esse erro do gabinete Sagasta está tendo e continuará a ter funestas consequências. Ou ele ignorava as forças que dispunha o inimigo ou enganava a nação. Em qualquer dos casos errou atirando a Espanha a uma aventura fatal. [...]

Provada, como está pelos factos, a impossibilidade da resistência a única solução era propor a paz, sujeitando-se às condições de vencido e submetendo-se à vontade do vencedor. O que dista decorrente é previsto de a muito: a Espanha fica sem seu domínio colonial.

24 *Jornal do Commercio*, "A Semana na Guerra", 11/07/1898, p.1.

Ora perder colônias é o menos para a Espanha, por isso que tinha de perdê-las dentro de um período mais ou menos largo. Mas o que é grave é ter de juntar às despesas de guerra a indenização que os Estados Unidos exigirem.²⁵

O correspondente do *Jornal do Commercio*, em Nova York, enviou uma nota com algumas considerações sobre o pedido de paz feito pela Espanha e a consequente reação do governo estadunidense:

[...] hoje relatam os jornais que um despacho telegráfico recebido pelo presidente McKinley, de fonte semioficial, diz que a Espanha, desiludida da luta e julgando satisfeita a sua honra, procura firmar a paz sobre as seguintes bases:

Independência de Cuba; cessão de Porto Rico aos Estados Unidos em troca das Filipinas e uma estação de carvão neste arquipélago.

É fora de dúvida que o presidente anunciaria a paz nestas condições, não impondo o pagamento de indenização alguma de guerra, que a Espanha teria mais dificuldade em pagar do que em ceder territórios. A administração pondo fim na luta nesse instante, não só provaria que seus intuitos não eram sanguinários nem provinham de hostilidades de ódio entranhado à potência inimiga ou de ambições desmedidas, mas de simples consideração de humanidade, de interesses comprometidos e de patriotismo ofendido.

K.²⁶

A crença na benevolência das ações norte-americanas estava entranhada na interpretação do correspondente. Colocou em contradição sua argumentação ao considerar que a ação dos Estados Unidos era unicamente humanitária, de patriotismo ferido e distante de qualquer ambição desmedida, mas julgava, também, que as bases de paz firmadas pela Espanha, incluindo a cessão de Porto

25 *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegramas”, 03/08/1898, p.1.

26 *Jornal do Commercio*, “A Guerra Hispano-Americana”, 17/08/1898, p.1.

Rico aos norte-americanos, satisfariam o presidente McKinley e garantiriam a paz entre as duas nações. Ora, como conciliar uma ação, exclusivamente humanitária, com a anexação de novos territórios? Não seria mais lógico que “os nobres sentimentos estadunidenses” transformassem as colônias espanholas em Estados independentes? Obviamente sim, contudo, esses questionamentos foram deixados de lado para não contradizer os argumentos pró-governo dos Estados Unidos, defendidos pelo correspondente.

No decorrer das negociações de paz e da crise governamental que se instalou na Espanha, o periódico paulista fez uma interessante crítica em relação às medidas tomadas pelo governo peninsular:

A perda das colônias é inevitável. Sabem-no todos os espanhóis e nenhum existe que imagine possível afastar essa cláusula do tratado de paz.

A discussão das condições de paz nas cortes terminará, portanto, pelo reconhecimento dessa dolorosa necessidade. [...]

Desistir de territórios, ficando sem esse ônus, devia ser o programa único do governo da rainha regente. Conservar colônias, como as Filipinas, que amanhã se rebelaram contra a metrópole, é uma loucura que nem encontra atenuante no empenho de lisonjear o amor próprio nacional. Anexadas ou independentes, façam dessas colônias de hoje mercados e campos de trabalho dos espanhóis; mas jamais pretendam fidelidade dos que afizeram a rebeldia.

Dê-se tudo – Cuba, Porto Rico e Filipinas – mas salve-se a metrópole do peso dos encargos financeiros dessas colônias. A não ser assim, a Espanha estará perdida e sem remédio.²⁷

O *Estado de S. Paulo* faz um julgamento à insistência espanhola em manter um sistema colonial sem ter a possibilidade de mantê-lo. A desistência dos territórios que ainda mantinha sobre a sua tutela seria a solução mais sensata para o governo, pois evitaria o ônus de

27 O *Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 10/09/1898, p.1.

novas revoltas, a exemplo das Filipinas, e o crescimento brutal de sua dívida interna. Se a Espanha tivesse cedido a independência aos cubanos, estaria protegida das perdas humanas, materiais, financeiras e bélicas que assolavam os recursos e a sociedade do país. Era necessária a inteligência de se desprender das amarras históricas e buscar constituir um mercado mais forte e eficiente, que atingisse também suas possíveis antigas colônias.

Em relação aos Estados Unidos, a folha paulista manteve uma postura de oposição, principalmente em relação à forma e aos motivos que levaram à intervenção armada. Posteriormente, a possível criação de um Ministério das Colônias repercutiu de forma negativa no periódico, causando, novamente, duras críticas às reais intenções norte-americanas em relação ao território cubano:

Um telegramma ontem publicado diz que o presidente McKinley resolveu criar mais um ministério, o das colônias.

A mudança de política que este ato representa, é a confirmação do juízo que em quase todos os países se formou da intervenção norte-americana na questão de Cuba.

A intervenção, tal qual se realizou indicava logicamente esta nova orientação. Os Estados Unidos intervieram em Cuba, porque nessa colônia espanhola, as portas daquela República, havia altos interesses americanos prejudicados pela guerra civil, e porque a Espanha, sem poder dominar o movimento separatista, deixava a ilha de Cuba arruinar-se rapidamente.

O governo de Washington não reconheceu nunca a qualidade de beligerantes aos cubanos. Intimando a Espanha a abandonar a ilha, fez a pretexto de humanidade, para livrar os cubanos das atrocidades atribuídas aos espanhóis, sem, todavia lhes oferecer a independência. E não era de se esperar que, depois de formais recusas de reconhecimento de beligerância, os Estados Unidos interviesses para fazer de Cuba uma nação independente.

Desde que o exército americano desembarcou naquela ilha, ficou patente que os Estados Unidos trabalhavam somente pelos seus próprios interesses. De há muito que surgira para os norte-americanos o problema da colocação da subprodução industrial. Sem novos mercados a prodigiosa e colossal indústria da América do Norte está sem remédio [...] Esses mercados abrem-se em Cuba, em Porto Rico e nas Filipinas e talvez, em breve, se abram em outros portos. [...]

Hoje, com a criação do ministério das colônias, fica-se sabendo que em Washington desapareceram os escrúpulos constitucionais que têm impedido que aquela grande nação acompanhe as potências europeias na expansão por meio de colônias.

Abre-se, assim, na história norte-americana uma nova era.

A poderosa República tem de formar exército e esquadra que condigam com o seu desenvolvimento material e que garantam a realização das suas naturais aspirações: quer ser e há de ser uma grande potência. E para conseguir o seu fim adota os mesmos processos por que outras nações adquiriram essa posição.²⁸

Essas reprovações continuaram pelos últimos meses de 1898, como pode ser visto no dia 4 de dezembro:

Os Estados Unidos entraram, na expansão colonial obedecendo às mesmas ideias que inspiraram até hoje as nações europeias.

O problema comercial impõe a adoção desse recurso como o expediente mais rápido para a sua solução. Enquanto não se acumulam os motivos da crise do trabalho, antes de existirem as causas da miséria do proletariado, a grande nação da América encontra nas colônias que acaba de adquirir o corretivo à lenta elaboração desse estado de coisas. E é preciso atender a essa circunstância de alto valor para compreender que os norte-americanos, sem o me-

28 *O Estado de S. Paulo*, "Os Nossos Telegrammas", 26/09/1898, p.1.

nor escrúpulo, esquecessem a sua tradicional política e se lançassem à conquista e à violência. [...]

A anexação hoje não oferece dúvida nos que têm olhos. É uma realidade, está feita, há de ser regulamentada pelas leis indispensáveis e formará um império colonial de grande futuro.²⁹

Ao *Jornal do Commercio* coube indagar, em decorrência das discussões em Paris, “o que poderia a Espanha conseguir nesta época de fim de século em que a força vale mais do que o direito?”.³⁰ Possivelmente o periódico carioca observava no recrudescimento das exigências norte-americanas, durante a Conferência de Paris, uma postura diferente daquela defendida durante o período do conflito armado. Porém, o exemplo apresentado nessa breve passagem não mudou significativamente sua análise nos anos seguintes.

Com o desfecho obtido na Guerra Hispano-Americana, os Estados Unidos entraram definitivamente no caminho das grandes potências. O Exército e a Marinha foram expandidos e as fronteiras comerciais cresceram consideravelmente, possibilitando, assim, a manutenção da expansão industrial e comercial do país. Nesse momento encerrou-se o ciclo do império espanhol e iniciou-se a expansão territorial dos Estados Unidos para as áreas além-mar. Contudo, havia assuntos a serem resolvidos: as Filipinas ainda estavam dominadas por um movimento revolucionário que se opunha aos norte-americanos; era necessário estabelecer os limites de dominação que existiriam em relação aos territórios adquiridos recentemente; e justificar, perante a Constituição, a obtenção de áreas coloniais e como seriam administradas.

Baseado nessas pendências *O Estado de S. Paulo* fez sua primeira crítica aos estadunidenses, no ano de 1899:

29 *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 04/12/1898, p.1.

30 *Jornal do Commercio*, “Gazetilha – Espanha e Estados Unidos”, 03/12/1898, p.2.

A atitude do governo americano, na questão das antigas colônias espanholas, já não permite dúvida alguma acerca da sorte reservada tanto às Filipinas como a Cuba e Porto Rico.

O governo de Washington não lhes dá a independência. Estabelece um regime especial em que, sem serem Estados nem território da federação americana, esses domínios serão administrados por delegados do presidente da República.

Cuba, Porto Rico e Filipinas serão afinal, colônias dos Estados Unidos. A dificuldade única é obter um meio de contestar o fato de conciliar com a Constituição a existência de um império colonial que as leis não previram, que não pode ser administrado com os recursos legais.

As colônias norte-americanas encontram na sua formação o apoio das classes dirigentes dos Estados Unidos. O certo, porém, é que elas não têm na Constituição as indispensáveis bases administrativas. Provavelmente, ser-lhes-ia aplicado um regime militar, contrário em absoluto ao espírito da democracia americana e cuja experiência ainda não foi feita.

Como já dissemos os Estados Unidos abandonam deste modo a sua tradição política. Mas, é evidente que o governo americano não está disposto a permitir que Cuba, Porto Rico e Filipinas constituam nacionalidades.

É claro que com a certeza de assimilar o dominado ou de o eliminar na concorrência, o *yankee* acha um erro dar-lhe a independência. Nestas terras o que ele viu foi uma boa presa. Tomou as colônias e verificou que as riquezas que elas representam, depende de quem as governa.³¹

Realmente, a questão de como os novos territórios deveriam ser administrados era muito complexa. A despeito da existência de uma corrente anexionista, que percorreu todo o século XIX, havia

31 *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegramas – as colônias norte-americanas”, 28/01/1899, p.1.

nos Estados Unidos uma forte resistência à integração desses territórios à União ou a um sistema colonial com direitos semelhantes aos existentes nos demais Estados. Durante as décadas de 1860 e 1870 o senador Carl Schurz, ao se deparar com a probabilidade de anexação da República Dominicana, lembrava o povo americano de que “a incorporação dos países tropicais à República dos Estados Unidos, acarretaria a consequente incorporação de seus povos” (Schurz apud Schoultz, 1998, p.105). E essa possibilidade assombrava os homens responsáveis pelo desenvolvimento estadunidense, influenciados pelas teorias científicas propagadas a partir de meados do século XIX. Dessa forma, desde a década de 1870, passou a existir um consenso nos Estados Unidos, desaconselhando a expansão territorial se ela implicasse a transformação de latino-americanos em cidadãos estadunidenses.

Percebe-se, nesse sentido, o acerto nas afirmações feitas pelo peiródico, pois os Estados Unidos estavam de fato abandonando parte de sua tradição política ao adquirirem territórios coloniais e terem que desenvolver um sistema de governo que não ferisse os preceitos existentes na Constituição e no imaginário da sociedade. Entretanto, também não era possível tornar esses territórios independentes, pois a constituição de novas nacionalidades poderia desfavorecer os interesses comerciais e geográficos que os norte-americanos nutriam em relação a essas áreas.

O *Jornal do Commercio*, por sua vez, preferia observar a situação interna de Cuba, mediante a consideração de que a aceitação da tutela norte-americana seria o mais sensato para a reestruturação da ilha:

[...] depois dos esforços dos anexionistas e suas promessas de conceder aos cubanos a maior autonomia política e administrativa sob um protetorado que seria a mais branda e liberal das tutelas, muitos patriotas, compreendendo que o interesse do país é não cair na anarquia e nas convulsões em que se debatem certas pequenas repúblicas, se resignarão a essa independência.

Há, porém, outros que temem abandonar-se a uma enganadora confiança e falam abertamente de resistência não duvidando representar o melhor papel da sociedade.

Eles julgam que o americano em virtude da tática que deu tão bom resultado na história das lutas de Cuba é mais fácil de resistir que o espanhol pela guerra de surpresa e emboscadas. Esta perspectiva de novos conflitos, depois de tantas lutas sanguinolentas, não seduz a parte sensata e refletida da população, que se resignará antes a passar pelo jugo, precisamente porque antes de tudo ela reclama paz e segurança.³²

Apesar das discussões internas nos Estados Unidos e da instabilidade ainda presente entre os cubanos, foi instaurado, em janeiro de 1899, um governo provisório constituído por militares norte-americanos e liderados pelo general John Brooke. O referido general iniciou uma política de reconstrução das principais cidades e instituições, delegando os cargos administrativos para os espanhóis ou *criollos* e excluindo os cubanos integrantes do movimento revolucionário de qualquer cargo de alta importância. A manutenção dessa hierarquia elitista e arcaica gerou uma nota irônica por parte do *Estado de S. Paulo*, quando anunciado quem ocuparia o cargo de governador civil de Havana:

Há dias na imprensa do Rio registra-se com grande alegria a nomeação de um cubano para o cargo de governador civil da Havana. O Sr. Mora, que aqui ninguém conhece, foi o escolhido. É realmente um cubano no qual os Estados Unidos depositam absoluta confiança. Diz-se que a sua dedicação pela causa separatista era enorme; mas o que se sabe é que durante toda insurreição se manteve na capital da grande Antilha, sem que os espanhóis o perseguissem.

O Sr. Mora trabalhava pela independência de Cuba às barbas da autoridade espanhola: era do comitê patriótico de Havana, que, valha a verdade, não deu sinal de vida antes da vitória norte-americana. Mas, trabalhava, segundo se afirma, e pouco adiantaria verificar o contrário.

32 *Jornal do Commercio*, “A intervenção de Cuba”, 16/05/1898.

Os seus sacrifícios não apareceram. Por isso, causa estranheza a sua escolha. Ocorre perguntar, já não diremos pelos homens de armas da República cubana, pois em campo contra o domínio espanhol, mas pelos que por todo o país trabalharam para a sustentação da guerra: Estrada Palma, Quesada, Betances e Verona, e tantos outros que hoje são esquecidos. Nenhum desses nomes aparece. Os Estados Unidos só encontraram o desconhecido Sr. Mora, que naturalmente lhes será tão dedicado como foi a revolução, e defenderá a independência de Cuba com o mesmo ardor de que se inflamava quando nem sequer despertava suspeitas ao general Weyler.

Fala-se até em seu nome para a presidência da República de Cuba. Onde estão Cisneros e Masó? Em Washington ignora-se que esses foram sempre os indicados para a primeira magistratura de Cuba.

Mora é o homem dos Estados Unidos. Com ele é impossível a independência, mas uma independência especial, com restrições, acompanhada de uma ocupação militar e de uma intervenção permanente.

O governo norte-americano tinha a intenção de preencher todos os cargos significativos da administração cubana com políticos que fossem “sensíveis às boas intenções estadunidenses”, a exemplo do citado Sr. Mora. Essa situação foi representada com muita habilidade pelo jornal paulista, que questionava a ausência daqueles que lutaram, desde a Guerra dos Dez Anos, pela independência de Cuba e foram arbitrariamente trocados por um desconhecido, que possivelmente nada fez pelo movimento rebelde. O caminho político desenhado para Cuba preocupava sobremaneira o jornal. O governo militar apoiava-se em desmandos políticos, como a dissolução das Assembleias Provisórias, obrigatoriedade de desarmamento dos rebeldes, extensão do prazo para a reestruturação da ilha, entre outros fatores, que afastavam qualquer opção de se estabelecer um governo independente e comandado por cubanos.³³ Após algum período discutindo essas questões o periódico veicu-

33 *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegramas – Cuba”, 07/04/1899, p.1.

lou uma notícia com a declaração do presidente McKinley de que seria dada independência para Cuba, assim que a situação estivesse, no entender do governo, estabilizada. Quando o jornal observou a base na qual seria construído esse governo independente, se manifestou de forma pesarosa:

O presidente dos Estados Unidos acaba de prometer para breve a independência de Cuba. Parece que a realização deste ardente desejo dos revolucionários só depende agora da eleição da Assembleia Constituinte, a qual será feita sob o domínio norte-americano.

Depois do telegrama que nos anunciou esta resolução, que não se esperava já, veio outro dizer-nos que a imprensa de Havana, pela maioria dos seus órgãos, se declara favorável ao protetorado dos Estados Unidos.

Máximo Gómez viu-se desamparado por todos os personagens do primeiro plano da revolução e a assembleia cubana, por sua vez, não pode encontrar melhor sorte.

Dos chefes militares e dos agentes de caráter mais ou menos diplomático da última insurreição cubana, raros, raríssimos continuam a figurar nos negócios da ilha.

E dos poucos que ainda aparecem, a maioria é formada por estranhos a Cuba; cooperadores, é certo, da campanha separatista, não se lhes podem, porém, atribuir as funções de um governo definitivo numa terra em que não nasceram nem se educaram, e no qual somente foram procurar meios de vida [...]

É claro que jamais Martí, Maceo, Verona e Cisneros foram apóstolos desta causa. O que eles queriam era *Cuba livre*, mas livre de toda e qualquer tutela, mesmo que disfarçada.³⁴

34 O Estado de S. Paulo, “Os Nossos Telegramas – Cuba”, 31/08/1899, p.1.

O *Jornal do Commercio* pouco se manifestou no ano de 1899, optando por reassumir uma postura informativa, se preocupou em narrar situações ligadas ao combate naval de Santiago, a passagem do controle da ilha para os norte-americanos e a reprodução de notícias de jornais estrangeiros referentes aos acontecimentos em Cuba. Contudo, durante o ano de 1900 o periódico voltou a publicar artigos claramente favoráveis aos norte-americanos e que defendiam o caráter humanitário da intervenção e as benesses trazidas pelo governo provisório. Em fins de março fez alguns comentários sobre um artigo da *American Review*, reafirmando seu apoio ao governo norte-americano, pois era impensável para o jornal carioca a possibilidade de uma intervenção seguida pelo abandono ou simples exploração comercial, principalmente frente à disponibilidade dos Estados Unidos em reestruturar a ilha e colocar seu desenvolvimento interno em ligação direta com o seu potencial agrícola.³⁵

Em oposição à visão otimista do jornal carioca *O Estado de S. Paulo* insistia na afirmação de que Cuba não alcançaria sua independência:

As últimas notícias de Cuba e das Filipinas dão a entender que o governo norte-americano está firmemente disposto a anexar, em definitivo, essas duas antigas colônias espanholas [...]

Em Cuba, também os revolucionários já se convenceram de que a promessa da independência, feita solenemente numa mensagem de McKinley, não seria cumprida. Máximo Gómez, logo depois da derrota da Espanha, adquiriu essa convicção e julgou inútil pedir o que quer que fosse aos Estados Unidos. Partiu para S. Domingo e lá espera os acontecimentos, sem manifestar a menor esperança de ver realizada a sua ardente aspiração.

O desmentido que de Nova Iorque se deu à notícia de uma revolução contra os Estados Unidos, não consegue desfazer a impressão que resulta da leitura dos manifestos de vários cubanos contra a administração americana [...]

35 *Jornal do Commercio*, “O Governo Americano de Cuba”, 28/03/1900, p.1.

Em Cuba, como em Porto Rico, sente-se que a instalação norte-americana é definitiva. Ali como nas Filipinas, pode a população rebelar-se contra os dominadores. Mas esse recurso, embora capaz de causar transtorno à poderosa República é absolutamente ineficaz para a obra da independência nacional, em que essas antigas colônias espanholas sonhavam ter a colaboração norte-americana.³⁶

O otimismo e defesa da ação norte-americana presentes no jornal carioca contrastavam fortemente com o pessimismo acerca da possibilidade de um futuro independente para Cuba, encontrado no periódico paulista. Mesmo seguindo linhas opostas, os dois jornais apresentavam informações complementares e ofereciam um bom quadro da situação. Não é possível negar que os norte-americanos promoveram uma série de melhorias em Cuba, durante o seu período de Governo Provisório, principalmente nos campos da educação, saúde e saneamento. Contudo, não podemos perder de vista que essas melhorias eram motivadas pela intenção de legitimar o governo estadunidense frente à sociedade cubana, mantendo, assim, sua tutela em relação à ilha.

Enquanto ocorriam inúmeras discussões sobre a situação cubana, nos Estados Unidos organizava-se uma nova eleição presidencial. A disputa seria novamente entre William McKinley, representante do Partido Republicano, e William Jennings Bryan, representante do Partido Democrata. *O Estado de S. Paulo* aproveitou o momento para fazer novas críticas ao presidente McKinley e sua política expansionista:

O atual presidente é o único candidato do seu partido. A sua política, depois da Guerra Hispano-Americana, incluiu um novo ponto de programa, a expansão colonial. É uma verdadeira aberração para uma nacionalidade baseada nos moldes democráticos dos Estados Unidos; mas o industrialismo triunfante presta-lhe apoio decidido e é bem provável que a vitória eleitoral sancione

36 *O Estado de S. Paulo*, “Nossos Telegramas – A expansão norte-americana”, 29/04/1900, p.1.

essa extraordinária transformação da política norte-americana [...] A reeleição é pouco simpática à nação.³⁷

Causando grande surpresa o *Jornal do Commercio* vinculou duas notícias, retiradas do *Evening Post* e de uma folha francesa não identificada,³⁸ com duras críticas à política empregada pelo presidente McKinley. Destacamos um trecho da notícia proveniente da França:

O manifesto do Sr. McKinley parece saído dos cérebros doentios do velho continente, sonhando sempre com grandezas fictícias, com falsas glórias e com engrandecimentos de território por meio da conquista. Aí não fala a jovem América, sempre nova em suas ideias e compromettimentos, procurando sempre afastar-se dos processos dos povos antiquados, e fazendo consistir sua grandeza exclusivamente no progresso das indústrias, do comércio, da agricultura, das ciências, das letras e das belas artes. Há no manifesto do Sr. MacKinley uma linguagem estranha e até hoje nunca usada na vasta República Norte-Americana.³⁹

Consideramos interessante reproduzir esse excerto, pois foram raros os momentos nos quais o jornal carioca publicou manifestações contrárias ao governo norte-americano, sobretudo, no ano de 1900, quando apresentava uma forte defesa da ação reestruturadora promovida pelos Estados Unidos na ilha. Temos claro que a reprodução de uma notícia não pode ser tomada como a opinião do periódico carioca, mas, no caso específico, assume relevância por contrariar a linha comumente seguida pelo jornal.

As críticas apresentadas pelo *Estado de S. Paulo* e pelo excerto do jornal francês, reproduzido no *Jornal do Commercio*, caminhavam em oposição à popularidade alcançada pelo governo McKinley, comprovada por sua vitória fácil nas eleições presidenciais (Schoultz, op. cit., p.170). Simultânea ao triunfo de McKinley esta-

37 *O Estado de S. Paulo*, "Os Nossos Telegramas – A presidência dos Estados Unidos", 11/06/1900, p.1.

38 Publicadas nos dias 6 de outubro e 7 de novembro, respectivamente.

39 *Jornal do Commercio*, "O Manifesto do Sr. McKinley", 07/11/1900.

belecia-se em Cuba a Assembleia Constituinte que deveria delinear e adotar uma constituição para a ilha e formular quais deveriam ser as relações entre os dois países. Contudo, o general Wood, novo líder do Governo Provisório, acreditava que a Assembleia cubana não era confiável e aconselhava a administração estadunidense a interromper o processo de transição e promover novas eleições com o intuito de constituir uma nova organização deliberativa que fosse compassiva aos ideais norte-americanos.

Com o prosseguimento da ocupação da ilha fora de questão, a tarefa colocada aos governantes norte-americanos era vislumbrar um mecanismo pelo qual os Estados Unidos pudessem dar independência formal a Cuba, mas com a manutenção do controle sobre um povo que eles consideravam inadequado para o autogoverno. Para esse fim, moldaram um documento específico, a Emenda Platt. Seu preâmbulo autorizava o presidente norte-americano, segundo Lars Schoultz, a “deixar o governo e o controle da ilha de Cuba a seu povo assim que um governo tenha sido estabelecido sob uma constituição que, ou como parte disto ou numa ordem anexada a isto, deve definir as futuras relações dos Estados Unidos com Cuba dando o direito de intervenção para a manutenção de um governo adequado à proteção da vida, propriedade e liberdade individual” (ibidem, p.172).

Em fins de fevereiro, com a aprovação da Emenda Platt no Congresso, *O Estado de S. Paulo* manifestou-se novamente contra a atuação do governo norte-americano:

No dia 15 de setembro de 1900 realizaram-se, em Cuba, as eleições para a Convenção Constituinte. O decreto convocando os eleitores fixara as cláusulas que hoje motivam uma pequena agitação na capital da grande Antilha.

Esse decreto, que pouca gente leu fora de Cuba, mas que provocou uma indignação profunda entre os cubanos, dizia que a Convenção se reuniria para discutir e adotar uma Constituição para o povo cubano e para determinar, de acordo com o governo dos Estados Unidos, numa cláusula

sula incluída na Constituição, as relações que têm de existir entre o dito governo e o de Cuba.

Era a primeira restrição da independência. Mas, Havaí mais e melhor: o Congresso norte-americano, na resolução conjunta que autorizou o decreto convocatório do eleitorado constituinte afirmou que os Estados Unidos repeliam toda e qualquer disposição ou intenção de exercer a sua soberania, jurisdição ou fiscalização sobre a ilha de Cuba, exceto pela sua pacificação.

De 31 membros se compôs a assembleia cuja missão já estava definida. Três partidos ali estavam representados: o nacional cubano, dos amigos do general Máximo Gómez, partidário da independência absoluta e imediata; o republicano, menos intransigente, aceitando, antes do decreto a que nos referimos, as cláusulas exigidas de Washington; e a União democrática, considerada favorável à anexação, ao protetorado pelo menos.

Destes três partidos, é interessante consignar que teve a maioria (20 membros contra 11 dos dois outros) o da independência imediata, o dos que continuavam reclamando o cumprimento das promessas de McKinley. Os amigos de Máximo Gómez triunfaram nas urnas, isto é, tiveram do povo cubano a solene consagração do seu programa patriótico. Mas os onze restantes triunfarão na Convenção. A doutrina vitoriosa é a do decreto a que aludimos antes.

O povo cubano entendeu, porém, que a Convenção daria uma constituição em que a independência fosse absoluta: elegeu uma maioria que assim pensava, mas as cláusulas exigidas pelos Estados Unidos serão incluídas na Constituição!

Que importa que os estudantes protestem, que o povo cubano tenha uma terrível desilusão? É evidente que, se a constituinte excluir a cláusula de origem norte-americana a Constituição não se tornará, jamais efetiva [...]

Os patriotas cubanos, agora que tiveram de se dobrar à vontade dos Estados Unidos. Devem ter reconhecido a enormidade do erro que pra-

ticaram quando se lhes entregaram cheios de confiança nas promessas da mensagem de McKinley. É tarde. Como disse Cisneros, os norte-americanos têm Cuba nos dentes, não a largarão.

A grande Antilha continuará ocupada militarmente e presa para sempre aos Estados Unidos pela cláusula que confere ao governo de Washington o direito de exercer em Cuba, a soberania, jurisdição ou fiscalização, quando for preciso pacificar a ilha. O pretexto da pacificação é uma ameaça constante sobre Cuba e aí dela se lhe vierem veleidades de emancipação!⁴⁰

Essa longa nota ressalta o pessimismo que vinha sendo apresentado pelo periódico em relação à impossibilidade de os cubanos atingirem efetivamente sua independência. Devemos ressaltar que o jornal apresentava uma visão antecipada dos acontecimentos, pois já considerava a Emenda Platt, aprovada oficialmente apenas em julho de 1901, uma realidade na Constituição cubana. Essa inclusão legislativa restringia as aspirações independentistas do povo cubano aos interesses expansionistas dos Estados Unidos.

Em contrapartida, o *Jornal do Commercio* oferecia uma visão diferente da apresentada pelo *O Estado de S. Paulo*:

McKinley convidou o Governador de Cuba a avisar os membros da Convenção que a Constituição da ilha não seria reconhecida pelos Estados Unidos se não tivesse a cláusula reservando o direito de intervenção sempre que se julgasse necessário.

O Governo dos Estados Unidos pede o direito de intervenção especialmente pra manter a paz, assegurar a estabilidade de governo local, prevenir qualquer conflito com potências estrangeiras, produzir o crédito da ilha, opor-se à emissão de empréstimos inúteis e defender os interesses comerciais dos Estados Unidos contra as tarifas proibitivas.

Pede também a manutenção de dois depósitos de carvão, servindo também para depósito de material e dique de concreto.

40 *O Estado de S. Paulo*, “A Semana Estrangeira”, 25/02/1901.

Os Estados Unidos não querem recomeçar em Cuba a experiência feita no Haiti e em São Domingos, onde a civilização atrasou-se e onde a extravagância e a tirania não têm feito senão empobrecer o povo.⁴¹

Novamente há uma consideração de que as atitudes e exigência norte-americanas eram benéficas para a reestruturação da ilha e a permanência de sua estabilidade, livre da situação degeneradora pela qual passava o Haiti, por exemplo. Deixa transparecer a ideia determinista de que o povo cubano não era capaz de se autogovernar, desenvolver a ilha e manter sua segurança e estabilidade, necessitando de uma tutela permanente dos Estados Unidos, justa de acordo com os argumentos do jornal.

Mesmo com todas as ameaças feitas pelo governo estadunidense a Assembleia cubana rejeitou a Emenda Platt por 24 votos a 2, optando por mandar uma delegação a Washington no intuito de negociar um documento menos intrusivo. O grupo foi recebido polidamente pelo governo norte-americano e lhe foi dito que a Emenda não tinha por intenção afetar a soberania ou a independência de Cuba, mas sim promover uma ligação mais próxima entre os países e proteger os interesses comuns entre eles, embora, deixando claro que a recusa em implantá-la não era uma opção. Em 28 de maio ocorreu uma nova votação, sendo a Emenda Platt novamente recusada, por 15 votos a 14, com a sugestão de sua incorporação com algumas mudanças. Os Estados Unidos insistiram no texto original e a Assembleia, sob pressão, foi obrigada a promover novo sufrágio, sendo a Emenda Platt aprovada por 16 votos a 11 (Schoultz, op. cit., p.174).

Concluída a querela acerca da Constituição, em dezembro de 1901, Estrada Palma, representante do Partido Republicano, foi eleito sem concorrentes para a presidência de Cuba. Máximo Gómez se recusou a concorrer e Bartolomé Masó, antigo líder político da revolução, hostil à Emenda Platt e mais popular que Estrada Palma, retirou sua candidatura depois que o general Wood manipulou

41 *Jornal do Commercio*, "Gazetilha – Cuba", 14/03/1901, p.2.

o sistema eleitoral, nomeando cinco partidários de Estrada Palma para a comissão julgadora. Consolidava-se, assim, o domínio norte-americano sobre Cuba, sem a necessidade de transformar formalmente a ilha em uma colônia.

Uma análise da atuação internacional dos Estados Unidos e da utilização da Doutrina Monroe, em relação às divergências entre a Venezuela, Inglaterra e a Alemanha, levou *O Estado de S. Paulo* a criticar novamente os norte-americanos, comparando a situação cubana e venezuelana:

É bem verdade que tal doutrina (Doutrina Monroe), só serve para casos como o de Cuba, em que os Estados Unidos se saem bem sem sacrifícios maiores. Enquanto se tratava da Espanha, os americanos de Cuba tinham direitos à intervenção dos irmão do norte, mas, agora o caso é outro; a Alemanha é uma boa amiga, uma nação poderosíssima, com muitos milhões de cidadãos nos Estados Unidos e estes cidadãos dão votos e podem agitar-se contra os sindicatos dominantes. Os venezuelanos lá se avenham com o governo de Berlim e fique em paz o governo de Washington.

Quem olha para Cuba pouco desejo pode ter de ver a poderosa república norte-americana proteger a Venezuela ou qualquer outra nação americana.

Cuba já está livre, isto é, já tem uma constituição e um presidente da república. A constituição, porém, só foi aprovada quando os cubanos a fizeram a contento do general Wood e dos mandões de Nova York e Washington. E, quanto ao presidente, quem ignora que o Sr. Estrada Palma foi eleito porque se submeteu à triste força das circunstâncias e reconheceu que sua pátria tinha de ficar na dependência dos *yankees*. A constituinte cubana não foi uma Assembleia livre. Pesou sobre ela o exército de ocupação que entrara na ilha como libertador e que ali se conservou às ordens do general Wood durante o tempo em que se preparou o regime atual. Quando a constituinte quis dar a Cuba a independência absoluta, o general governador opôs-se e transmitiu nas ordens de Washington: ou a vontade dos americanos se cumpriria ou Cuba ficava como simples colônia.

E não é tudo. Máximo Gómez considerando perigoso teve de sair da ilha e os partidários da independência foram apontados como agitadores assalariados pelos espanhóis – os seus inimigos de véspera! Formou-se por fim o partido dos que quiseram o menor dos males, isto é, o partido aceitava as imposições norte-americanas. Foi o partido que elegeu Estrada Palma e derrotou o general Bartolomé Masó [...]

Uma tal proteção, convenhamos, é de fugir.⁴²

Poucos dias após, o jornal lançou uma nova crítica, dessa vez mais contundente e agressiva:

Pois bem precisavam (os norte-americanos) de uma voz que gritasse nos Estados Unidos que a independência que se deu a Cuba é uma ironia imprópria da pátria de Washington.

Independência! Acaso, leitores, vistes já uma coisa tão estranha como essa de Cuba?

É um país independente, que elegeu e tem o seu magistrado supremo? Que votou leis próprias e por elas se rege; e que, ao mesmo tempo está sob a autoridade militar estrangeira que continua a por e dispor dos destinos de seus protegidos? Pobre Estrada Palma, infeliz Maceo, e infelizes de quantos cubanos lutaram pela independência da sua ilha. Mal podiam calcular que estava reservada à sua pátria este péssimo futuro!⁴³

Esses dois excertos reafirmam as críticas que permeavam as páginas do jornal sobre o cerceamento da independência cubana. Entretanto, nos chama atenção o ataque às disposições previstas na Doutrina Monroe e que foram defendidas, no ano de 1895, pelo mesmo jornal para justificar uma intervenção estadunidense em Cuba. Considerava, em 1902, que a referida doutrina servia apenas

42 *O Estado de S. Paulo*, “A Semana Estrangeira”, 06/01/1902, p.1.

43 *O Estado de S. Paulo*, “A Semana Estrangeira”, 13/01/1902, p.1.

para defender os territórios que interessavam ao desenvolvimento da política e da economia dos Estados Unidos, principalmente se a ameaça fosse constituída por nações fracas e sem possibilidades de impor desafio ao crescente poderio militar norte-americano, o que não era o caso de Alemanha e Inglaterra.

Em fevereiro o *Jornal do Commercio* reproduziu na íntegra o primeiro discurso do Sr. Estrada Palma, presidente de Cuba, no qual foram apresentadas as bases de seu governo. Conhecido por sua simpatia aos Estados Unidos, Estrada Palma desenvolveu uma fala que defendia a aproximação irrestrita da política e da economia dos dois países, considerando que os Estados Unidos eram e deveriam continuar a ser os únicos amigos de Cuba e o país que contribuiria para a prosperidade da ilha. Em relação à Europa pregava uma constante reticência a qualquer tipo de relação com esse continente. Além disso, considerava que a relação comercial com os outros países do continente americano era de pouca importância, e completava, “o único país de quem devemos ocupar-nos, porque é também o único que pode ser nosso amigo e que nos oferece mercado, são os Estados Unidos”.⁴⁴

O discurso de Estrada Palma demonstrava firmemente quais seriam as diretrizes a serem seguidas pela política cubana em relação à sua participação no cenário internacional. Com palavras que parecem ter sido escritas por um norte-americano, o presidente da nova República defendia uma relação exclusiva, fosse comercial ou política, com os Estados Unidos, única nação que poderia oferecer algo de positivo para o desenvolvimento de Cuba. Tais argumentos sugerem que a reprodução desse discurso, com especial atenção para as relações a serem mantidas com os norte-americanos, marcava a intenção do periódico carioca em demonstrar como a situação criada entre cubanos e estadunidenses era positiva e privilegiaria o crescimento da ilha.

44 *Jornal do Commercio*, “Gazetilha – Cuba e Estados Unidos”, 22/02/1902, p.2.

No segundo semestre de 1902 o periódico carioca produziu três matérias⁴⁵ que demonstravam a efetividade da ação norte-americana na reestruturação do sistema de saneamento e na erradicação de doenças em Cuba. A última delas fazia parte de uma crônica que tecia críticas ao imobilismo espanhol em relação às doenças e comparava a situação de Cuba com a do Brasil:

A febre amarela que vitimava todos os anos milhares de pessoas em Cuba enquanto esta ilha pertenceu à Espanha desapareceu de lá pouco tempo depois de Cuba se achar colocada sob a administração norte-americana. O que os espanhóis não quiseram, não souberam ou não puderam fazer em séculos de conquista conseguiu-o o Tio Sam no espaço de alguns meses.

Como se operou esse milagre? Não foi decerto por artes mágicas, nem se deve atribuir ao terror que lhe inspirassem os *yankees* a rápida debandada do mosquito. O caso explica-se pela bela e metódica organização que irei descrever a seguir, na esperança de que a leitura deste breve resumo suscite em quem possa eficazmente intervir na questão a ideia de transplantar a iniciativa americana para o solo fluminense.⁴⁶

Após descrever todas as medidas preventivas e de combate às doenças tomadas pelo Governo Provisório norte-americano, o periódico questionava a possibilidade de se implantar tais medidas no Brasil:

Tal é a obra admirável executada pelos americanos em poucos meses em uma das cidades mais insalubres do mundo.

Esta mesma organização está sendo aplicada nas demais cidades de Cuba, e não tardará que o abominável flagelo seja expulso da ilha inteira.

Não sou competente para dizer se os mesmos meios produzirão igual resultado no Rio de Janeiro; entretanto o caso vale a pena de ser cuidadosamente estudado pelos homens competentes.

45 Publicadas nos dias 13/08; 28/08 e 31/08.

46 *Jornal do Commercio*, “Crônica estrangeira”, 31/08/1902, p.1.

Representa acaso o mosquito na capital o mesmo papel de agente transmissor? Por que não? Se não é a causa única do contágio, deve ser pelo menos um de seus fatores.

Em tais circunstâncias, por que se não há de tentar a destruição em massa desse miserável?

Guerra aos mosquitos!⁴⁷

Obviamente a análise esbarrava na limitação do conhecimento técnico não só do autor, mas também do período, muito próximo à descoberta de que os mosquitos eram vetores de algumas das principais doenças que castigavam a população mundial. No entanto, surge uma interessante observação sobre uma das mudanças positivas que a ilha sofreu quando era dominada pelos norte-americanos. Se a intenção do jornal era, novamente, defender a atuação tutelar exercida pelos Estados Unidos, ele tocou em um ponto-chave e que seria indiscutível para qualquer crítico. No Rio de Janeiro a febre amarela atingiu condição endêmica, com alguns surtos de epidemia, e desde meados do século XIX até o início do século XX tinham sido registrados aproximadamente 58 mil óbitos em decorrência dessa enfermidade. Em 1903, sobre a presidência de Rodrigues Alves, Oswaldo Cruz foi nomeado diretor-geral de Saúde Pública e deflagrou a campanha contra a febre amarela com base nos recentes êxitos obtidos na campanha norte-americana em Havana, conseguindo erradicá-la do Rio de Janeiro em 1907. Observa-se que a crítica do jornal ao imobilismo do governo brasileiro era correta e as experiências bem-sucedidas empregadas em Cuba foram importantes para a implantação de uma política de combate contra a febre amarela na capital da república brasileira.

Em fins de setembro *O Estado de S. Paulo* publicou mais um artigo acerca da ligação entre a política expansionista norte-americana e o destino de Cuba, estendendo o aviso do perigo *yankee* aos demais países da América Central e do Sul:

47 Ibid.

A expansão dos Estados Unidos tornou-se febril. Um comércio pujante maneja a seu talento a chancelaria de Washington e compele o governo norte-americano à prática de todos os atos necessários para garantir a hegemonia econômica e financeira que constitui o ideal do forte povo que derrocou o secular império colonial da fidalga Espanha. A democracia *yankee* surge ante os latinos da América não já como o escudo protetor dos fracos, mas como a espada bárbara do conquistador.

É uma devastação cruel que presentem todos os países imprevidentes e desgovernados da América Central e quase todos os da América do Sul.

Está a América Central e parte da do Sul em uma tremenda crise que aos olhos menos perspicazes salta numa evidência sem par. As Antilhas, irresistivelmente atraídas pelo colosso *yankee* debatem-se numa verdadeira agonia e hão de acabar por se submeter a essa soberania única, depois de escravizadas ao dólar e acorrentadas à Praça de Nova Iorque.⁴⁸

A notícia apresentava o ponto culminante da transformação dos Estados Unidos em uma potência em franca expansão. Abandonava-se a política de defesa, ou o “escudo dos fracos” nas palavras do periódico, representada pela Doutrina Monroe e consolidava-se a preponderância dos interesses comerciais e a hegemonia econômica estadunidense no continente. Contudo, não era uma expansão tradicional, pois era exercida de maneira indireta, não incorporando as terras adquiridas por razões políticas, econômicas e estratégicas, priorizando-se um espaço de projeção do poder, com acesso e controle privilegiado de determinados mercados, sem os custos e responsabilidades de uma administração direta. As preocupações demonstradas por Martí, durante a Conferência de Washington de 1889, finalmente tornavam-se realidade e chegava para a América o momento de iniciar sua luta para desvencilhar-se da expansão norte-americana (Martí, 1980, p.170).

48 O Estado de S. Paulo, “A Semana Estrangeira”, 22/09/1902, p.1.

Como demonstramos neste capítulo os jornais analisados apresentaram grande interesse no conflito hispano-americano e na posterior ocupação de Cuba, oferecendo um debate marcado pela oscilação entre a defesa irrestrita, praticada pelo *Jornal do Commercio*, e a crítica severa, exercida pelo *O Estado de S. Paulo*, em relação à nova postura política assumida pelos Estados Unidos. Era esperado que as características político-ideológicas de cada periódico nortegassem uma oposição entre eles, mesmo sem polemizar diretamente, e permitissem uma análise comparada, demonstrando que a imprensa brasileira, da transição do século XIX para o XX, possuía poder de debate e liberdade de opinião para analisar e discutir questões diversas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho discutimos as características da repercussão e das representações, feitas pelo *Jornal do Commercio* e *O Estado de S. Paulo*, acerca do processo de independência cubana entre os anos de 1895 e 1902. O conflito colocou em oposição, pela segunda vez, os insurgentes cubanos e as forças militares espanholas, contando, posteriormente, com a intervenção armada dos Estados Unidos e a instauração de um governo provisório na ilha. O evento adquiriu grande importância nas páginas dos jornais, suscitando, ao curso de oito anos, intenso debate sobre a reorientação das forças e influências que agiam no continente em fins do século XIX, principalmente pelo papel exercido pelos Estados Unidos na direção dos limites a serem seguidos nas relações interamericanas.

O considerável interesse dos periódicos pelos acontecimentos em Cuba foi, em grande medida, influenciado pela orientação americanista que a política externa brasileira assumira após a instalação do regime republicano. O americanismo marcava a república nascente por antinomia ao europeísmo com o qual se identificara a Monarquia (Bueno, 1995, p.25), promovendo um maior interesse da imprensa e opinião pública em relação aos territórios anteriormente considerados marginais para a política e economia brasileiras, como era o caso de Cuba. Nesse sentido, uma de nossas hipóteses considerava que a

reorientação da política externa brasileira influenciaria a construção das representações acerca do processo de independência cubana, e foi possível observar a concretização dessa tese.

O Estado de S. Paulo aliou, ao longo dos anos analisados, sua orientação liberal com a definição de uma solidariedade americana, colocando-se favorável aos anseios dos patriotas cubanos, principalmente ao considerar inaceitável a existência de um território que ainda se mantinha preso à estrutura colonial perpetrada pelas nações europeias, ferindo a tese do direito de autodeterminação dos povos. O seu discurso americanista também pôde ser percebido, na medida em que conclamava os governos do continente, incluindo o brasileiro, a manifestarem sua simpatia à causa de um “irmão continental”. Apenas os Estados Unidos empregavam uma ação diplomática efetiva para tentar encerrar o conflito, obviamente por possuírem grandes interesses comerciais e geopolíticos na ilha. Desse modo, *O Estado de S. Paulo* afinou o seu discurso com a atuação norte-americana, entendendo que os interesses estadunidenses eram justos e serviriam ao propósito de conceder independência aos cubanos. Além disso, devemos considerar que a república do norte constituía para o jornal um modelo de experiência liberal bem-sucedida, exercendo grande influência na orientação política de seu grupo diretor, construindo, assim, um apoio destacado aos Estados Unidos.

Contudo, essa relação passou por uma inflexão em fins de 1897, quando William McKinley assumiu a presidência dos Estados Unidos e declarou a impossibilidade de reconhecer o caráter de beligerantes aos rebeldes ou a independência da ilha, mantendo o respeito à soberania espanhola. A situação agravou-se quando, em 1898, uma série de acontecimentos levou ao rompimento das relações diplomáticas entre espanhóis e estadunidenses, culminando com a declaração de guerra entre essas nações. Novamente o governo norte-americano se negou a reconhecer a beligerância ou a independência e promoveu uma ação intervencionista que resultou no estabelecimento de um governo militar e na tutela política da ilha. Nesse cenário a admiração aos Estados Unidos entrou em choque com as orientações liberais de *O Estado de S. Paulo*, que rompeu

com o apoio delegado aos norte-americanos. O que anteriormente se caracterizava por um apoio incondicional, transformou-se em uma oposição declarada. A solidariedade americana foi mantida a fim de defender a independência da ilha, mas os Estados Unidos não eram mais vistos como defensores ou representantes dessa política.

O *Jornal do Commercio*, apesar das ligações estreitas com o governo brasileiro, não demonstrou ideias americanistas. Em realidade, pouco opinou ou se posicionou em relação ao movimento de independência cubana e quando o fez demonstrou excessiva cautela ao apontar quem possuía maiores possibilidades de sair vitorioso. As notas mais contundentes vinham de seus correspondentes nos Estados Unidos e Espanha e realizavam, respectivamente, uma defesa da postura assumida pelo governo norte-americano; e críticas à condução política da Espanha no caso de suas colônias e na relação com a opinião pública.

O jornal carioca começou a apresentar uma postura mais incisiva apenas no ano de 1898, mais especificamente quando anunciada a intervenção estadunidense no conflito hispano-cubano. A partir desse período percebe-se uma clara simpatia aos Estados Unidos e a defesa de sua ingerência na ilha, ainda que sua atuação não conduzisse a ilha à independência. Julgamos que dois fatores foram essenciais para essa postura: em primeiro lugar, os norte-americanos eram os principais parceiros políticos e econômicos do Brasil, o que levava o periódico, defensor dos interesses governistas e da elite carioca, a dar mostras de sua simpatia aos Estados Unidos, a exemplo do que fazia o governo brasileiro; em segundo lugar, o proprietário do jornal, José Carlos Rodrigues, possuía uma forte identificação e admiração em relação à república do norte,¹ transferida, posteriormente, para a orientação política do periódico. Assim, o *Jornal do Commercio* não passou por uma “americanização”, mas sim por uma “norte-americanização”. Nesse sentido, também sofreu influências diretas da nova política externa brasileira, mas com maior ênfase no sentido pragmático do que solidário.

1 José Carlos Rodrigues foi correspondente do *Jornal do Commercio* nos Estados Unidos, entre os anos de 1868 e 1882.

As representações construídas pelos jornais, demonstradas, corroboram, automaticamente, nossa segunda hipótese. O redirecionamento da política externa para o contexto americano, de modo especial para os Estados Unidos, foi absorvido pelos periódicos e moldado de acordo com as orientações político-ideológicas de cada um, promovendo a construção de discursos distintos acerca da questão independentista cubana. *O Estado de S. Paulo* baseava-se em suas concepções liberais para defender a solidariedade americana e criticar a política expansionista dos Estados Unidos, enquanto o *Jornal do Commercio* se fundamentava em seu conservadorismo e nas estreitas relações com o governo brasileiro para efetuar a defesa da atuação norte-americana. Demonstramos com isso que a imprensa brasileira, da transição do século XIX para o XX, participava ativamente dos debates no cenário político da República e das questões internacionais.

O estudo da repercussão do processo de independência cubana no *Jornal do Commercio* e *O Estado de S. Paulo* nos proporcionou uma aproximação a um episódio pouco conhecido e explorado pela historiografia brasileira, com as questões que envolviam a imprensa e, principalmente, com o debate político, social e cultural presentes no contexto da guerra e nas relações internacionais que a cercavam. Tanto o apoio como as críticas direcionadas aos cubanos, espanhóis e norte-americanos nos permitiram compreender, de maneira mais ampla, as implicações geradas pelo conflito nas relações e influências que agiam no continente americano em fins do século XIX, além da melhor compreensão de como o Brasil estava inserido no âmbito das relações interamericanas.

REFERÊNCIAS

Fontes

O Estado de S. Paulo, 1895 a 1898.¹

Jornal do Commercio, 1895 a 1902.²

Referências bibliográficas

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

AYERBE, L. F. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

BAGGIO, K. G. *A “outra” América: a América Latina na Visão dos Intelectuais Brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

BANDEIRA, L. A. M. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

1 Periódico localizado no acervo do Cedap (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa), pertencente à Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, no câmpus situado na cidade de Assis.

2 Periódico localizado em parte no acervo do Cedap (mais precisamente os anos de 1895 a 1900), e em parte no acervo do AEL (Arquivo Edgard Leuenroth), pertencente à Unicamp (foram pesquisados os anos de 1901 e 1902).

- _____. *Formação do Império Americano*: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- BANTJES, A. A. The Spanish-Cuban-American War: A Cuban Perspective. In: MELLIZO, C.; NÚÑEZ, L. (Org.). *España, Estados Unidos y la crisis de 1898 (reflexiones para un centenario)*. Madrid: Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales y los autores, 1998. p. 103-133.
- BARBOSA, M. *História cultural da Imprensa*: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BECKER, J.-J. A opinião pública. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 185-211.
- BELLO, J. M. *História da República (1889-1954)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- BETHEL, L. *Historia da América Latina*: México, América Central y el Caribe (1870-1930). Barcelona: Editorial Crítica, 1992. v.9.
- BLOCH, M. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: _____. *História e historiadores*: textos reunidos por Etienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998.
- BUENO, C. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- CAPELATO, M. H. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. In: *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n.22, p.35-58, 2003.
- _____. *A ideologia liberal de “O Estado de S. Paulo (1927-1932)”*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1974.
- _____. O “Gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, C. G. *Viagem incompleta*: a experiência brasileira (1500-2000) A grande transação. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- _____. *“Os intérpretes das luzes” – liberalismo e imprensa paulista: 1920-1945*. Tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1986.
- _____. *Os arautos do liberalismo*: a imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____; PRADO, M. L. *O Bravo Matutino*: imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CARMEN PELOSI, H. Las representaciones de la guerra hispano-norteamericana del 98 en la prensa argentina. In: MENDOZA, C. A. L. (Org.). *La Guerra de Cuba desde el Río de la Plata*. In: Cuartas Jornadas de Historia. Buenos Aires: Ediciones FEPAI, 1998. p.83-96.

- CASTRO, F. *A história me absolverá*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- CERVO, A.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- CHAMILETE, J. *Jornal do Commercio desde 1827*. Disponível em: <http://www.jornaldocommercio.com.br/historia>. Acesso em: 30 nov. 2009.
- DOLORES RIQUELME, N. La “vuelta” a la hispanidad: una mirada argentina a la guerra de Cuba. In: MENDOZA, C. A. L. (Org.). *La Guerra de Cuba desde el Río de la Plata*. In Cuartas Jornadas de Historia. Buenos Aires: Ediciones FEPAI, 1998. p.97-110.
- DUROSELLE, J. B. *Todo Império perecerá*: teoria das relações internacionais. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- ELORZA, A. e SANDOICA, E. H. *La Guerra de Cuba (1895-1898)*: Historia política de una derrota colonial. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.
- FERNANDES, F. *Da guerrilha ao socialismo*: a Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FRAGINALS, M. M. *Cuba-Espanha-Cuba*: uma história comum. Bauru: Edusc, 2005.
- _____. *El Ingenio*: complejo económica-social cubano del azúcar. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1978. 3v.
- FUSI AIZPÚRUA, J. P.; GÓMEZ FERRER, G.; JOVER ZAMORA, J. M.. *España*: sociedad, política y civilización (siglos XIX-XX). Madrid: Areté, 2001.
- GIL, F. *Latino America y Estados Unidos*: Dominio cooperación y conflicto. Madrid: Tecnos, 1975.
- GOTT, R. *Cuba*: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- GUERRA VILABOY, S. *América Latina y la Independencia de Cuba*. Disponível em: www.adhilac.com.ar/?p=2684. Acesso em: 16 nov. 2012.
- HOBSBAWM, E. J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- JANOTTI, M. de L. M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEAL, C. E.; SANDRONI, C. *Jornal do Comércio* [verbete]. In: ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (pós-1930)*. Rio de Janeiro: Editora GGV; CPDOC, 2001.
- LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*. Rio de Janeiro: 1942.
- LOPES, M. A. de S. Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América. In: GUTIÉRREZ, H.; NAXARA, M. R. C.; LOPES, M.

- A. de S. *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.
- LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.121-147.
- LUSTOSA, I. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MAO JUNIOR, J. R. *A Revolução Cubana e a questão nacional (1868-1963)*. São Paulo: Editora do autor, 2007.
- MARÍA MARCO, J. El 98 en la historia de España. In: MELLIZO, C.; NÚÑEZ, L. (Eds.). *España, Estados Unidos y la crisis de 1898 (reflexiones para un centenario)*. Madrid: Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales y los autores, 1998. p.79-102.
- MARÍN, F. La estrategia militar en la Guerra de Cuba. In: MELLIZO, C.; NÚÑEZ, L. (Eds.). *España, Estados Unidos y la crisis de 1898 (reflexiones para un centenario)*. Madrid: Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales y los autores, 1998. p.37-76.
- MARTÍ, J. *Nossa América: antologia*. São Paulo: Hucitec, 1980. (Coleção Nossa América).
- MARTÍNEZ, Y. D. Dos ejércitos en lucha: táticas y estructuras militares en la Guerra de Cuba, 1895-1898. In: *Revista Complutense de historia de America*, Madrid, Editorial Complutense, n.20, p.257-274, 1994.
- MARTINS, A. L. Imprensa em tempo de império. In: LUCA, T. R. de.; MARTINS, A. L. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MOORE, W. A Splendid Little War? United States Perspectives on the War with Spain. In: MELLIZO, C.; NÚÑEZ, L. (Eds.). *España, Estados Unidos y la crisis de 1898 (reflexiones para un centenario)*. Madrid: Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales y los autores, 1998. p.34-44.
- NAVARRO GARCÍA, L. *La independencia de Cuba*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
- PECEQUILO, C. S. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- _____. *Introdução às relações internacionais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PÉREZ PUERTO, Á. *Cuba 1898: la guerra nacida del papel*. Goiás: Anphlac, 2010.
- PLANK, J. (Org.). *Cuba e os Estados Unidos: perspectivas no tempo*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, [s.d.].
- PRADO, E. *A Ilusão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

- PRADO, M. L. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. In: MOTA, C. G. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) a grande transação*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- _____. O Brasil e a “distante América do Sul”. In: *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n.145, p.127-150, 2001.
- _____. Repensando a História comparada da América Latina. In: *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n.153, p.11-33, 2005.
- QUEIROZ, S. R. R. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RENOUVIN, P; DUROSELLE, J. B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- ROBLES MUÑOZ, C.. 1898: diplomacia y opinión. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.
- RODRIGUEZ, P. P. *Martí e as duas Américas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n.30, p.09-22, 1995.
- SANTOS, L. C. V. dos. *O Brasil entre América e a Europa*. O império e o interamericanismo (do congresso do Panamá à conferência de Washington). São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- SARAIVA, J. F. (Org). *Relações Internacionais*. Dois séculos de história: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1974). Brasília: IBRI, 2001.
- SCHOULTZ, L. *Estados Unidos: poder e submissão*. Bauru: Edusc, 1998.
- SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- THOMAS, H. *Cuba: la lucha por la libertad 1762-1970*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1973.
- TONE, J. L. *Guerra y genocidio en Cuba (1895-1898)*. Madrid: Turner Publicaciones, 2008.
- WATSON, A. *A evolução da sociedade internacional: uma análise comparativa*. Brasília: Editora da UnB, 2004.
- ZICMAN, R. B. *História através da imprensa: algumas considerações metodológicas*. In: *Projeto História*, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.4, p.89-102, 1981.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 42,5 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Arlete Quaresma

